

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Fim das tragédias minerais	4
Título: Mais um susto na madrugada de Brumadinho	4
Título: Celular toca e recebe mensagens, mas o pai não atende	6
Título: Lama cria 'vale da morte'	6
Título: Morador que salvou duas mulheres procura a irmã	8
Título: Cidade teme um colapso e o futuro	8
Título: No lamaçal, a agonia de vacas e outros animais	10
Título: Senado arquivou projeto de lei com sanções rigorosas	11
Título: O maior acidente de trabalho do país	12
Título: Presidente da Vale promete maior 'colchão de segurança'	13
Título: Caixa ameaçados por processos	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Mais um desastre	18
Título: Não aprenderam nada	19
Título: De Mariana a Brumadinho: rio de descaso e insegurança	20
Título: Bolsonaro improvisará gabinete no hospital para decisões urgentes	22
Título: 'A gente não discutia se haveria outros rompimentos, mas quando eles aconteceriam'	24
Título: Desastre afeta mais a imagem do que as finanças da Vale, dizem analistas	27
Título: Resgate tem pior dia, e caem chances de localizar sobreviventes em Minas	29
Título: Equipe de Israel já atuou em mais de 20 desastres pelo mundo	32
Título: Desastre traz à tona ressentimento e críticas contra a Vale	32
Título: Rapidez do acidente impediu acionamento de sirenes, diz Vale	35

Título: Defesa Civil pede doação de água e produtos de higiene	36
Título: Em centro de apoio, voluntários oferecem até energia positiva.....	36
Título: Viúva de vítima de Mariana e irmã ajudam atingidos	38
Título: Lei de segurança de barragens patina há 8 anos	39
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	42
Título: Vale usou plano de fuga de barragem como modelo	42
Título: No rastro da lama	42
Título: Bolsonaro se interna e faz hoje nova cirurgia em SP	44
Título: Brumadinho conta 58 mortos e 305 desaparecidos na tragédia.....	47
Título: Por 10 horas, risco de novo rompimento faz cidade viver pânico	48
Título: 'É um corpo, vamos até lá', diz um brigadista	49
Título: Bloqueios na Vale chegam a R\$ 11 bi	50
Título: Caso pode ser o pior acidente de trabalho do País	51
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	51
Título: Moradores vivem horas de medo.....	51
Título: Morto é identificado por celular.....	54
Título: Ajuda local e de longe	56
Título: Entre a dor e a revolta	58
Título: O medo ronda Itabira.....	59
Título: <i>Precisaremos de mais tragédias?</i>	62
Título: Salvamento sem medir esforços.....	63
Título: Vale se prepara para perdas	64
Título: TCU destaca riscos antigos.....	66
Título: Bolsonaro passa por cirurgia nesta manhã.....	67
Título: Acordo com Petrobras pode render R\$ 100 bi	69
Título: TCU cobra informações.....	71
Título: Raízes do mar de lama	72
VEÍCULO: Valor Econômico.....	74
Título: Agência de energia vê interesse em leilões do petróleo	74
Título: De Davos a Brumadinho	76
Título: Novos rumos para a gestão das águas.....	79
Título: Mineração terá de se reinventar no Brasil, afirmam especialistas.....	81
Título: Destaques	85
Título: Amazonica Energy e Mitsubishi estudam projeto de gás no NO	86

Título: Mariana não foi suficiente, lamentam os ambientalistas.....	88
Título: Brumadinho já soma 58 mortos e 305 desaparecidos	91
Título: Bloqueio representa 45% do caixa da Vale.....	93
Título: Após Mariana, seguradoras fixaram limites	95
Título: Reação melhora, mas marca sofre desgaste	96
Título: Curtas	98
Título: Ação da Vale terá forte ajuste após Brumadinho	99
VEÍCULO: Valor Econômico.....	101
Título: Primeiro escalão.....	101
Título: Mais de US\$ 20 bilhões em ativos podem trocar de mãos.....	104
Título: Trajetória da Petrobras é marcada por embates.....	106
Título: Sob nova administração, estatal mantém foco em E&P.....	108
Título: Descobertas na Bacia de Campos impulsionaram novas tecnologias	110
Título: Com 64 anos de carreira, geólogo enfatiza importância de técnicos.....	111
Título: Na Praça do Petróleo, jorra abandono	113
Título: Receita de royalties ajuda a compensar desequilíbrio fiscal	115
Título: Entre a benção e a maldição dos recursos naturais	118
Título: Dependência de importação de derivados poderá ficar maior	119
Título: Importância do setor pode aumentar com novo ciclo	121
Título: Campos maduros esperam investimento	123
Título: Com a crise, desativação de plataformas ganha fôlego	124
Título: Leilões podem ajudar na retomada de contratações	126
Título: Abimaq e Sinaval querem reforços no conteúdo local	128
Título: Petroquímica pleiteia insumos competitivos.....	129
Título: Ano deve ser marcado por volatilidade nos preços.....	131
Título: Chamada pública da TBG é teste para setor de gás	133
Título: Térmicas a gás natural podem ganhar espaço	135
Título: Alta produtividade do pré-sal turbinado gastos com P&D	137
Título: Submersível autônomo é tendência em águas profundas	139
Título: Distribuidoras lançam chamadas públicas para contratar gás	140
Título: Contratações podem ser retomadas	141
Título: Risco climático exige alternativa de larga escala	143

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Fim das tragédias minerais**

No último dia 2, o Cade aprovou o acordo pelo qual a Vale adquire a New Steel, que desenvolve tecnologias de beneficiamento de minério de ferro, por US\$ 500 milhões. Entre essas tecnologias, está uma inovadora: o beneficiamento do minério sem a necessidade do uso de água. Em tese, esta técnica dispensaria a construção de barragens, como as de Mariana e de Brumadinho. A conferir.

É PRECISO REVER UM VELHO DITADO

Depois de Mariana, era de se esperar as providências para evitar nova tragédia. Afinal, diz o ditado: “Brasileiro só fecha a porta depois de roubado”. Mas Brumadinho mostrou que, aqui, nos trópicos, não se fecha a porta...nem depois de roubado. É triste.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/01/2019****Seção: O País****Autor: Ana Lúcia Azevedo E Cleide Carvalho****Título: Mais um susto na madrugada de Brumadinho**

A TRAGÉDIA SE REPETE

Ameaça de colapso em barragem de água vizinha à que se rompeu causou pânico entre moradores da região. Três mil pessoas foram orientadas a deixar suas casas, mas puderam retornar horas depois. Mortos chegam a 58, e 305 estão desaparecidos

SIRENE ALERTA PARA RISCO DE NOVO ROMPIMENTO

Menos de 48 horas depois do rompimento de uma barragem de rejeitos de minérios da Vale, moradores de Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, acordaram na madrugada de ontem como alerta das sirenes, que avisaram sobre um possível rompimento de mais uma represa. Moradores deixaram suas casas, em pânico. — Cedinho, ficou todo mundo no desespero. Passou uma caminhonete do vizinho buzinando e avisando para todo para sair. Pegamos água, biscoito, a gente não sabia o que podia acontecer — disse a agente de saúde Raiane de Resende.

Com o risco, as buscas por sobreviventes e corpos foram suspensas. Só foram retomadas às 15h, quando os cerca de 3 mil moradores, que haviam sido desalojados, foram autorizados a retornar para casa. Segundo a Vale, foi registrado um aumento do nível da água na barragem 6, que fica ao lado do reservatório 1 da Mina do Feijão, que se rompeu na sexta-feira. A capacidade é de três a quatro milhões de metros cúbicos de água. À tarde, no entanto, o nível de risco da barragem 6 caiu de dois para um, numa escala que vai até três. No fim do dia, foi descartada a possibilidade de novo acidente. — Não existe risco de um novo rompimento. Boa parte da água que estava na barragem já foi bombeada.

O que resta são 140 mil metros cúbicos de água. O monitoramento está sendo feito, e o grau de segurança hoje é maior — afirmou o porta-voz do Corpo de Bombeiros, Pedro Aihara. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, o alerta foi “por uma questão de cautela” da mineradora. A barragem 6, segundo o ministro, tem um dreno que não está em funcionamento e será consertado. Isso, combinado ao excesso de chuvas na região, elevou o nível de água da barragem e exigiu o uso da sirene.

O alerta não teve relação com a “estabilidade” da barragem, acrescentou. O morador Davi Laurindo Pereira teve que sair de casa pela segunda vez ontem. Na sexta-feira, estava em casa com a mulher e os dois filhos quando a barragem estourou. Ao ouvir o estrondo, na hora do almoço, correram para um morro próximo. A família se salvou, mas perdeu tudo. Sem teto, Davi procurou abrigo na casa de parentes. Na madrugada de ontem, com o alarme da sirene, Davi, a mulher e os filhos tiveram de sair às pressas pela segunda vez em apenas dois dias. — Hoje teve sirene. No dia que precisou, não teve nada — reclamava Davi.

MORTOS CHEGAM A 58

A Defesa Civil de Minas Gerais informou, na noite de ontem, que o número de mortos no desastre subiu para 58, sendo que 19 já foram identificados. De acordo com o tenente-coronel Flávio Godinho, 305 pessoas ainda estão desaparecidas. Este número cresceu porque novas famílias fizeram cadastros em busca de seus parentes. Ainda segundo ele, 192 resgates foram realizados até o momento. Só ontem foram encontrados 21 corpos. Os bombeiros trabalham em 14 pontos prioritários de buscas.

Um deles é o refeitório, onde a lama atingiu 15 metros. Um grupo de cerca de 50 pessoas, parentes de desaparecidos, protestou no prédio da Estação Conhecimento, base de apoio da Vale em Brumadinho, e pediu a presença do Exército para comandar as operações de buscas por desaparecidos. Havia enorme insatisfação com a falta de informações. — Queremos que o pessoal

fique em campo trabalhando, trazendo informação concreta — disse Josué Oliveira Silva, um dos líderes do grupo.

BOLSA FAMÍLIA ANTECIPADO

O Ministério da Cidadania vai antecipar o pagamento de fevereiro do Bolsa Família a 1.506 inscritos que foram atingidos em Brumadinho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/01/2019

Seção: O País

Autor: Cleide Carvalho

Título: Celular toca e recebe mensagens, mas o pai não atende

Filha reclama da falta de informações sobre homem de 58 anos, que está desaparecido desde o rompimento da barragem

No terceiro dia depois da tragédia do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), Gisele Santana Loures, de 22 anos, diz que o celular de seu pai ainda toca e recebe mensagens. Para ela, pode ser um indício de que ele pode estar machucado, mas não morto ou soterrado. — O celular do meu pai não está soterrado. Ele pode estar em algum lugar, precisando de ajuda, mas não querem essa informação que eu tenho para dar — diz Gisele. Sebastião Santana Loures, o pai de Gisele, tem 58 anos e trabalhava como motorista da Della Volpi, uma das empresas terceirizadas da Vale. A última mensagem que ele trocou por WhatsApp com a família foi às 12h19 de sexta-feira.

— A bateria pode estar quase acabando, mas o celular está ligado. Meu pai não tinha qualquer problema de saúde e era muito esperto. Se ele percebeu alguma movimentação na barragem ele conseguiu correr — diz a jovem. Gisele disse que só no sábado incluiu o nome do pai na lista de desaparecidos e que a empresa Della Volpi não tem outras informações sobre Sebastião. — Eles têm a mesma informação que eu. Queria que usassem os dados da rede de celular para tentar achar meu pai, mas ninguém dá atenção — afirma Gisele. Gisele mandou uma mensagem para o pai às 12h47 de ontem, e a resposta da rede é que a mensagem foi entregue.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/01/2019

Seção: O País

Autor: Ana Lúcia Azevedo

Título: Lama cria 'vale da morte'

A TRAGÉDIA SE REPETE

HELICÓPTEROS VOAM RASO E NADA ACHAM

Mal o alerta de risco de colapso de mais uma barragem da Vale foi suspenso, escavadeiras voltaram a trabalhar no topo do imenso mar de lama que engoliu o refeitório e a área administrativa da Vale, na mina de Córrego do Feijão. No alto de um morro bem em frente à mina, uma família observava em silêncio. Tinham ido lá se despedir de amigos, desaparecidos na lama. João Lima e a mulher se perguntavam onde estariam eles no meio da destruição. Deixaram o filho no carro. — Esse vale da morte não é coisa para criança olhar — disse ele. De fato, o morro côncavo forma um anfiteatro natural para o palco de uma das maiores tragédias da história do Brasil. Mais abaixo na encosta, um rapaz que trabalhava numa empresa terceirizada, com os olhos marejados, também observava a lama de rejeito de minério de ferro onde jazem seus amigos. Quase não fala, só olha. Tem voltado todos os dias. Parece tentar entender. Diz que não tem nada que possa expressar. Só olhar, só se despedir.

“Tem muitos corpos lá, mas muitos estão destroçados, sobre os montes de lama. A empresa não quer exhibir esse horror”, lamenta. Na mina do Feijão, helicópteros voam raso. Voltaram em peso assim que o alerta foi suspenso. São da Polícia Militar, dos bombeiros e da Polícia Civil. Com o corpo quase todo para fora, os agentes arriscam suas vidas para buscar as vítimas. As aeronaves quase pousam na lama instável e profunda. Marcam o local e partem para novas buscas. Os helicópteros deixam a mina. Seguem o curso da lama, pelo vale estreito e sinuoso do rio, alargado pela violência da tsunami de rejeito da Vale. Atravessam o pontilhão caído, quase pousam nas margens cobertas por rejeito de minério. Chegam então a um ponto onde o rio de lama vira mar. Ali existia a Pousada Nova Estância. Agora, há apenas lama.

TRONCOS DESTROÇADOS

A floresta nas margens ganhou a marca das tragédias causadas pela mineração. Como as de Mariana, suas árvores estão cobertas de lama. Formam um corredor pintado de ocre, interrompido por troncos destroçados. No meio, em algum lugar, estão os hóspedes, funcionários e proprietários da pousada. As equipes dos helicópteros rastreiam a lama, projetam o corpo quase todo para fora, nada acham. Mas não desistem. Vão voltar. No povoado de Córrego do Feijão, moradores fitam a lama. Sussurram que o cheiro que acompanha a morte começa a se espalhar. Mas também não desistem. A noite chega, as equipes começam a retornar. Com o nascer do dia, vão voltar.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/01/2019****Seção: O País****Autor: Camila Bastos****Título: Morador que salvou duas mulheres procura a irmã**

‘Só queria encontrar alguém vivo’, diz Jefferson Ferreira, que tem sido chamado de ‘herói’

O bombeiro hidráulico Jefferson Ferreira, de 33 anos, pegava carona no caminhão da Vale quando ouviu que a Barragem 01 do Córrego do Feijão havia se rompido. Na hora, pensou na irmã, Jussara Ferreira, camareira da pousada Nova Estância, bem perto da mina. Deixou o veículo e correu até a hospedagem, onde encontrou duas vítimas e teve sua imagem imortalizada ao ser filmado, ao vivo, resgatando uma mulher da lama. — Na hora eu não pensei em nada. Eu saí correndo para lá querendo encontrar alguém vivo — conta ele. Ao avistar Alessandra pedindo socorro no topo de uma árvore, já coberta pela lama, correu em direção à mulher e a retirou dos rejeitos.

Fez o mesmo com Talita, 15 anos, irmã de Alessandra, cujo resgate de helicóptero foi filmado por uma equipe de TV. O bombeiro analisa que correu grande risco, mas não se arrepende do feito. Chamado de “herói” na cidade, rejeita o rótulo: — Não quero esse mérito, só fiz o que tinha que fazer. Desde a sexta-feira, quando a barragem se rompeu, ele é voluntário na distribuição de água e comida. — Fazer esse trabalho me ajudar a me sentir útil e a me distrair — conta Ferreira, ainda sem notícias da irmã.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/01/2019****Seção: O País****Autor: Cleide Carvalho****Título: Cidade teme um colapso e o futuro**

A TRAGÉDIA SE REPETE

TURISMO RURAL, QUE GANHOU ESPAÇO NA ÚLTIMA DÉCADA, AGORA É INCERTO

Nada é mais visível hoje em Brumadinho do que o desapontamento de seu povo. Não bastassem as mortes, o município corre o risco de entrar em colapso. As atividades da mina do Córrego do Feijão, segundo a prefeitura, representam mais de 60% das receitas do município, incluídos aí os impostos pagos pelas empresas terceirizadas da mineradora. — Estou com a cabeça quente, não sei o

que fazer. Se não houver ajuda, até o comércio fecha as portas — desespera-se o prefeito Avimar de Melo.

— Nós não esperávamos jamais enfrentar uma tragédia tão grande no município. Acabou com a nossa cidade. O deslizamento da barreira da mina da Vale rompe, de forma trágica, a naturalidade como a população convive há mais de um século com a mineração. Situado no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, o município nasceu como povoado no caminho dos portugueses, que iam atrás do ouro nas minas de Mariana e Ouro Preto. O centro da cidade, por exemplo, surgiu com a estação ferroviária, construída para servir à extração e à exportação de minério de ferro.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

No ano passado, o município recebeu R\$ 35,6 milhões a título de compensação ambiental pelos estragos causados pela extração de minério em seu território. Deste total, 65% foram pagos pela Vale. Muitos dos moradores de Brumadinho trabalham na mineração. Não é raro ver mais de uma pessoa de uma mesma família na lista de desaparecidos no deslizamento da Mina do Córrego do Feijão. Na cidade, quem não trabalha na Vale tem um parente que presta serviço lá. Na arrecadação total do município, de cerca de R\$ 175 milhões, o imposto da mineração representa 22%. Para evitar o colapso, o prefeito vai pedir que a Vale continue a pagar o salário de todos os funcionários que ficarão parados e não cesse, em momento algum, o recolhimento do imposto da mineração, chamado Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM):

— Sem isso, Brumadinho vai fechar. Precisamos da ajuda do governo do estado, do governo federal. Na vida de Brumadinho, as grandes cavas a céu aberto das minas, que redesenham as serras da região, vinham, nos últimos tempos, ganhando ares menos imponentes. Na última década, no rastro da inauguração do Inhotim, um museu que reúne arte contemporânea à beleza da Mata Atlântica, centenas de empreendedores investiram em pousadas e fazendas, muitas ainda do ciclo do café, passando a apostar no turismo rural. O Instituto Inhotim vai permanecer fechado até a próxima quinta-feira. O museu, embora não tenha sido afetado pela tragédia, está sem funcionar desde a última sexta por determinação da direção e orientação da Polícia Civil.

REDE HOTELEIRA

Circundado por pelo menos quatro serras, entre elas a do Rola-Moça e a da Moeda, Brumadinho começou a explorar outra parte de suas riquezas: as paisagens naturais. O número de leitos de hotelaria abertos dá uma mostra: saiu de 300 em 2008 para 1.300 no último levantamento, feito em 2016. Com a destruição total de uma pousada pela lama da mina, o futuro do turismo

também passou a ser incerto. Para o prefeito, a Vale foi incompetente ao repetir na cidade o desastre de Mariana e deve pagar por isso. Mas não é só o prefeito que está insatisfeito com a mineradora. Dezenas de famílias de desaparecidos reclamam da falta de informações sobre os trabalhos de busca.

Os moradores que tiveram de deixar suas casas ontem também se queixam da falta de informações claras sobre os novos riscos. Na Estação do Conhecimento, o QG da Vale em Brumadinho, a maioria das dúvidas sobre cadastramento de desaparecidos, por exemplo, é direcionada à Defesa Civil. Ontem, José Maria Silva, pai do engenheiro Alexis Adriano da Silva, um dos desaparecidos, perambulava pelo local. Ele e a mulher estão lá desde sexta-feira, quando ocorreu o deslizamento. Segundo o prefeito, somente ontem a Vale providenciou o serviço de atendimento psicológico aos parentes dos desaparecidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/01/2019

Seção: O País

Autor: Ana Lúcia Azevedo

Título: No lamaçal, a agonia de vacas e outros animais

Rebanho foi arrastado de fazendas da região pela onda de rejeitos da barragem da mineradora Vale

A tentativa de resgate de duas vacas, presas à lama que vazou da barragem da Vale, em Brumadinho, mobilizou grupos de defesa dos animais e moradores da região, mas teve um desfecho desolador. Os dois animais tiveram que ser sacrificados no fim do dia. Na manhã de ontem, quando voluntários do grupo Anjos do Asfalto se preparavam para resgatar as vacas, foram impedidos de atuar por dois policiais militares. Eles alegaram que a medida era necessária, porque havia o risco de outra barragem se romper. Antes disso, a tentativa de resgate foi acompanhada com emoção pelos moradores.

A protetora de animais Luciana Trindade, que conseguiu recursos para levar as vacas, caso fossem resgatadas, desesperou-se. Ela lembrou que a mineradora Vale não disponibilizou qualquer estrutura para salvar os animais. Há dois dias, os bichos se remexem na lama, em agonia. Os Anjos do Asfalto foram contatados pelo grupo de Luciana. Segundo eles, há enorme quantidade de animais presa na lamaçal, entre vacas, cães e capivaras. Pássaros presos em gaiolas em casas abandonadas foram soltos por bombeiros. A área chegou a ser cercada com tapumes por funcionários da Vale, mas o isolamento foi retirado pelos moradores. Apesar do esforço, diante do sofrimento dos animais, os voluntários acabaram decidindo sacrificá-los.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/01/2019****Seção: O País****Autor: Amanda Almeida****Título: Senado arquivou projeto de lei com sanções rigorosas**

Proposta previa mudanças nas definições de barragem e detalhava o que é considerado acidente e desastre

Elaborado no Senado pela Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens, criada após rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), há três anos, o projeto que aperfeiçoa a lei sobre os rejeitos e endurece as sanções a infratores foi para o arquivo, sem votação, com o fim da última legislatura. A proposta prevê mudanças nas definições dos termos barragem e empreendedor e acrescenta o detalhamento do que é considerado acidente e desastre. Para os senadores que participaram da comissão, essas alterações são fundamentais para evitar brechas que livrem as donas das barragens da responsabilidade por eventuais tragédias. Eles defendem que punições também garantiriam mais compromisso dos empreendedores em adotar medidas para que novos rompimentos não ocorram.

Criada pela Lei 12.334/ 2010, a Política Nacional de Segurança de Barragens prevê obrigações aos empreendedores, como “prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem”, manter os órgãos de fiscalização atualizados sobre mudanças nas barragens, permitir o acesso irrestrito aos fiscais ao local, entre outros. A proposta prevê ainda mais obrigações, como a de contratar seguro ou apresentar garantia financeira para a cobertura de danos. A proposta tramitava na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desde maio de 2016. Foi incluída na pauta do colegiado algumas vezes, mas nunca votada. Se aprovada pelos seus integrantes, iria direto para análise da Câmara. Com o fim da legislatura, foi arquivada no fim de 2018. Relatório produzido pelo Senado em 2016, após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no interior de Minas Gerais, registrou uma grave deficiência na estrutura de fiscalização dos reservatórios de mineradoras no estado.

Segundo dados obtidos pelos senadores, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) — Agência Nacional de Mineração (ANM) — tinha, em 2015, apenas 18 servidores dedicados exclusivamente ao trabalho de fiscalização de barragens de rejeitos de mineração em todo o país. Foco do segundo desastre nacional envolvendo um reservatório da Vale, em Brumadinho, Minas Gerais tinha apenas quatro servidores para fiscalizar 317 barragens. Relatório de

Segurança de Barragens de 2017, que registra o quadro mais atualizado sobre o setor, mostra que apenas 211 das 790 barragens de rejeito espalhadas pelo país foram vistoriadas naquele ano. O que representa 27% do número de reservatórios. Ontem, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que vai propor ao Congresso a criação de uma CPI para investigar a situação das barragens em todo o Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/01/2019

Seção: O País

Autor: Cássia Almeida

Título: O maior acidente de trabalho do país

A TRAGÉDIA SE REPETE

MPT PEDE BLOQUEIO DE R\$ 1,6 BILHÃO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS E INDENIZAÇÕES

A tragédia de Brumadinho caminha para ser o maior acidente de trabalho da história do país, de acordo com o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury. As oito primeiras vítimas identificadas entre os 58 mortos são funcionários da Vale ou terceirizados a serviço da mineradora. — Com esse número de desaparecidos, será o maior acidente de trabalho da história do Brasil com certeza — afirma o procurador. O maior acidente até agora tinha sido o desabamento de um pavilhão do parque de exposições em Gameleira, em Belo Horizonte, que matou 65 operários dos 512 que trabalhavam na obra. A contaminação do solo no caso Shell Basf, em Paulínia, matou 63 trabalhadores. A Shell Química fabricou na região agrotóxicos, atualmente proibidos, entre as décadas de 1970 e 1990.

O outro acidente de grandes dimensões envolve a própria Vale. Foi em Mariana: dos 19 mortos no rompimento da barragem do Fundão, 16 eram trabalhadores. O Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou ontem com ação cautelar na Vara de Trabalho de Betim (MG) pedindo o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão das contas da mineradora para garantir o pagamento dos salários dos trabalhadores desaparecidos e de indenizações futuras por dano moral e material. — Nossa ação é para que as famílias não fiquem desamparadas neste momento. Tanto as do trabalhador desaparecido quanto as do que sobreviveu. A fonte de renda deve ser preservada — justificou a procuradora Elaine Noronha Nassif.

Em relação ao caso de Mariana, Fleury lamenta que a Vale não tenha assinado o termo de ajustamento de conduta para resolver administrativamente as questões levantadas pelos procuradores do trabalho. O MPT entrou com ação

civil pública, pedindo R\$ 1 bilhão de dano moral coletivo. A ação tramita na Vara do Trabalho de Ouro Preto. Havia audiência marcada para o dia 27 de fevereiro, que foi adiada para julho: —Uma das medidas que a empresa deveria cumprir era instalar um controle sísmico, que, ao captar qualquer movimentação da barragem, aciona os alarmes automaticamente. Pelo que vimos, isso não foi feito. As sirenes sequer tocaram — afirma Fleury.

O procurador espera que a mineradora entregue seu plano de emergência: — Um dos pontos de qualquer plano de barragem é deixar desobstruído o caminho da lama, sem edificações (como a administração e refeitório da empresa), se houver rompimento. Está sendo montada uma força-tarefa interinstitucional com Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Advocacia- Geral do Estado, Defensoria Pública do Estado, polícias Civil e Militar de Minas, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Uma reunião está agendada para esta semana. A prioridade são ações de socorro. — Em seguida, haverá o diagnóstico do desastre com vistas à apuração de responsabilidades criminal, civil e trabalhista — diz Fleury. Procurada, a Vale diz que, no momento, todos os esforços estão concentrados no resgate às vítimas.

INDENIZAÇÃO MENOR

O maior número de vítimas deve ser de trabalhadores da Vale ou de terceirizadas. A família desses funcionários deve receber uma indenização menor do que as famílias das vítimas da comunidade. Fleury lembra que a reforma trabalhista determinou que as indenizações trabalhistas por dano moral estão limitadas a 50 vezes o salário dos funcionários, estabelecendo valores diferentes para vítimas da mesma tragédia. Para as outras vítimas, não há limite.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/01/2019

Seção: O País

Autor: Glaucete Cavalcanti

Título: Presidente da Vale promete maior 'colchão de segurança'

‘Segui toda a orientação dos técnicos e deu no que deu’, lamenta Fabio Schvartsman, cuja gestão vinha ampliando a produção

Em meio às cobranças sobre a reincidência da Vale num desastre ambiental de grandes proporções como o de Brumadinho, o presidente da companhia, Fabio Schvartsman, prometeu ontem “criar um colchão de segurança bastante superior” ao que a mineradora tem hoje “para garantir que nunca mais aconteça um negócio desse”. Em entrevista à GloboNews em Minas, ele

descreveu medidas tomadas desde o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, em 2015, de responsabilidade da Samarco (sociedade entre Vale e BHP Billiton) e concluiu que será preciso “ir além e acima” do que já vinha sendo feito para prevenir acidentes.

— Existia uma série de ações em andamento, que não foram invenção da Vale, foram feitas por especialistas internacionais de renome, e nós seguimos à risca tudo. E eu não sou técnico. Segui toda a orientação dos técnicos, e esse negócio deu no que deu. Quer dizer, não funcionou — disse Schvartsman, sem esconder a frustração ao descrever a revisão nos processos de segurança desde 2015.

PRODUÇÃO EM ALTA

O acidente em Brumadinho ocorre num momento em que a Vale vinha ampliando sua produção e revendo sua política de barragens. Em um seminário online para investidores realizado em dezembro, a mineradora informou que tem reduzido sua necessidade de barragens de rejeitos de minério de ferro. O número de estruturas caiu de 150 para 136 ao longo de 2018. Até 2015, a gestão dessas barragens era descentralizada. A partir de 2016, foi implementado um processo integrado de análise de risco, que inclui uma equipe de 130 técnicos, gerenciamento diário, monitoramento de risco e outras medidas. A empresa diz exceder as exigências legais de monitoramento, tendo 100% das barragens com declaração de estabilidade por auditores externos.

Mas ontem o presidente da empresa admitiu que não foi suficiente. Os gastos socioambientais da Vale vêm encolhendo desde 2014, quando foram de US\$ 1,13 bilhão. Em 2017, a cifra ficou em US\$ 612,8 milhões, segundo os relatórios de sustentabilidade da companhia. A mineradora argumenta, no entanto, que esse recuo não se traduz em menor aporte em segurança. Seria consequência da otimização de processos e, principalmente, da venda de ativos, sobretudo na área de fertilizantes. No relatório de 2017, o mais recente, consta um investimento de US\$ 182 milhões especificamente em gestão de segurança de barragens. A Vale, que deve alcançar US\$ 4,4 bilhões em investimentos este ano, ampliou a produção de minério de ferro de 319,2 milhões de toneladas em 2014 para 366,5 milhões em 2017. A estimativa para 2018 era fechar o ano com 390 milhões de toneladas.

Schvartsman teve seu mandato renovado no fim de 2018 por mais dois anos, a partir de maio. Ontem ele lembrou que assumiu a companhia um ano e meio depois de Mariana. Na ocasião, disse que seu lema seria “Mariana nunca mais”. Menos de um ano após sua posse, afirmou que as barragens da empresa estavam “impecáveis”, numa entrevista ao jornal Valor Econômico, em abril de 2018. “Se houvesse outro acidente como o de Mariana, minha gestão seria curta”, disse, frisando que a sobrevivência da companhia dependia de

sustentabilidade econômica, ambiental e social. O acidente em Brumadinho levou Previ e Petros, fundos de pensão dos funcionários do Banco do Brasil e da Petrobras, dois dos principais acionistas da Vale, a divulgarem notas no fim de semana cobrando apuração das causas do acidente.

Justiça já bloqueou R\$ 11 bi

> A Justiça de Minas Gerais já determinou o bloqueio de um total de R\$ 11 bilhões da Vale para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem 1 de Córrego do Feijão, em Brumadinho. Na sexta-feira, o juiz Renan Chaves Machado, da Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte, determinou o bloqueio de R\$ 1 bilhão da companhia como recurso imediato para amparar as vítimas e reduzir consequências do acidente. Na manhã de sábado, o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa, disse que Fabio Schvartsman, presidente da Vale, comprometeu-se em fazer um depósito em juízo de R\$1 bilhão para garantir medidas iniciais. Desde sábado, outros dois bloqueios no valor de R\$5 bilhões cada foram autorizados a pedido do Ministério Público mineiro para proteção do meio ambiente e reparação das pessoas afetadas.

> A Vale explica que foi intimada da decisão de bloqueio de R\$ 1 bilhão e informou à Justiça que fará o depósito do valor, sem necessidade de bloqueio judicial. A mineradora também foi notificada dos outros dois bloqueios e “está avaliando as providências cabíveis”. A Vale avalia que esses bloqueios não seriam necessários, “uma vez que não se eximirá de suas obrigações de atendimento emergencial da população e reparações devidas”, informou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/01/2019

Seção: Economia

Autor: Martha Beck E Manoel Ventura BRASÍLIA

Título: Caixa ameaçados por processos

Maiores estatais federais podem perder até R\$ 380 bi em ações judiciais e administrativas

As principais estatais federais —Petrobras, Eletrobras, Correios, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal —correm o risco de perder mais de R\$ 380 bilhões em processos que correm na Justiça ou administrativamente. Desse total, R\$ 71 bilhões são considerados perdas prováveis. Isso significa que esses valores são praticamente dados como perdidos e precisam ser provisionados (reservados) no balanço financeiro das empresas.

O restante equivale a perdas possíveis, com menor chance de se confirmar ou, se isso acontecer, com pressão sobre o caixa das estatais num prazo mais longo. Nesses casos, não há provisão nas demonstrações financeiras. Os números incluem perdas potenciais com ações trabalhistas, tributárias e cíveis e se referem ao terceiro trimestre de 2018, último dado disponível.

As estimativas de perdas tendem a diminuir o valor de mercado dessas companhias, uma vez que os investidores precificam esses passivos. Isso significa que, em caso de privatização da estatal ou de suas subsidiárias, por exemplo, os lances podem ser menores para compensar os riscos judiciais, o que diminui a arrecadação para os cofres públicos. Mesmo assim, especialistas apontam que as seis empresas continuam a ser o "filé mignon" entre as estatais e dificilmente sofreriam uma perda de interesse por parte do mercado, caso o ministro da Economia, Paulo Guedes, leve adiante um amplo programa de privatizações.

Maior estatal brasileira, a Petrobras também acumula o maior passivo judicial. A empresa tem R\$ 24,2 bilhões reservados para processos considerados como de perda provável. O valor total das perdas possíveis e não provisionadas, porém, é quase dez vezes maior e chega a R\$ 208,6 bilhões. A empresa já reservou dinheiro para encerrar uma ação coletiva consolidada perante a Justiça de Nova York, nos EUA, por causa da Operação Lava-Jato, e uma série de processos relacionados à cobrança de royalties, descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma, indenização por ação de desapropriação de área e multas aplicadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A maior parte dos processos não provisionados da petroleira está ligada a questões fiscais. Apenas um caso, movido pela Receita Federal, pode resultar numa perda de R\$ 44,4 bilhões. A ação discute a incidência de alguns impostos sobre remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações.

AÇÃO TRABALHISTA NO STF

Um dos maiores processos trabalhistas do país também perturba a Petrobras, e pode resultar num débito de R\$ 22,4 bilhões. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já decidiu, no ano passado, a favor dos trabalhadores em uma discussão sobre pagamento de adicionais, mas a decisão foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e agora aguarda a apreciação do plenário da Corte. Em nota, a Petrobras afirmou que faz um detalhamento das principais ações com risco possível e a situação de cada uma delas. Também ressaltou que segue normas internacionais de contabilidade para o registro e divulgação das contingências.

Na Eletrobras, cuja privatização está em análise no governo, o montante de perdas potenciais ultrapassa R\$ 100 bilhões. A estatal explicou em seu próprio balanço que a maior parte é de processos que discutem a correção dos empréstimos compulsórios, que gerava recursos para a expansão do setor elétrico desde os anos 1960. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993. Por lei, os consumidores poderiam depois converter os valores pagos em ações da estatal.

Já os Correios têm a maior parte do seu passivo judicial e administrativo de R\$ 2,9 bilhões relacionada a débitos trabalhistas. São reclamações de indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros. Ações de cobrança movidas por fornecedores também preocupam a empresa, que informou prestar esclarecimentos sobre a parte judicial de recursos provisionados no próprio balanço.

Entre as instituições financeiras públicas, o Banco do Brasil tem uma perda possível e provável de R\$ 25 bilhões. As maiores contingências são autos de infração lavrados pelo INSS visando ao recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos de 1995 a 2006, e verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados. O banco informou que cumpre rigorosamente as normas do Banco Central para provisionamentos, e que os valores previstos em seu balanço para prováveis perdas serão diluídos ao longo do tempo, podendo ser assimilados pela organização.

"RISCO BRASIL"

Com possíveis perdas de R\$ 16,2 bilhões, a Caixa Econômica Federal foi acionada por empregados, ex-empregados e terceirizados por planos de cargos, acordos coletivos, indenizações e benefícios. No balanço, a empresa afirma que vem executando uma política de conciliação judicial e extrajudicial. O BNDES tem o menor valor de valores em discussão na Justiça: R\$ 1,5 bilhão, segundo seu informe contábil.

Sérgio Lazzarini, professor de estratégia do Insper e estudioso das estatais, aponta que as possíveis perdas são resultado do chamado "risco Brasil", que afeta as empresas de forma generalizada. Legislações complexas tanto na esfera trabalhista quanto tributária, por exemplo, criam incertezas e obrigam os gestores a gastarem tempo e dinheiro para lidar com esses problemas:

— Esse é um risco geral das empresas brasileiras, dívidas fiscais e trabalhistas altamente incertas. Empresas de grande porte como essas próprias estatais, entretanto, têm departamentos internos preparados para disputar esses valores na Justiça. Infelizmente, faz parte do "risco Brasil".

Lazzarini reconhece que, no caso das estatais, as perdas podem agravar ainda mais o resultado das contas públicas. Na maioria das estatais, a União é única acionista. No entanto, é pouco provável que o impacto ocorra de uma única vez: —Na margem, sim (pode agravar o resultado das contas públicas), mas é improvável que todo esse valor seja devido de forma imediata, dado que existem processos de contestação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Mais um desastre

Tragédia em Brumadinho, a segunda do gênero em três anos, atesta incapacidade do estado em obrigar empresas a garantir a segurança da população

Ainda demorará um tanto até que o impacto humano e ambiental do rompimento da barragem em Brumadinho (MG), na sexta-feira (25), possa ser propriamente avaliado. Algumas lições preliminares, entretanto, já podem ser extraídas desse lamentável desastre.

A primeira deriva do fato acabrunhante de que não se trata de tragédia inédita no gênero. Há apenas três anos o país consternou-se diante das 19 mortes e da incrível devastação desencadeadas pelo colapso de uma barragem da Samarco, que varreu do mapa a localidade de Bento Rodrigues (MG).

Pouco ou quase nada se fez desde então. A não ser, por óbvio, as suspeitas medidas usuais: instalaram-se comissões para tratar do assunto. Resultado? Nenhum.

Inventar comissões e endurecer a legislação não necessariamente resolverão o problema se a deficiência se concentrar no cumprimento das normas, e não na sua criação ou reformulação.

Existe no país uma Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Nessa seara, só a abrangência do cadastramento obrigatório avançou: de 4.437 registros, em 2013, chegou-se a 24.092 em 2017.

Do cadastro ao afastamento de riscos, no entanto, vai uma enorme distância. Em 76% dos casos, falta informação a ponto de nem se saber se os equipamentos estão submetidos à PNSB. Em 570 deles desconhece-se até quem responde pela segurança da estrutura.

Há 4.510 barragens cobertas pela PNSB e 41 órgãos com jurisdição sobre elas, mas somente 33 fazem alguma fiscalização. Meros 154 funcionários estão disponíveis para isso, e muitos deles acumulam outras atividades. No ano passado, nada mais que 3 a cada 100 desses reservatórios foram de fato visitados.

Segundo relatório da Agência Nacional de Águas, ao menos 45 barragens estão vulneráveis no país. Rachaduras, infiltrações e ausência de documentos que comprovem a segurança são algumas das irregularidades identificadas.

Torna-se claro que há uma falha coletiva, institucional. Autoridades estaduais e federais não atuaram como deveriam, e o mesmo se diga da Vale, sobretudo pela reincidência — a mineradora foi corresponsável pela tragédia da Samarco.

Diante da nova catástrofe consumada, o Ibama multou a Vale — a conferir se a penalidade será paga —, enquanto a Justiça determinou o bloqueio de bilhões de reais para garantir reparação de danos. Ao mesmo tempo, Polícia Federal e Ministério Público mostram-se empenhados em investigar as causas e identificar os culpados.

Tais iniciativas, porém, serão inúteis se perderem ímpeto como tempo. Elas precisam ser efetivas e exemplares, pois só assim ajudarão a impedir um terceiro desastre.

Nesse sentido, relaxar e simplificar o licenciamento ambiental, como parece ser a intenção do presidente Jair Bolsonaro (PSL), revela-se uma péssima ideia, especialmente em casos de alto dano potencial.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Não aprenderam nada

Painel

Integrantes do Ibama que acompanharam de perto a tragédia de Mariana (MG) em 2015 dizem que a Vale deve ser penalizada por ter construído setores administrativos abaixo da barragem que se rompeu, na sexta (25), em Brumadinho (MG).

Com lupa

Ainda sem pistas do que levou à nova tragédia, procuradores reuniram um calhamaço de documentos da Vale sobre as operações em Brumadinho para buscar elementos que ajudem a investigação.

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: José Adércio Leite Sampaio

Título: De Mariana a Brumadinho: rio de descaso e insegurança

Estrutura de fiscalização segue precária como antes

Procurador Regional da República, coordenador da força-tarefa Rio Doce do MPF e da pós-graduação em direito ambiental e desenvolvimento sustentável da Escola Superior dom Helder Câmara (MG)

5 de novembro de 2015: o Brasil assiste atônito ao rompimento de uma barragem de rejeito de minério, de propriedade da Samarco S. A., no município de Mariana, Minas. O rejeito levou árvores, bichos, marcas e sonhos. Dezenove pessoas morreram, e uma bacia hidrográfica agonizou.

Investigações realizadas pela polícia e Ministério Público convergiram na identificação das causas do rompimento: a barragem apresentava um histórico de problemas e sinais não captados pelos órgãos de controle de que romperia. Era uma questão de tempo, horas ou dias.

Por que os mecanismos de controle falharam? Porque não foram feitos para funcionar. A lei n.12.334, de 2010, transfere ao responsável pela barragem a descrição de seu risco e a realização de seu monitoramento. Todo ano ele deve apresentar ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), hoje ANM (Agência Nacional de Mineração), e aos órgãos ambientais uma declaração de estabilidade, elaborada por um auditor independente ou pelo próprio responsável. Essa autodeclaração está sujeita ao controle daqueles órgãos públicos.

A realidade tem suas armadilhas à intenção e efetividade da lei. A declaração de estabilidade usa os dados do monitoramento que são repassados pelo responsável pela barragem e, com base neles, resolve uma equação relativamente simples: se, ao final, chegar a um número inferior a 1,5, a barragem é instável; acima, é segura. Fundão, a barragem da Samarco, tinha um número que a definia como estável, embora houvesse registros internos de uma situação de pré-ruptura. Registros que escaparam aos olhos do Estado.

Algo estava claramente errado nos parâmetros que são usados como referência para elaboração do relatório da Agência Nacional de Águas sobre estabilidade das barragens. Ninguém pode confiar que uma barragem de rejeitos declarada como segura não venha a se romper. Obra do imponderável? Nada disso. Não se avalia, por exemplo, se uma situação de liquefação do maciço não esteja em curso, levando-o a implodir em segundos.

Não se leva em conta o histórico de problemas do barramento e tampouco se crê na possibilidade de manipulação ou filtro dos dados. O Estado confia piamente na integridade da raposa diante de um galinheiro de lucros.

Tanto o Estado confia que não dá a devida atenção aos órgãos de controle. Em Minas Gerais, havia dois técnicos do DNPM para fiscalizar anualmente mais de três centenas de estruturas. E sem formação para isso, o que é estarrecedor. O TCU e o MPF alertaram o governo federal sobre essa precariedade, mas a confiança cega perdurou até que o rio Doce e as comunidades que vivem dele (e nele) sofressem a maior tragédia socioambiental do país e uma das maiores do mundo.

Agora Brumadinho, que se tornara famosa pelo museu Inhotim, comoveu a todos com o novo rompimento de uma barragem de rejeitos: em mortes de pessoas ocupará a infeliz estatística das maiores tragédias.

Ainda é cedo para dizer se a Vale S.A. cometera os mesmos deslizos de sua 'joint-venture', a Samarco, mas pode-se afirmar que, desde 2015, nada mudou na Política Nacional de Segurança de Barragens, exceto em puxadinhos burocráticos.

Não houve alteração da lei 12.334, nem nos parâmetros que medem a segurança das barragens nem na total confiança do Estado nos responsáveis pelas barragens de mineração. A estrutura de fiscalização continua precária como antes.

O galinheiro ampliou seus atrativos, ainda mais depois do aumento do preço do minério de ferro — como de outros minerais não ferrosos. Não há raposa que não se sinta tentada a remexê-lo.

Se não houver uma alteração de comportamento empresarial nem na atitude do governo, a entenderem que gastos com segurança é investimento a ser incentivado e não custos a serem reduzidos, Mariana e Brumadinho estarão à espera de companhia. E perdemos todos dentro desse reino de descaso e insegurança.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/01/2019****Seção: Poder****Autor: Talita Fernandes****Título: Bolsonaro improvisará gabinete no hospital para decisões urgentes**

Após cirurgia nesta segunda, Mourão assume por 48h, mas presidente despachará a partir de quarta com grupo de apoio

Na semana em que completará um mês na Presidência da República, Jair Bolsonaro vai despachar em uma estrutura provisória no hospital Albert Einstein, montada pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) para que ele mantenha a rotina presidencial enquanto se recupera de uma cirurgia.

Alvo de uma facada durante ato de campanha em setembro de 2018, Bolsonaro passará na manhã desta segunda (28) por operação para retirada de uma bolsa de colostomia. Esta é a terceira vez que ele é operado desde o ataque.

O procedimento deve ter início nas primeiras horas do dia, já que exige jejum do paciente. A partir do momento em que Bolsonaro for sedado, o vice, Hamilton Mourão, assume interinamente a Presidência e permanece no cargo pelas 48 horas seguintes à cirurgia — período estimado pelos médicos como impeditivo para despachos e tomadas de decisões importantes.

A partir de quarta-feira (30), Bolsonaro deve voltar a despachar normalmente com o auxílio de uma equipe de técnicos que foi deslocada de Brasília a São Paulo. A estimativa é que ele permaneça internado por dez dias.

O GSI, comandado pelo general Augusto Heleno, montou uma sala para equipe de apoio no andar do quarto do presidente. Ele é o único dos 22 ministros que vai acompanhar integralmente a estadia de Bolsonaro em São Paulo.

O Palácio do Planalto trouxe à capital paulista auxiliares técnicos e que dão suporte jurídico para a tomada de decisões do chefe do Executivo.

O escritório improvisado contará com um computador com internet, uma impressora e um telefone fixo. O espaço permitirá ainda que Bolsonaro se comunique com ministros e outros auxiliares que estejam fora de São Paulo por meio de videoconferência.

É avaliada ainda a necessidade de deslocamento de alguns ministros de Brasília para um encontro presencial durante o período de internação. Isso dependerá de desdobramentos de casos considerados urgentes, como o desastre em Brumadinho (MG).

No período de recuperação, a equipe econômica deve ainda concluir a proposta de reforma da Previdência, medida considerada crucial para a gestão Bolsonaro no ajuste das contas públicas e retomada do crescimento do país.

O ministro Paulo Guedes (Economia) deve ter novas reuniões nesta semana em Brasília para conclusão de um projeto que vai alterar as regras de aposentadoria.

O governo pretende apresentar até a segunda semana de fevereiro o texto, logo nas primeiras semanas de funcionamento do Legislativo.

O novo Congresso toma posse na próxima sexta-feira (1º), quando serão eleitos os presidentes da Câmara e do Senado. Uma mensagem do chefe do Executivo deve ser levada ao Congresso para a abertura dos trabalhos dos deputados e senadores.

Bolsonaro foi internado no Einstein no início da manhã de domingo (27). Ele viajou a São Paulo acompanhado da primeira-dama, Michelle, e de um de seus filhos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Do hospital, o presidente gravou um vídeo para agradecer ao apoio e orações e divulgou a mensagem por meio das redes sociais.

Sobre a cirurgia, ele disse na gravação que “se Deus quiser ocorrerá tudo muito bem”.

Um boletim médico divulgado no fim do dia mostrou que os exames detectaram normalidade na saúde do presidente.

O boletim médico foi lido em uma sala do hospital pelo porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, que disse que Bolsonaro está “animado com os resultados dos exames”.

“Eu acabei de estar com o presidente, está muito animado, está feliz pelos resultados do exame, e amanhã, com toda a certeza, o êxito na cirurgia fará com que ele possa desencadear as suas atividades de presidente da República da melhor forma possível em nome do nosso país, em nome da nossa sociedade”, disse.

Segundo Rêgo Barros, Bolsonaro segue monitorando os desdobramentos do desastre de Brumadinho.

Em relação à cirurgia, há a previsão de uma entrevista coletiva nesta segunda logo após o encerramento do procedimento. “Tão pronto essas informações

estejam abertas ao público, os senhores serão dos primeiros a obterem os dados da cirurgia”, afirmou.

O governo trouxe também assessores de comunicação para a realização de briefings diários sobre a saúde do presidente e atos do Executivo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Poder

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: 'A gente não discutia se haveria outros rompimentos, mas quando eles aconteceriam'

entrevista - Bruno Milanez

Estudioso da economia da mineração afirma que empresas não conseguem avaliar o risco de suas obras, menosprezando o licenciamento e desinvestindo em prevenção

Mariana anunciou Brumadinho ainda em 2015, segundo o doutor em política ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Bruno Milanez. “A gente não discutia se haveria outros rompimentos, mas quando eles aconteceriam.”

Para ele, a visão de mundo do setor mineral impediu que os alertas da academia e do Ministério Público fossem levados a sério. “Eles acreditam que barragens são seguras, de verdade. Se não acreditassem nisso, não colocariam o refeitório da mineradora embaixo de uma.”

A licença a jato concedida em dezembro para ampliação de obras em Brumadinho mostra, de acordo com Milanez, que o licenciamento já está sendo flexibilizado na prática, como balão de ensaio para a mudança na lei.

Ele afirma que, quando cai o preço do minério, as primeiras áreas a sofrerem cortes são manutenção e monitoramento e defende mais participação da comunidade nas decisões de como usar o território. “O modelo de mineração que o Brasil adotou é um mal. E não é necessário.”

A Vale havia conseguido em dezembro uma licença “express” para ampliar atividades na região da barragem que se rompeu em Brumadinho. Isso significa que a flexibilização do licenciamento ambiental aventada pelo governo federal já acontece na prática?

As mineradoras testam brechas para flexibilizar o licenciamento. O Executivo dá uma certa autonomia para “inovar”, vamos dizer assim, e quando essas práticas passam a ser repetidas, são tomadas medidas legais para institucionalizar. Aí, o que era exceção vira regra. Elas vão fazendo balões de ensaio. Alguns pegam, outros não.

Desta forma as empresas não estão elevando o risco de seus projetos?

As mineradoras não associam licenciamento com risco. Existe uma visão de mundo dentro do setor de que barragens não rompem. Eles acreditam que elas são seguras, de verdade. Se não acreditassem nisso, não colocariam o refeitório embaixo de uma [como era em Brumadinho] . Algumas pessoas passaram 20 anos almoçando e jantando lá dentro achando que ela nunca iria cair.

A tragédia de Mariana anunciou a de Brumadinho?

Já estava avisado que Brumadinho iria acontecer lá em 2015. A universidade sugeriu, em documentos técnicos, uma série de operações de monitoramento da barragem; o Ministério Público também. O projeto de lei “Mar de Lama Nunca Mais” tinha feito recomendações; pedimos o fim do automonitoramento. Em 2015, a gente não discutia se teria outros rompimentos, mas quando aconteceriam. Temos uma série histórica em Minas Gerais: de 2002 para cá tivemos um rompimento a cada dois anos. Se não mudar, a média se mantém.

Quais os desafios na avaliação dos impactos ambientais e do potencial de dano das barragens?

Na prática a obra está licenciada antes da avaliação. Preocupado com crescimento econômico, o governante está de antemão disposto a aprová-la. Hoje o estudo de impacto ambiental é feito por empresa contratada pela empreiteira. Existe um interesse, para garantir o contrato, de reforçar aspectos positivos da obra e ignorar negativos. Isso já pode ser um auto-licenciamento, caso haja projeto de lei que equipare o estudo de impacto ambiental à concessão de licença. É preciso mudar como as empresas são escolhidas.

O que mais precisaria mudar?

Estabelecer distâncias mínimas, como 10 km, entre barragens e comunidades. E impor limite ou proibir barragens construídas com a técnica à montante, o tipo mais comum, mais barato e o menos seguro, usado em Mariana e em Brumadinho.

Além da técnica, quais outras semelhanças nos desastres de Mariana e Brumadinho?

As duas foram licenciadas como barragens menores, mas foram alteradas, ficando com mais degraus. A de Brumadinho foi construída com 18 metros de altura e, quando caiu, tinha mais de 85 metros. Com isso, vão dosando homeopaticamente o licenciamento. Nenhuma das duas tinha um plano de emergência que funcionasse. Fundão tinha um capenga. Em Brumadinho, nem sirene tocou. Alegar que foi rápido não é motivo. Poderia ter salvado moradores mais distantes.

Como os impactos socioambientais devem se desdobrar em Brumadinho e região?

Aprendi com o caso de Fundão que qualquer cenário que a gente trace de imediato subestima impactos. É preciso uma pesquisa conduzida por órgão independente e não financiada pelas mineradoras. O acesso a essas informações também precisa ser público.

Boa parte do licenciamento de obras compete ao estado. Como avalia a atuação dos órgãos de MG na concessão e fiscalização das licenças?

Existe total captura do estado pelas grandes mineradoras. O Legislativo estadual eleito em 2014 era diretamente financiado por mineradoras. Órgãos de licença e fiscalização estão precarizados e sucateados. Os conselhos que fazem licenciamento também têm ocupação estratégica. Os assentos das empresas são controlados pelo setor mineral, o governo normalmente é pró-mineração e os assentos de ONGs são ocupados por aquelas com projetos financiados por mineradoras. Não é por acaso que o licenciamento feito em dezembro na região de Brumadinho só teve um voto contrário.

O que poderia explicar a vulnerabilidade desses territórios?

As cadeias são globais — a tomada de decisão não está no território. A Vale tem pouco poder de pressão sobre clientes, porque vende commodity. Ela obedece o preço que a China impõe, não captura valor na venda. Se não pagar dividendo suficiente, o investidor compra ação de outra empresa. Então o que a mineradora faz? Reduz o custo na operação. Como as operações da Vale são concentradas no Brasil, os impactos acontecem mais aqui.

E como o setor de mineração tem estabelecido relações com o governo federal?

Ficou claro no governo federal e é forte em MG o fenômeno da porta giratória: empresas contratam pessoas com cargos no governo e representantes de empresas passam a ocupar esses mesmos cargos. Quando entrou o governo Temer, todo o segundo escalão do **Ministério de Minas e Energia** veio dos quadros da Vale. O Código Mineral foi aprovado nesse contexto.

Deve haver continuidade dessa relação no governo Bolsonaro?

Acho que ele ainda não tem posição clara. Há uma discussão sobre terras indígenas mais ligada ao agronegócio. Acredito que até o final do governo, o setor vai tentar emplacar lei complementar à Constituição para mineração em terras indígenas. Não agora, porque está todo mundo atento por conta do desastre.

Seus artigos ligam o preço do minério ao rompimento de barragens.

Normalmente, na alta dos preços do minério, as obras são feitas às pressas. Quando o preço cai, empresas cortam custos de manutenção e monitoramento. Um estudo americano mostra uma tendência de pico na frequência de rompimentos entre 18 e 24 meses depois do pico do preço do minério. Ainda não há dados sobre essa correlação no caso de Brumadinho, mas o modelo cai como uma luva no caso da barragem de Fundão [em Mariana].

O que pensa sobre a afirmação de que a mineração é um mal necessário?

Ela é necessária, mas é não má. A armadilha é a dependência do poder das mineradoras. Precisamos reequilibrar essa correlação de forças, para que trabalhadores e comunidades tenham voz e capacidade de tomar decisão sobre o que ocorre no seu território. O modelo de mineração que o Brasil adotou, sim, é um mal. E ele não é necessário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Desastre afeta mais a imagem do que as finanças da Vale, dizem analistas

Avaliação é que nova tragédia em MG pode dificultar atração de investimentos e até de profissionais

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) já causou danos financeiros à mineradora, mas o impacto mais profundo se dará na imagem da companhia, tanto para a atração de investimentos quando de bons profissionais no mercado, avaliam analistas.

A tragédia deixará um alerta sobre a real situação em que se encontram as barragens da Vale em geral e a necessidade de investir em tecnologias, além de questionamentos sobre a qualidade da gestão de riscos realizada pela companhia, estimam especialistas.

Do ponto de vista do reconhecimento internacional, há potencial para contaminar todo o mercado de mineração no Brasil, pelo fato de ter acontecido pouco mais de três anos após o desastre de Mariana (MG).

Para Pedro Galdi, analista da Mirae Corretora, a pressão internacional vai forçar o governo a rever a legislação, o que poderá desencadear custos com avanços tecnológicos para todo o setor.

“O risco para a mineração se torna maior. Isso vai levar as empresas a mudar tecnologia. Hoje, há tecnologia a seco, não precisa fazer barragem. As empresas vão ter que gastar dinheiro. Vai precisar estudar como fazer isso, e são gastos importantes. Não é só a Vale que tem barragem.”

André Perfeito, economista da Necton, diz que o grau de envolvimento do governo para aperfeiçoar os sistemas de controle será observado pelo mercado nos próximos meses e terá influência direta sobre o valor das ações da Vale.

Na sexta-feira (25), em reação às primeiras notícias da tragédia, os ADRs (recibos de papéis de ações) da Vale negociados em Nova York fecharam em queda de 8%. Por causa do feriado, a Bolsa de São Paulo não operou, e os primeiros reflexos do mercado à queda da barragem só aparecerão no Brasil nesta segunda (28).

“A rigor vai ter uma queda logo de início, mas a continuidade ou não desse tombo terá muito a ver com a perspectiva de quanto o governo vai querer resolver esse problema ou não”, afirma Perfeito.

A agência de classificação de risco S&P anunciou no sábado (26) que poderá rebaixar a nota da Vale em vários degraus em razão das implicações financeiras decorrentes do desastre.

Até agora, a empresa já recebeu três pedidos de bloqueio de valores de suas contas.

Neste domingo (27), a Justiça de Minas Gerais determinou o bloqueio de mais R\$ 5 bilhões da Vale para garantir auxílio às vítimas. No sábado, o Ministério Público solicitou outros R\$ 5 bilhões para reparar danos ambientais. No mesmo dia, a Advocacia-Geral de Minas Gerais entrou com pedido de R\$ 1 bilhão para socorrer as vítimas, levando o total a R\$ 11 bilhões bloqueados.

O Ibama já aplicou multa de R\$ 250 milhões, mas, na prática, são cifras que os analistas não consideram dramáticas para uma empresa cujo valor de mercado alcança quase R\$ 300 bilhões.

“Não é número que machuca a companhia de modo intenso, mas vem como um soco no estômago”, diz Raphael Figueredo, da Eleven Financial.

Do ponto de vista de produção e caixa, o impacto também é menor, calcula Galdi.

“A mina de Feijão pouco representa na produção da empresa. Não vai afetar a produção. Em caixa, a empresa está bem definida. Conseguiu um patamar satisfatório de dívida.” Procurada, a Vale informou entender que os bloqueios judiciais não são necessários, uma vez que não se eximirá de suas obrigações de atendimento emergencial da população e reparações devidas.

A empresa não se pronunciou sobre impactos financeiros das medidas.

O desafio para a empresa agora será reconstruir sua imagem, segundo César Caselani, professor de finanças da FGV. (Fundação Getulio Vargas)

“Ficou escancarada uma negligência, uma total falta de controle, processos ruins. Não é seguro ser funcionário da Vale. Qual é a confiabilidade de uma declaração da Vale de que as barragens estão seguras depois desses dois eventos?”, questiona o professor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rubens Valente

Título: Resgate tem pior dia, e caem chances de localizar sobreviventes em Minas

Risco de ruptura em 2ª barragem suspendeu buscas; bloqueio em contas da Vale chega a R\$ 11 bi

Dois dias após o acidente com uma barragem da Vale em Brumadinho (MG), as condições de resgate pioraram, e nenhum sobrevivente foi encontrado. Segundo o comandante da operação do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Eduardo Angelo, a chance de se localizar pessoas com vida a partir de agora é “bem pequena”.

Neste domingo, as equipes de busca encontraram uma dificuldade adicional. A ameaça de ruptura de outra barragem, desta vez com água, suspendeu as operações de resgate por cerca de dez horas.

Até o momento, 58 corpos foram localizados, dos quais 17 identificados. Há 305 desaparecidos e 192 resgatados.

A informação sobre as chances de resgate foi dada pelo comandante da operação em uma reunião com moradores no centro comunitário do Córrego do Feijão, onde se concentra parte das vítimas.

“Há possibilidade de se encontrar [pessoas] com vida sim. No entanto, a literatura que trata sobre esse assunto demonstra que a partir de 48 horas de empenho, a chance de encontrar vida é bem pequena. Existe [possibilidade]? Já aconteceu? Sim, já teve gente soterrada por mais de 30 dias, só que isso normalmente é um ponto fora da curva” disse o comandante.

Na sequência, ele procurou dar uma palavra de esperança aos moradores. “Mas existe essa possibilidade sim e a gente trabalha com a possibilidade de que nós vamos encontrar pessoas com vida”. Angelo disse que os bombeiros não conseguiram chegar a vagões de trem que foram atingidos pela lama e que, segundo moradores, podem conter corpos ou sobreviventes.

“A gente não está conseguindo chegar. Porque à medida que nós vamos avançando na lama, a gente encontra corpos. A cada corpo encontrado, a gente faz o trabalho e retorna. Nós localizamos um ônibus ontem. Mas quando estávamos para chegar nele, encontramos corpo, corpo, corpo. Hoje nós chegamos ao ônibus. Temos que fazer um trabalho de escavação nele”

Outro ônibus havia sido encontrado no sábado (27), com dez corpos.

A partir desta semana, as condições de busca devem mudar. No sábado, com a lama úmida e chuvas, os bombeiros tinham mais dificuldade de locomoção no terreno, e a maior parte do trabalho era feita com a ajuda de helicópteros.

Desta segunda-feira (28) em diante, com a lama já mais sólida, serão usados cães farejadores.

Também poderão ser usados equipamentos de auxílio trazidos por uma missão de especialistas israelenses. Médicos cubanos que estão no Brasil, desmobilizados com o fim do programa Mais Médicos, também ofereceram ajuda, mas ninguém os contactou até o domingo (27).

Do Panamá, o papa Francisco manifestou solidariedade às vítimas. “Quero exprimir a minha dor pela tragédia que atingiu o Estado de Minas Gerais no Brasil”, disse. “Recomendo à misericórdia de Deus todas as vítimas e ao mesmo tempo rezo pelos feridos e exprimo meu afeto e proximidade espiritual às suas famílias.

Para garantir o financiamento de ações emergenciais na área, a Justiça determinou o bloqueio de mais R\$ 5 bilhões da Vale, proprietária da barragem. Somando-se as duas decisões judiciais anteriores, o total bloqueado chega a R\$ 11 bilhões.

Neste domingo, os moradores de Brumadinho viveram quase dez horas de angústia após ouvirem, por volta das 5h30, o som da sirene de alerta.

O alarme tocou porque a barragem 6, próxima da que se rompeu na sexta (25), passou a apresentar risco iminente de rompimento. Trata-se de um repositório de água, com volume de 1 milhão de metros cúbicos, que poderia causar um alagamento que atingiria até 24 mil pessoas, segundo os bombeiros, considerando desabastecimento de água e energia.

De acordo com a Defesa Civil, a inundação seria ainda pior do que a de lama, porque a água desceria com mais velocidade e atingiria mais áreas. Com a avaliação de que a barragem está estável, as pessoas puderam retornar às suas casas por volta das 15h — até 3.000 seriam evacuadas em Brumadinho.

Na cidade, a circulação estava restrita, com a Polícia Militar controlando a passagem por regiões de risco. Os acessos à entrada do município também foram bloqueados, pois a avaliação das forças de segurança era de que a presença de mais pessoas traria mais tumulto. Todos os bloqueios foram retirados após a situação voltar ao normal

Enquanto a cidade estava fechada, grupos de dezenas de moradores subiram a pé a ponte principal sobre o Paraopeba para conferir a cor barrenta da água e ver os peixes mortos que desciam na corrente. “Tem curumba, mandi, dourado, surubim, piaui, tudo descendo o rio, morto. Uma tristeza. Não é mais rio, olha só... isso é lama. Não tem como o peixe respirar”, disse Mário Fernandes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 28/01/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:** Daniela Kresch**Título:** Equipe de Israel já atuou em mais de 20 desastres pelo mundo

Israel é reconhecido por sua resposta rápida a catástrofes e está entre os primeiros países a prestar assistência humanitária a áreas afetadas por desastres.

A Unidade Nacional de Resgate das Forças de Defesa de Israel (FDI) foi criada em 1984 para lidar com ameaças com as quais o país lida regionalmente, como atentados terroristas. Mas, em 1985, começou a participar de eventos trágicos pelo mundo. Desde então, participou de 25 eventos, o primeiro foi no México, que sofreu, naquele ano, um terremoto.

A unidade retornaria ao país em setembro de 2017, quando levou 71 soldados ao país após mais um tremor de terra. Ela atuou também em países como Argentina, Chile, Haiti, Filipinas, Japão, Turquia e Nepal. No Brasil, é a primeira vez.

“Também já ajudamos em buscas e resgates em países cujo relacionamento diplomático é mais frio com Israel. Nosso objetivo é justamente ser uma ponte universal” disse o major Motti Finkelstein, vice-comandante da Unidade Nacional de Resgate das Forças de Defesa de Israel (FDI).

A delegação que chegou neste domingo (27) a Minas Gerais tem cerca de 130 soldados e oficiais reservistas, entre eles especialistas em engenharia, médicos e pessoal de resgate. As tropas levaram consigo dispositivos de sonar e drones, além de cães farejadores.

“A partir do momento em que a diretriz veio, uma série de avaliações e preparações foram feitas para entender o desafio de lidar com locais dizimados como resultado do desastre”, disse o porta-voz do IDF, Ronen Manelis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 28/01/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:** Rubens Valente**Título:** Desastre traz à tona ressentimento e críticas contra a Vale

Entre os alvos de protestos estão o licenciamento expresso das barragens e a falta de assistência para os atingidos

Raiva e indignação são sentimentos predominantes entre moradores da região de Brumadinho (MG) sobre o comportamento da Vale tanto no desastre de sexta-feira (25) quanto nos últimos anos, quando insistiu em expandir suas atividades na região.

O rompimento da barragem desencadeou uma onda de críticas que vão do desdém de seus executivos, quando confrontados nos últimos tempos pela população, ao descaso pela ineficácia do sistema de emergência.

No sábado (26), a Folha acompanhou um grupo de 40 pessoas que protestavam com faixas e cartazes contra a empresa no bairro de Casa Branca. “Fora, Vale! Fora, Vale! A Vale é um horror, destrói a vida, a natureza e o amor”, cantava o grupo de manifestantes, formado por acadêmicos, profissionais liberais e ativistas ambientais, que há tempos contestam as atividades mineradoras na região. Cartazes diziam que “não foi acidente, foi crime”.

“Depois do que ocorreu com Mariana, não tem sentido isso acontecer. E de novo com a mesma empresa que ganha, no final do ano, bilhões de reais em lucros. É inacreditável. Sempre se fala do passivo ambiental, mas, além disso, tem a morte de tantas pessoas. E sempre fica por isso mesmo”, disse a artista plástica e professora Maria Elisa Miranda.

A Vale é uma das controladoras da Samarco, dona da barragem de Fundão, em Mariana, com a BHP Billiton.

“O protesto que fizemos foi quase uma criação espontânea devido ao horror que isso significa para nós que estamos vivendo aqui em torno dessas minas. Como disse um representante do Ibama, nós temos uma bomba-relógio sobre nossas cabeças, barragens em situação de risco”, disse Maria Elisa, em referência à ampliação das atividades da Vale na região.

O ativista ambiental e professor de francês Leonardo Babo reclamava das novas autorizações dadas pelo governo estadual. “Foi um licenciamento que eles chamam de ‘express’, eles usam essa expressão. Foi a toque de caixa, marcaram uma reunião atrás da outra, foi rapidíssimo.”

Como a Folha relevou no sábado, a ampliação das atividades do complexo onde fica a barragem foi aprovada com um rito mais rápido do que seria o adequado, depois que a classificação de risco foi rebaixada, sem explicação.

A indignação com a empresa já era notada

Na noite de sexta, horas depois do desastre, a reportagem encontrou o presidente da associação dos moradores do Córrego do Feijão, Luciano de Oliveira Lopes, 48, se dizendo perplexo com o não funcionamento do sistema de alerta.

Há cerca de dois meses, a Vale fez um treinamento com todos os moradores do bairro para o caso de desastre. A empresa chegou a soar a sirene e fez uma simulação de evacuação dos locais de risco. Na sexta-feira, nada funcionou.

“Você faz um simulado, você participa de várias reuniões dentro da própria empresa e ninguém sabe explicar por que não tocou a sirene. Como você investe num material que vale bilhões e não atendeu ninguém? Não atendeu nem os próprios funcionários da empresa, que morreram também, nem a comunidade. Olha a situação que a comunidade ficou?”, disse Lopes. Ele estima ter “perdido mais cem conhecidos e companheiros”.

O tratorista Vicente Antunes de Oliveira afirmou que foi acordado pela sirene na manhã deste domingo (27). “A Vale não veio aqui em casa até hoje. O que eles tinham que fazer? Pegar o pessoal e colocar num ônibus, levar para um lugar mais alto. A gente fica aí... Correr para onde? Quem tem carro sai fora. E quem não tem? Isso a culpada é a Vale mesmo”, disse.

Oliveira se disse indignado com o comportamento de executivos que não procuraram os moradores para falar sobre o desastre.

“Ninguém veio falar com a gente. Eles passam aqui na rua de carrões bonitos, com ar-condicionado, não param nem para saber se eu tenho o que comer, o que beber. O armazém está fechado. Se uma criança quer um leite, não tem leite. Para comer, agora eu tenho que ir lá no centro comunitário para pedir um favor para eles. Eles que tinham que trazer as coisas aqui. Teria que ir de casa em casa. Eles que fizeram essa confusão toda”, disse Oliveira.

O estudante de direito Jeferson Custódio Santos Vieira, 19, que tem como desaparecidas uma avó, Diomar Custódio, uma tia, Jussara Ferreira, e uma professora de direito civil, a coordenadora do curso de direito da Faculdade Asa de Brumadinho (MG), Sirlei de Brito Ribeiro, além de amigos de infância, disse que a Vale “iniciou um diálogo com a comunidade sobre um eventual acidente, mas acabou que não teve utilidade nenhuma”.

Ele disse que há meses comentários circulam no povoado sobre risco de desabamento da barragem. “Os funcionários lá de dentro já comentavam. A empresa tinha algum conhecimento. Em 2018, fez um levantamento de valores e donos de terrenos e casas aqui na região. Qual o objetivo? O levantamento ocorreu justamente nas áreas atingidas pelo desastre”, disse Vieira.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor:****Título: Rapidez do acidente impediu acionamento de sirenes, diz Vale**

OUTRO LADO

Em nota enviada à reportagem a Vale afirma que devido à velocidade com que ocorreu o acidente, não foi possível acionar as sirenes relativas à barragem 1, mas que aquelas referentes às barragens 4 e 4A foram tocadas

“Lamentamos profundamente o ocorrido. Trata-se de uma grande tragédia humana. Todas as barragens da Vale estão em conformidade com a legislação ambiental e seguem os mais altos padrões internacionais de segurança”, afirma a empresa.

“As causas do rompimento estão sendo investigadas e serão comunicadas com transparência e a maior agilidade possível. Estamos trabalhando com toda a energia para dar uma resposta clara e efetiva à sociedade”, disse a nota.

A companhia afirma que foram retiradas 1.000 pessoas de áreas próximas ao rio Paraopeba e levadas para uma área segura. Além disso, diz a nota, a empresa criou um comitê formado por assistentes sociais e psicólogos para auxiliar os atingidos. “A empresa colocou à disposição 40 ambulâncias e helicópteros para apoio ao resgate, além de um caminhão-pipa com água potável para a comunidade.”

Segundo a nota, o alarme deste domingo (27) se deu porque foi detectada uma alteração nos níveis de água em um instrumento que monitora a barragem 6. “Preventivamente, avisamos às autoridades e as ações para evacuação da população foram tomadas.”

Questionada sobre o fornecimento de informações aos familiares, a Vale afirma que até às 10h deste domingo (27), foram recebidas mais de 1.400 ligações nos dois canais telefônicos disponibilizados pela empresa (0800-285-7000 e 0800-821-5000).

“A Vale incentiva que a população continue utilizando esses canais para informar sobre desaparecidos ou para solicitar qualquer tipo de assistência emergencial e reparação.”

Sobre o engajamento de seus executivos, a empresa afirma que no domingo o diretor-presidente Fabio Schvartsman esteve em Brumadinho (MG) para

acompanhar o trabalho de apoio às pessoas impactadas pelo rompimento da barragem.

“O executivo foi ao Centro de Comando, na Faculdade ASA, e conversou com as equipes de funcionários da Vale, voluntários, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, além de autoridades locais.”

Colaborou Júlia Barbon

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Defesa Civil pede doação de água e produtos de higiene

Depois de emitir um alerta para suspender a arrecadação de doações, a Defesa Civil de Brumadinho (MG) atualizou na noite deste domingo (27), a lista dos itens que ainda são necessários para ajudar as vítimas da tragédia: água potável, café, açúcar, produtos de higiene pessoal —principalmente femininos —, remédios e ração. Parte das doações já recebidas já foi distribuída. Também neste domingo o major Flávio Santiago, porta-voz da Polícia Militar, fez um alerta para que se tome cuidado ao fazer doações em dinheiro — segundo ele, há contas falsas circulando em redes sociais.

O Banco do Brasil abriu uma conta corrente em nome da Prefeitura de Brumadinho para receber doações: agência 1.669-1, conta 200-3 (SOS Brumadinho), CNPJ 18.363.929/0001-40

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Em centro de apoio, voluntários oferecem até energia positiva

Local organizado pela Vale para acolher atingidos e parentes reúne enfermeiros, religiosos e funcionários da companhia

Usando boinas, um grupo de seis pessoas posicionou 12 cadeiras nos fundos do local que serve de centro de apoio da Vale aos familiares e atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

Ali ofereciam “energia positiva” a quem quisesse sentar em frente a um deles. O grupo usa a técnica japonesa sukko mahikari e veio de Belo Horizonte. “A ideia é transmitir essa luz para quem quiser receber”, diz uma das voluntárias. Cada atendimento durava cerca de dez minutos.

O centro de apoio da Vale recebe dezenas de voluntários desde sexta (25), quando a barragem da Mina do Córrego do Feijão rompeu, espalhando lama até o rio Paraopeba e matando ao menos 58 pessoas.

Identificados com coletes amarelos, os voluntários se dividem entre apoio psicológico às famílias, cadastro dos atingidos, separação das doações recebidas, atendimento médico, gestão do refeitório e também detêm as listas de desaparecidos e encontrados para consulta — segundo a Vale, são cerca de 150 voluntários por dia.

Parte deles, porém, é de funcionários da empresa, que foram convocados para o atendimento no local.

Segundo uma dessas funcionárias, eles não podem dar entrevista. Mesmo dois voluntários sem relação com a empresa não quiseram falar com a reportagem. Um deles consultou a coordenação dos voluntários e foi orientado a não dar entrevista. A companhia informa que centraliza a comunicação com a imprensa para evitar a circulação de informações incorretas.

Todos os voluntários que chegam ao centro de apoio oferecendo serviço são cadastrados pela companhia. Uma enfermeira de São Paulo disse, porém, que seu cadastro foi perdido e ela não estava conseguindo fazer um novo.

“Há um desencontro de informações, não está sendo como deveria”, diz Anita dos Santos, 64. A enfermeira, que teve experiência como voluntária na guerra do Afeganistão, diz que o trabalho no centro de apoio é mais de “dar o ombro e chorar junto” do que de atendimento médico.

Um enfermeiro voluntário de Betim, Fabrício Natalino de Brito, 31, diz que a tarefa é “se colocar no lugar do outro”. “A gente se sente impotente por não conseguir dar um feedback positivo às famílias, mas estamos realizando o que está ao alcance, a arte do cuidado.”

A Cruz Vermelha também mobilizou 30 pessoas em Brumadinho — outras 50 estão a postos se for necessário.

Os voluntários ajudaram com postos de atendimento na cidade, recepção de doativos e até se enfiando na lama com os bombeiros nos resgates nas áreas atingidas. Foi a Cruz Vermelha que estruturou as salas de atendimento médico e

psicológico no centro de apoio da Vale, segundo Ricardo Márcio Oliveira, 42, membro da organização.

Grupos religiosos também prestam auxílio às famílias. À tarde, um pastor realizou uma oração formando um grande círculo com os familiares.

Uma voluntária, que não quis dar seu nome, diz que elaborou etiquetas com os nomes de 80 “coletes amarelos”.

Ela veio de Nova Serrana, no oeste do estado, com outras dez pessoas. “A gente chegou só distribuindo pirulito e um sorriso. Agora já estamos separando doações na quadra e encaminhando para hotéis onde estão atingidos”, conta.

Um grupo de 23 voluntárias, entre elas assistentes sociais e psicólogas, também aguardava seus coletes amarelos para iniciar o atendimento. O grupo chegou de Belo Horizonte numa iniciativa coordenada entre a Vale, o governo de Minas e uma ONG.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rubens Valente

Título: Viúva de vítima de Mariana e irmã ajudam atingidos

Duas irmãs que viveram de perto a tragédia de Mariana (MG), em novembro de 2015, viajaram por conta própria para Brumadinho para trabalhar como voluntárias no apoio às famílias de mortos e desaparecidos pelo rompimento da barragem.

O marido de Aline Ferreira Ribeiro, Samuel Vieira, funcionário de uma terceirizada da Vale, morreu em Mariana.

Em Brumadinho, elas criaram um grupo de mensagens de celular para acompanhar e orientar famílias de vítimas.

No centro comunitário do Córrego da Ponte, onde a Vale criou um posto de atendimento às famílias, as irmãs observavam criticamente o trabalho de atendimento aos moradores e parentes de vítimas.

Citando o caso de uma mulher que perdeu um irmão e um primo no rompimento em Brumadinho, Aline afirmou que a família está “sem notícias há muito tempo e a Vale não está dando notícia para eles”.

“A Vale não está dando nenhuma estrutura, nem psicológica nem nada. A maioria das pessoas que estamos vendo aqui [no centro comunitário] são voluntários, é isso que está ajudando os atingidos”, disse Aline.

“As famílias ficam aqui esperando, esperando. Aqui não tem televisão, a gente não consegue ver o que está acontecendo no mundo lá fora. Não tem informação de nada aqui.”

A advogada Luísa Ribeiro, que acompanhou todo o pós-desastre de Mariana, disse que o plano de emergência empregado em Brumadinho “é ainda pior”. “Aqui está muito menos organizado do que lá. E a gente imaginaria que estaria melhor, pela experiência que tiveram lá [em Mariana] . Mas não foi bem assim não”, disse Luísa.

Luísa disse que a Vale “não está deixando os parentes descenderem até o Córrego do Feijão, para saber de seus parentes”. Desde sábado (26) a Polícia Militar faz bloqueios nas vias de acesso ao distrito.

No sábado à tarde, a Folha foi impedida de chegar ao Córrego do Feijão, sob o argumento de que havia risco de rompimento de outra barragem.

Contudo, o local onde atuam os bombeiros e está a maior parte da população do Córrego, segundo o próprio Corpo de Bombeiros, não é considerada área de risco.

A Vale diz que desde o rompimento disponibilizou postos de atendimento aos atingidos, onde funcionários da empresa e voluntários fazem acolhimento e identificação dessas pessoas.

A companhia diz ainda que até às 10h deste domingo (27) recebeu “mais de 1.400 ligações nos dois canais telefônicos disponibilizados” pelo Comitê de Ajuda Humanitária, que devem ser usados para informar sobre desaparecidos ou solicitar assistência emergencial. Os números são 0800-285-7000 (Alô Ferrovia-prioritário) e 0800-821-5000 (Ouvidoria da Vale).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Flávia Faria

Título: Lei de segurança de barragens patina há 8 anos

Só 3% dos reservatórios sob o programa nacional foram fiscalizados em 2017; há 20 fiscais para 790 barragens de mineração

São Paulo - Oito anos depois da sua aprovação, o Brasil ainda precisa para tornar efetiva sua Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). O principal problema, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA) e especialistas ouvidos pela Folha, é o número insuficiente de funcionários em órgãos fiscalizadores pelo país.

A lei federal, aprovada em setembro de 2010, visa garantir padrões de segurança que minimizem acidentes e seus efeitos no meio ambiente e nas comunidades afetadas.

Em tese, a fiscalização dos órgãos estaduais e federais — há 41 com potencial fiscalizador, mas só 33 efetivamente fiscalizam — é restrita aos reservatórios que se enquadram nos critérios da PNSB. Mas até para saber se as barragens têm as características estabelecidas pela lei é necessário, muitas vezes, que a equipe vá até o local fazer medições.

Como critério, a PNSB especifica características de altura, capacidade de armazenamento de água, periculosidade dos resíduos e gravidade do dano social e ambiental caso haja algum acidente.

Estão cadastradas 24.092 barragens no país. Mas o número real pode ser maior. Dessas, 4.510 (19%) estão submetidas à PNSB. Em 76% dos casos não está definido se o reservatório é submetido à política nacional por falta de informação.

"Este é um dado preocupante, pois definir se uma barragem se submete ou não à PNSB é o trabalho básico de todas as entidades fiscalizadoras, e sete anos após a implementação da lei nº 12.334/ 2010 [que estabelece a PNSB] esta tarefa deveria estar praticamente finalizada. É possível concluir que, infelizmente, ainda não se sabe qual é o universo de barragens que devem ser fiscalizadas quanto à PNSB", diz trecho do mais recente Relatório Nacional de Segurança de Barragens, lançado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2018, com dados de 2017.

Além disso, 42% das barragens não têm autorização, outorga ou licenciamento, e 570 não têm "dono" — não se sabe quem é o responsável legal.

Espécie de banco de dados para o monitoramento dos reservatórios, o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, implantado de forma inicial em 2017, também não funciona de maneira integral. Para a ANA, "o número de barragens cadastradas no sistema ainda é reduzido, restringindo a

utilização do mesmo como fonte de informação à sociedade sobre a situação da segurança de barragens no país".

Em 2017, segundo relatório da agência, só 3% dos reservatórios foram vistoriados pelos órgãos fiscalizadores. De acordo com o documento, havia apenas 154 funcionários para fiscalizar todas as barragens do país, entre estaduais e federais, e em geral eles têm outras funções além das vistorias. Nove estados não fizeram nenhuma ação de fiscalização em todo o ano.

No caso das barragens de mineração, como a que se rompeu na sexta (25), em Brumadinho (MG), a supervisão fica a cargo da Agência Nacional de Mineração (ANM). Há 790 reservatórios do tipo, 357 só em Minas, estado com a maior concentração. Segundo a ANA, a ANM contava, em 2017, com 20 funcionários na equipe de fiscalização.

Especialistas ouvidos pela Folha elogiam a legislação atual, mas alertam que falta fiscalização efetiva. "O problema é que alguns órgãos não têm equipe suficientemente grande para exercer a fiscalização detalhada", diz Flavio Miguez de Mello, membro do Comitê Brasileiro de Barragens.

Outro empecilho é a alta rotatividade de funcionários. "O técnico é treinado, se capacita. Daí a um ou dois anos ele sai. A maioria dos órgãos não tem concurso público e tem baixos salários. A pessoa procura outras alternativas", disse Fernanda Laus, coordenadora do relatório da ANA em 2018.

Além de exigir atividades de fiscalização do poder público, a PNSB estabelece que os empreendedores, ou seja, os responsáveis pelas barragens, façam inspeções regulares de segurança. Segundo a ANA, em 2017 foram feitas mil ações do tipo em todo o Brasil.

Diante das recentes tragédias, Roberto Kochen, professor da Escola Politécnica da USP e diretor do departamento de infraestrutura e habitat do Instituto de Engenharia, cobra mais responsabilidade dos empreendedores.

"As empresas têm que ter noção de que não basta contratar uma pessoa para dar uma olhadinha na barragem e ver se está tudo certo. Precisa fazer análise, avaliar a parte mecânica, elétrica, a geotecnia. Precisa de gente qualificada", diz.

No plano nacional, está parado no Senado um projeto de lei que prevê mais obrigações para os responsáveis pelas barragens, como plano financeiro para arcar com possíveis desastres ambientais e sociais. Também propõe a criação de um comitê técnico para analisar acidentes.

"Infelizmente o projeto ficou parado na Comissão de Meio Ambiente, que não teve capacidade nem coragem política para priorizar o novo marco legal. A lei é

antiga e não protege em absoluto as pessoas e as regiões. Isso é um prejuízo coletivo, são vidas humanas ceifadas", diz o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que apresentou a proposta em 2016.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Vale usou plano de fuga de barragem como modelo

Coluna do Estadão

A Vale usou o plano de emergência em caso de rompimento da barragem no Córrego do Feijão como modelo de excelência a ser copiado em outras regiões. Chegou no último dia 28 de novembro a exibir para moradores do distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido como Macacos, um vídeo no qual 109 pessoas de Brumadinho (MG) participaram do simulado identificando as rotas de fuga e medidas de autossalvamento. Da ata da reunião, consta que 89% da comunidade do Feijão participou do treinamento. Na prática nem a sirene tocou.

» La Garantía Soy Yo. A ata registra que na reunião representantes da Vale garantiram que "não há qualquer problema com as cinco barragens da região de Macacos, que estão 100% seguras" e que o treinamento era apenas preventivo.

» Antes tarde... Somente ontem o Ministério da Economia foi incluído no Conselho Ministerial criado sexta, 25, para acompanhar a tragédia em Brumadinho.

COM NAIRA TRINDADE, JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA.
COLABORARAM ANDRÉ BORGES, TÂNIA MONTEIRO, LUCI RIBEIRO ALVES E
IDIANA TOMAZELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Cida Damasco

Título: No rastro da lama

São dezenas de mortos, centenas de desaparecidos, inúmeras dúvidas e ilações, e uma única certeza. A tragédia de Brumadinho escancara o quanto o Brasil está despreparado para um ciclo de crescimento com responsabilidade social, que deve ser o objetivo de qualquer país que se preze. Nem bem Minas e o País se distanciaram da tragédia de Mariana, ocorrida em 2015, e as mesmas cenas se repetem à vista de todo mundo.

Num "déjà vu" desanimador, a mesma Vale insiste nas mesmas explicações inaceitáveis. As mesmas autoridades prometem identificar e punir os culpados o mais rápido possível, além de tomar providências para evitar que novos acidentes aconteçam – controles, fiscalizações, auditorias e assim por diante. Muitas delas, inclusive, que fizeram vistas grossas à demora da Vale em assumir suas responsabilidades no caso de Mariana e, mais ainda, à expansão da produção da empresa em Minas, apesar dos riscos apontados por especialistas.

Além disso, no clima de guerra política que atravessou a campanha eleitoral e persiste no início do mandato de Bolsonaro, cada lado tenta buscar culpados entre seus opositores, numa simplificação quase infantil do problema. Nas redes sociais, sobram ataques, por exemplo, à privatização da empresa na gestão FHC, como se o Estado brasileiro, em todas as suas esferas, cuidasse bem de seu patrimônio. Estão aí, para quem quiser ver, os exemplos de obras públicas deterioradas nas grandes cidades, como os viadutos e pontes de São Paulo, e um sem número de outras inacabadas, que apodrecem antes de serem concluídas.

De mais prático, por enquanto, a pressão financeira sobre a empresa, via bloqueio de R\$ 11 bilhões pela Justiça e multa de R\$ 250 milhões pelo Ibama. A pergunta que não quer calar, contudo, é a seguinte: a Vale é um caso único, uma exceção num ambiente de empresas "socialmente corretas" e de Estado atuante? Infelizmente a resposta é não, por mais que se reconheça seu poder, como terceira empresa listada em Bolsa e segunda maior mineradora do mundo. No universo das empresas, claro que se observa um aumento nas preocupações com sustentabilidade – até porque a inserção no mercado internacional cada vez mais impõe práticas de responsabilidade social. Mas é inegável que ainda estamos muito longe de padrões civilizados nesse quesito. Na prática, muito marketing, muitos relatórios, e ações efetivas insuficientes.

No setor público, não se pode dizer que a legislação existente seja fraca, mas sua aplicação deixa a desejar, com as chamadas manobras protelatórias, para dizer o mínimo. Mais preocupante é a ameaça de que os esforços para acelerar o crescimento atropelem o cumprimento das normas atuais ou, pior ainda, levem a seu abrandamento. Quem nunca ouviu empresários e líderes setoriais apontando as regras ambientais como um dos principais obstáculos aos investimentos?

A atividade econômica ainda caminha em ritmo lento, saindo de um crescimento do PIB abaixo de 1,5% em 2018 para uma taxa nas vizinhanças de 2,5% em 2019. E, segundo a maioria dos diagnósticos, é necessário um "arrastão" em busca de investimentos do setor privado, para encorpar esse crescimento. Daí a tentação de flexibilizar controles ambientais, para destravar principalmente obras de infraestrutura.

Nesse quadro, o raciocínio acaba sendo inverso ao que deveria ser. Se há leis razoavelmente rígidas e elas não estão funcionando, vamos afrouxá-las. Quando o correto seria eliminar, sim, burocracias desnecessárias – principalmente aquelas dificuldades criadas para vender facilidades, tão comuns por aqui –, mas tapar brechas e fortalecer órgãos de controle, para garantir que as leis funcionem. Só como exemplo, mais de 70% de 790 barragens de rejeitos no País não foram fiscalizadas pela Agência Nacional de Mineração, mesmo depois do desastre de Mariana. Sem contar o persistente encolhimento dos orçamentos do Meio Ambiente e a estrutura indigente do Ibama.

Os malabarismos ensaiados para encaixar o Meio Ambiente no ministério de Bolsonaro já mostram claramente a prioridade que se dá a esse tema no País. Não é por acaso que circularam e continuam a circular pelo Congresso vários projetos com o objetivo de afrouxar os controles ambientais. O novo presidente do Ibama, Eduardo Bim, por exemplo, já havia se manifestado a favor do licenciamento automático para o agronegócio. E o novo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defende uma espécie de "autodeclaração" das próprias empresas para a liberação de algumas obras.

Claríssimo que, sob o impacto de Brumadinho, todos pensarão duas vezes antes de encaminhar propostas nessa direção. Pelo menos até que Brumadinho e Mariana sejam jogados para o canto da memória.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Tânia Monteiro / BRASÍLIA Paula Reverbel

Título: Bolsonaro se interna e faz hoje nova cirurgia em SP

Executivo. Presidente vai retirar bolsa de colostomia usada desde o atentado sofrido em setembro; Mourão assume com missão de administrar governo em "perfeita sintonia"

Com a confirmação da cirurgia para a retirada da bolsa de colostomia, marcada para hoje cedo no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro repassa pela segunda vez o comando do governo ao vice Hamilton

Mourão, com quem se reuniu na sexta-feira por duas horas para acertar os termos da nova interinidade. A ideia é que o núcleo do presidente no hospital fique reduzido a familiares e a poucos assessores, cabendo a Mourão e a "ministros da Casa" (como o general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, e Onyx Lorenzoni, da Casa Civil) a administração do Planalto. A intenção é só levar a Bolsonaro o que for considerado absolutamente imprescindível.

Bolsonaro se internou ontem cedo e, segundo previsão inicial dos médicos, deve ficar no hospital por cerca de dez dias. Durante as primeiras 48 horas pós-cirurgia, ficará na UTI, com Mourão como presidente em exercício. Nesses dez dias, parte das atenções do governo estará voltada para assuntos como a escolha dos novos presidentes e dos integrantes das mesas diretoras da Câmara e do Senado. A eleição está marcada para 1.º de fevereiro, e o Planalto aposta na escolha de nomes que possam dar respaldo à aprovação de projetos como a reforma da Previdência.

Um primeiro movimento do governo provocou reação no Senado. Onyx foi acusado de tentar intervir na disputa na Casa, ao articular apoio a Davi Acolumbre, do DEM, mesmo partido do ministro. Entre os possíveis candidatos, estão também Renan Calheiros (MDB-AL) e Simone Tebet (MDB-MS). Embora o governo diga, oficialmente, que vai manter neutralidade, internamente há quem defenda até Renan – visto inicialmente como oposição ao novo governo.

"O presidente vem se manifestando, em todos os momentos, que não há interferência do governo nessa questão", disse Mourão, ontem, ao Estado. "A exemplo do que tem feito o presidente, eu não vou interferir nisso.

Em absoluto." UTI. A primeira interinidade de Mourão durou os quatro dias em que Bolsonaro passou em Davos, na Suíça, participando do Fórum Econômico Mundial. Nesta segunda vez, apesar de oficialmente estar prevista para valer nas 48 horas em que o presidente estiver na UTI, vai durar na prática mais tempo, já que a ideia é que Mourão administre o governo "em perfeita sintonia". Os ministros devem permanecer em Brasília e seguir a São Paulo apenas se forem chamados para "casos urgentes". Mas nada antes de quarta-feira.

Em um primeiro momento, apenas os generais Augusto Heleno e Otávio Rêgo Barros, porta-voz do Planalto, além de alguns auxiliares mais próximos do gabinete pessoal, viajaram a São Paulo. Eles vão ficar hospedados em um hotel onde foi montado um mini "quartel-general" de apoio ao governo. Uma outra estrutura será oferecida para uso de Bolsonaro no próprio hospital, para eventuais reuniões de trabalho, mediante autorização dos médicos. Passada a cirurgia, o general Heleno retornará a Brasília.

Todo o mais será resolvido por Mourão e a equipe de "ministros da casa". Mourão já está designado para comandar a reunião ministerial de amanhã, em Brasília. Só depois do período em que Bolsonaro permanecer "incomunicável" na UTI é que ele poderá chamar algum ministro, que irá de Brasília para São Paulo em aviões da FAB que já estão acertados.

Internação. Bolsonaro chegou por volta das 10h30 de ontem ao hospital, acompanhado pela primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o filho Eduardo Bolsonaro (deputado federal pelo PSL), por Augusto Heleno, pelo porta-voz, pelo chefe de gabinete Pedro César Nunes e seguranças. No final do dia, o vereador Carlos Bolsonaro se juntou ao grupo.

Segundo boletim médico divulgado à tarde pelo hospital, o presidente foi submetido "à avaliação clínica pré-operatória, exames laboratoriais e de imagem, com resultados normais". "A cirurgia de reconstrução do trânsito intestinal está confirmada para amanhã (hoje)."

Será o terceiro procedimento cirúrgico de Bolsonaro desde que ele foi vítima de um atentado, em setembro passado, ainda durante a campanha eleitoral. Segundo médicos ouvidos pelo Estado, a nova cirurgia tende a ser mais tranquila do que as anteriores por não ser uma intervenção de emergência e porque foi agenda para um momento em que Bolsonaro está em boas condições físicas.

"(A cirurgia) Deve durar por volta de três horas e, se Deus quiser, correrá tudo muito bem. Muito obrigado a todos vocês e obrigado pelas orações. O Brasil é nosso", afirmou Bolsonaro, em vídeo postado no Twitter. No vídeo, gravado em um quarto do hospital, o presidente aparece com um avental azul usado por pacientes. Mais cedo, também pelo Twitter, Eduardo Bolsonaro escreveu que o clima era de otimismo, assim que desembarcaram "para a bateria de exames preparatórios para a cirurgia" que "vai reconstruir seu intestino, rompido pelo ex-militante do PSOL" (autor-confesso do ataque, Adélio Bispo dos Santos foi filiado ao partido até 2014, mas a legenda rechaça qualquer envolvimento no episódio).

À tarde, o presidente recebeu a visita do empresário Fábio Wajngarten, que ajudou a articular, com o embaixador de Israel, Yossi Shelly, a vinda da ajuda humanitária para as vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/01/2019****Seção: Metrópole****Autor:****Título: Brumadinho conta 58 mortos e 305 desaparecidos na tragédia**

Corpo de Bombeiros e Defesa Civil não localizaram ontem nenhum sobrevivente. Retomada de resgate atrasou por risco de novo rompimento de barreira da mineradora Vale. Caso deve entrar para história como o maior acidente de trabalho já registrado no País

No terceiro dia após o rompimento da barragem 1 da Vale no Córrego do Feijão, o número de mortos passou de 34 para 58 e o de desaparecidos, de 254 para 305. Ontem, a retomada das buscas ocorreu à tarde, depois que a Defesa Civil afastou o risco de um novo rompimento, desta vez da barragem 6, que guarda água da mineradora. Os moradores souberam do perigo às 5h30, quando foram acordados por uma sirene e retirados de casa.

Enquanto o resgate continua, parentes enterram seus mortos, como a médica Marcelle Cangussu, a primeira vítima a ser identificada. Desde então, outros 18 mortos também foram identificados.

Também ontem, a Justiça de Minas Gerais decretou novo bloqueio de recursos da Vale. Desta vez, o montante servirá para reparação de danos às vítimas da tragédia. No total, os bloqueios judiciais já somam R\$ 11 bilhões, quantia que representa 48% do caixa da empresa, segundo a consultoria Necton. Para hoje, a expectativa é de um pregão na bolsa turbulento para a mineradora.

Se o número de funcionários mortos da Vale ultrapassar 69, o Brasil estará diante do maior acidente de trabalho da história do País, afirmou o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, em referência à ação decorrente da morte de trabalhadores durante a queda de um pavilhão em Belo Horizonte, em 1971.

Em solidariedade às vítimas, o papa Francisco tuitou: "Quero exprimir a minha dor pela tragédia (...). Rezo pelos feridos e exprimo meu afeto e proximidade espiritual às suas famílias".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/01/2019****Seção: Metrópole****Autor: Renata Batista, André Borges, Pablo Pereira E Luan Santos, Especial Para O Estado Enviados Especiais/ Brumadinho (Mg)**

Título: Por 10 horas, risco de novo rompimento faz cidade viver pânico

Sirene de alerta foi ativada nas primeiras horas da manhã. Vale disse ter detectado alta em nível de 2ª barragem

Sirlei Gonçalves deixou a própria casa ontem, por volta das 5h30 da manhã, só com duas bolsas. À espera de notícias sobre o marido, funcionário terceirizado da Vale que sumiu após o desastre na mina de Brumadinho, ela foi orientada a deixar o imóvel por causa do risco de rompimento de uma segunda barragem da mineradora.

Após tocar a sirene de alerta da Vale logo cedo, autoridades foram até a área residencial para levar os moradores às áreas mais altas, como a Igreja Matriz, o quartel da Polícia Militar e o Morro do Querosene. Segundo os Bombeiros, um novo acidente poderia afetar até 24 mil moradores, além de comprometer o fornecimento de água e luz. O acesso ao centro e a ponte sobre o Rio Paraopeba foram fechados. Nas ruas, o clima era de pânico e parte das famílias se recusou a deixar as casas.

Em nota, a Vale disse ter acionado o alarme ao "detectar aumento dos níveis" da barragem, com capacidade de armazenar um milhão de m³ de água, ao lado do depósito de rejeitos que se rompeu. A empresa fez bombeamento dessa água para fora da barragem, mas o volume extraído não foi informado.

A ameaça de um novo desastre ainda interrompeu o resgate até as 15 horas, quando o risco foi afastado. "Com o passar do tempo as chances de encontrar (pessoas vivas) diminuí", disse o tenente-coronel Flávio Godinho, da Defesa Civil. Um ônibus foi achado com corpos, mas o número de passageiros no veículo não foi informado. As equipes localizaram outro coletivo, mas era necessário maquinário pesado para o resgate.

Houve protesto contra a Vale na praça do bairro Casa Branca, perto das barragens. Apesar da importância econômica da mineradora, segundo os manifestantes, é preciso interrompê-la. "A gente já vinha alertando. Ninguém quis nos escutar", disse Larissa Guedes. Também houve um ato em frente ao posto do comando dos Bombeiros.

Animais. A tentativa de salvar uma vaca atolada desde sexta mobilizou dezenas de pessoas, mas não teve final feliz. Após policiais, bombeiros e funcionários da Vale tentarem instalar tapumes no local, um grupo de 20 pessoas se embrenhou na lama. Uma corda chegou a ser usada para içar a vaca. Mas uma hora depois, ela foi sacrificada com uma injeção. O Ministério Público de Minas cobrou ontem da Vale, de forma imediata, o resgate dos animais isolados.

Inhotim. Ontem, o Instituto Inhotim informou que vai ficar fechado até dia 31, em solidariedade às vítimas. O local não foi atingido pela lama.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges Enviado Especial Brumadinho (Mg)

Título: 'É um corpo, vamos até lá', diz um brigadista

Busca é feita pelo cheiro e pelo olhar atento; barro movediço dificulta ações de resgate

A busca é feita pelo cheiro, pelo olhar atento que percorre a superfície da lama fétida, em busca de algum sinal de corpo humano, ou do que restou dele. Os brigadistas apontam para algo no meio do barro. Acompanhamento de longe, ao lado da casa engolida pelo rejeito. Dali, não consigo ver nada além de entulho. "É um corpo. Vamos até lá", diz um deles. Na equipe, são 11 brigadistas em ação. Dois deles entram no mato e voltam carregados de galhos para lançar sobre o barro mole. Fazem uma ponte improvisada até o que parece ser parte de alguém.

Um brigadista se volta para mim. Penso que serei expulso. A área foi isolada e não há mais ninguém ali. Ele pede ajuda. "Ei, você, me dá essa madeira aí no canto, rápido", diz, apontando um pedaço da porta que restou de um guarda-roupas. Entrego a madeira. Eles a lançam sobre o barro.

Caminhar na lama ainda é impossível. Dois dias após a enxurrada de rejeitos da barragem varrer o Córrego do Feijão, o barro ainda segue mole. Um passo em falso e você afunda até as canelas, sem conseguir sair. Para a equipe de brigadistas, na região o limite do salvamento são cinco, seis metros lama adentro. "Qualquer coisa além disso é risco de não conseguir voltar", diz um deles. "Procuramos sobreviventes, sempre. Mas aqui, a verdade é que estamos nos guiando pelo cheiro dos corpos ou pelo o que conseguimos ver."

Andando sobre as madeiras, chegam ao que seria um corpo. É. Com luvas, um deles se abaixa e passa a recolher os órgãos de alguém. Vísceras, estômago, fígado. Roupas. Em fila indiana, passam de mão em mão o que encontraram e depositam sobre uma manta metálica. Recolhem o material e somem na mata.

O deslocamento de vítimas achadas perto de estradas é feito por ambulâncias. Em áreas mais remotas, há apoio de helicópteros, que não param de cruzar o céu. Olho para o horizonte do mar de lama. Ao longe, nos cantos da vegetação, é possível ver mais mantas metálicas espalhadas, aguardando para serem recolhidas. "É melhor você ir agora", me diz um dos brigadistas. "Essa região ainda não está segura e foi isolada. O solo ainda está muito movediço."

Me despeço e saio pela mata. Toda a área foi cercada pela polícia e a entrada pelas estradas está proibida. Meu acesso à equipe de brigadistas se deu casualmente, quando entrei por uma estrada de terra que seguia até o Rio Paraopeba, outra vítima da catástrofe. Sítios e chácaras que não foram inundados estão vazios, com portas trancadas. A polícia ronda a região, por causa de saques.

Uma dessas casas é a chácara "Recanto Feliz", número 126, bem na beira da estrada interditada pelo mar de rejeitos. Sobraram sinais da felicidade. Brinquedos de crianças largados no sofá. Na pia, louça suja de almoço feito dois dias atrás. Na varanda, uma casinha de madeira para as crianças com vista para o que era o córrego. Não há mais vista. Nem crianças.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Denise Luna, Douglas Gavras e Fernando Nakagawa

Título: Bloqueios na Vale chegam a R\$ 11 bi

Volume total representa quase metade do caixa da empresa, que deverá enfrentar turbulência na Bolsa brasileira após perdas no exterior

O total de recursos da Vale bloqueados pela Justiça chegou ontem a R\$ 11 bilhões. Uma nova decisão judicial bloqueou R\$ 5 bilhões, a pedido do Ministério Público de Minas Gerais, para garantir a reparação de danos a vítimas e parentes do desastre ocorrido em Brumadinho. O valor ainda pode subir. Ontem, o Ministério Público do Trabalho de Minas solicitou bloqueio de mais R\$ 1,6 bilhão, com objetivo de assegurar indenizações, e o prefeito da cidade, Avimar de Melo Barcelos (PV), informou que multará a mineradora em R\$ 100 milhões.

Segundo Glauco Legat, da consultoria Necton, a Vale encerrou o terceiro trimestre do ano passado com cerca de US\$ 6,1 bilhões em caixa. Os recursos de R\$ 11 bilhões representariam 48% do caixa. "A empresa pode arcar com o valor, mas não deixa de ser uma soma elevada. O mais provável é que a Vale tente substituir esse congelamento por outro tipo de garantia, como fianças bancárias", avalia Legat.

Os próximos pregões da Bolsa devem ser turbulentos para a Vale, que já viu seus papéis no exterior derreterem após o rompimento da barragem. Como a Bolsa brasileira não operou no último dia 25, as ações da empresa só começarão a refletir o impacto do desastre hoje.

Na sexta-feira, os ADRs (como são chamados os recibos de papéis de ações) da Vale negociados em Nova York fecharam em queda de mais de 8%. A expectativa é de que as ações na Bolsa brasileira tenham um desempenho parecido hoje. "A queda lá fora foi grande, mas ainda não se tinha a dimensão da tragédia. O mercado deve punir a Vale", diz Fabio Silveira, da Macrosector.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou à GloboNews que é preciso "ir além e acima" em ações de segurança. "Vamos criar um colchão de segurança bastante superior ao que a gente tem hoje para garantir que nunca mais aconteça um negócio desse."

A agência de classificação de risco S&P anunciou que poderá rebaixar a nota da Vale, que é BBB-.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Teo Cury / BRASÍLIA

Título: Caso pode ser o pior acidente de trabalho do País

O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, disse ao Estado ontem que o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) pode ser considerado o maior acidente de trabalho da história do País, caso o número de mortos ultrapasse 69 – total de trabalhadores que morreram no desabamento do pavilhão de exposições do Parque da Gameleira, em Belo Horizonte, em 1971.

"Esse (de Brumadinho), infelizmente, parece que vai se sobrepor (ao de BH)." Há 287 desaparecidos, entre empregados próprios e terceirizados da Vale e a comunidade. Ao todo, há 58 mortes confirmadas até ontem à noite. Uma força-tarefa do Ministério Público do Trabalho em Minas foi criada para acompanhar o caso. A primeira medida a ser adotada pelo grupo é assegurar o pagamento de salário aos trabalhadores sobreviventes e às famílias dos desaparecidos até que sejam encontrados. Entre as medidas que podem ser adotadas depois, estão indenizações individuais e por danos morais coletivos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Renan Dasmasceno

Título: Moradores vivem horas de medo

Brumadinho – Cada hora na vida dos moradores de Brumadinho parece durar uma semana desde a sexta-feira. Ontem, o pesadelo começou pouco depois das

5h, quando o alarme de emergência do complexo de barragens do Córrego do Feijão disparou com a mensagem: “Atenção, esta é uma situação real de emergência de rompimento de barragem. Abandonem imediatamente suas residências”, dizia o comunicado, seguido de uma forte sirene, ouvida nas comunidades e em partes da cidade. As horas que se seguiram foram de desinformação, drama e desespero. Ao ouvir a sirene, Agnaldo Santana dos Santos saiu para as ruas para acordar os vizinhos. “Como acordo cedo, saí para a rua e fui acordando todo mundo”, disse, enquanto olhava para o local onde cerca de 30 casas que foram engolidas pela lama na sexta. “Nós estamos preocupados com nossos amigos que morreram, muita gente desapareceu.”

A sensação de desamparo de Agnaldo e milhares de outros moradores ontem evidenciou a precariedade da estrutura necessária para socorrer a população em caso de remoções de emergência. Parque da Cachoeira é uma das áreas mais atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão e, por isso, uma das que mais preocupam em caso de evacuação. No início da manhã, os bombeiros alertaram para que 24 mil pessoas deixassem suas casas, em bairros como Pires, Centro, Novo Progresso. Depois, à tarde, reduziram para 3 mil o número de moradores que deveriam ser evacuados por causa do risco iminente de rompimento da barragem de água B6 da Vale.

Após o susto de acordar com o alarme de emergência, Adélia de Oliveira não teve nem tempo de tomar os remédios para a pressão. “Quando cheguei no caminho, desmontei. Aí passou um homem e falou que me levaria”, disse Adélia, aferindo a pressão em frente à Unidade Básica de Saúde, que serve de ponto de apoio para a população do vilarejo que, segundo o líder comunitário Adilson Charles, tem cerca de 150 casas. Para dar conta do número de pessoas estimado pelos bombeiros, foram estabelecidos três pontos de segurança: a igreja matriz de São Sebastião, o Quartel da Polícia Militar, no Bairro Progresso e o Morro do Querosene. Em caso de vazamento, a previsão era que de 3 a 4 milhões de metros cúbicos de água chegassem à cidade.

Nas ruas

Pouco antes das 6h, todos os moradores estavam fora de casa. O dia amanhecia e ninguém sabia o que fazer. “A sirene tocou de manhã e todo mundo saiu, em seguida, o pessoal voltou para casa e ninguém deu informação se podia descer ou não. A situação é crítica”, relata Adilson Charles. “Mais de 20 casas aterradas. Tem uma vítima ali dentro, morador do bairro. Se eu não tivesse ido atrás do pessoal para isolar a área, estaria aqui tudo igual.”

Os primeiros bombeiros civis chegaram ao vilarejo por volta das 8h30. Passava das 9h quando foi colocado um cordão de isolamento e, então, os moradores começaram a deixar as casas – apenas da parte mais baixa. Cláudio Santos se

emocionou ao trancar a porta da casa de três cômodos, sem reboco nas paredes. “É a única casa que tenho, agora que a plantação começou a dar mandioca, as plantas estão bonitas”, lamentava Cláudio Santos. Outros moradores de Parque da Cachoeira não tiveram tempo para se despedir da casa, quando a lama passou e levou parte do bairro. “Minha casa tinha tudo: dois banheiros, televisão em cada quarto, máquina de lavar, panela elétrica. Foi tudo embora e não avisaram nada”, conta Laureane Oliveira de Souza. Se o passado, a lama levou, o futuro parece ainda pior. O marido de Laureane, Dari Laurindo, trabalhava em dragas de areia do Rio Paraopeba, atingido pela lama. “Perdemos carro, casa, foi tudo embora”, diz, desolado.

No meio da tarde, após a maior parte do volume de água ser retirado da represa, a Defesa Civil liberou o retorno das famílias para suas casas e a retomada das buscas pelos cerca de 300 desaparecidos. Ao todo, 58 corpos já foram encontrados e 16, identificados. Para Eronice Alves Ferreira, de 39 anos, e os filhos, a busca pelo marido, o operador de máquinas Rodrigo Henrique de Oliveira, de 30 anos, se tornou um sofrimento ainda maior desde sábado. Um dia após a tragédia, o nome de Rodrigo foi incluído equivocadamente pela Vale em uma lista de pessoas localizadas com vida e levadas ao hospital. Desde então, ela carrega no bolso uma foto em que ela aparece sentada ao lado do marido, para ajudar na localização. “Quero que ele apareça, que eles me deem uma solução. Ou vivo, ou morto. Foi alguém que preencheu aquela lista. Então, para onde mandaram ele? Eu quero ele”, desabafa.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, que esteve ontem em Brumadinho, afirmou que é preciso “ir além e acima” na implementação de ações de segurança para a operação de barragens de minas. “Vamos criar um colchão de segurança bastante superior ao que a gente tem hoje para garantir que nunca mais aconteça um negócio desse”, afirmou o executivo.

O prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo (PV), que se encontrou com Schvartsman, culpou a Vale pela tragédia socioambiental no município, que depende cerca de 65% do que arrecada com mineração. Segundo ele, a Defesa Civil do município fiscalizava a operação da mina de acordo com as especificações pontuadas na licença concedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). A prefeitura multou a mineradora em R\$ 100 milhões por causa do rompimento. “A gente acredita que outra barreira não vai estourar. Não podemos ter tanta falta de sorte”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 28/01/2019****Seção: Política****Autor: Junia Oliveira Ana Clara Brant****Título: Morto é identificado por celular**

Angústia dilacerante, retratada na certeza da morte ou na esperança da vida. Notícias de um filho, um irmão, um pai. Uma busca que parece não ter fim. Depois de percorrer os centros de apoio em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e hospitais em busca de informações, o Instituto Médico Legal (IML) da capital se tornou o último ponto de peregrinação de familiares das vítimas do rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão. Voluntários permaneciam na porta ontem dando suporte em forma de alimentos, abraço e palavras de conforto.

A identificação não está sendo feita por reconhecimento de corpos, mas pela impressão digital, com base no banco de dados da polícia. Uma única vítima chegou ao IML já com as devidas credenciais, graças à insistência e à perspicácia da família, que deu entrevista pedindo anonimato, inclusive do parente falecido. No sábado, os irmãos rastrearam o celular dele e obtiveram como ponto de localização a entrada do campo de pouso dos helicópteros em Brumadinho, onde estão os rabecões. “Dei as coordenadas geográficas aos bombeiros. Quando cheguei perto, liguei e o telefone tocou no bolso dele, dentro do rabecão. Pedi para ver e abriram o veículo. Ele estava com o telefone, habilitação e crachá”, contou um irmão. Até a noite de ontem, 19 corpos tinham sido identificados.

As digitais foram recolhidas às 18h de sábado e somente ontem a família conseguiu a liberação do corpo. “Essa parte está muito lenta. Primeiro, disseram que o minério estaria atrapalhando a identificação da digital, depois, que havia muita gente”, relatou. A tragédia familiar só não foi maior porque o pai, que também trabalha na barragem, está de férias.

A família de Daniel Muniz Veloso, de 29 anos, que prestava serviço para a Vale e foi uma das vítimas da tragédia de Brumadinho, estava consternada na porta do IML. A mãe, Bete, precisou ser amparada por amigos e familiares. A irmã mais velha, Deiviane, estava inconformada com a perda. Ela nem sabia que o irmão estava trabalhando na Mina do Córrego do Feijão, mas, quando recebeu a notícia da cunhada, que mora em Conselheiro Lafayete e está grávida de oito meses do primeiro filho do casal, entrou em choque.

“Eles levaram meu irmão para a mina inteiro e o devolveram machucado, sem vida. Essa empresa destruiu a minha família, a família do meu sobrinho, que nem veio ao mundo ainda, a do meu irmão, que era cheio de vontade de viver. Espero que haja mais fiscalização. Isso não vai ficar barato”, desabafou Deiviane, que será a madrinha de Artur Eduardo, o filho de Daniel. “Eu era muito apaixonada pelo meu irmão. Éramos três, todos com a letra D: Deiviani, Deivid e Daniel. Eu e Dan éramos os mais ligados. É muito triste”, lamentou. O corpo de Daniel Muniz Veloso será enterrado hoje em Coração de Jesus, no Norte de Minas, onde nasceu e cresceu.

Três caminhões frigoríficos estavam ontem no pátio do IML. Testemunhas dizem que eles ainda guardavam corpos de vítimas, por não haver espaço suficiente no interior do instituto. A Polícia Civil não confirmou. Os familiares são orientados a fazer cadastro no prédio vizinho da Academia de Polícia (Acadepol), localizado em outro quarteirão. Lá, são repassadas as características físicas e algum detalhe do desaparecido, como tatuagem, que possa ajudar na identificação. Depois disso, a recomendação é aguardar eventual telefonema da polícia.

Voluntários

No local, voluntários ajudam com alimentos e há também suporte médico, psicológico e espiritual. Um posto da Vale foi montado na Acadepol para apoio a familiares. Quem tem o parente identificado é levado para um quiosque de uma funerária contratada pela mineradora para dar início aos trâmites do sepultamento. A servente escolar Doranei Sônia da Silva, de 49 anos, saiu de Mário Campos, cidade próxima a Brumadinho, para ter notícias do filho Fauller Douglas da Silva, de 29, contratado como mecânico na empresa.

“Pedi para olhar os corpos para ver se acho meu filho, mas alegaram que não posso, por causa do risco de contaminação, e porque não seria bom uma mãe ver essa cena”, disse. “Mas eu preferia assim, tamanho é o meu desespero. Quero dar um ponto final nessa história, não importa a maneira”, afirmou. Fauller, que tem um filho de 2 anos e esposa, visualizou a última mensagem enviada pela mãe às 12h25 de sexta-feira. “Não tenho esperanças de encontrar meu filho vivo. Essa angústia é que mata”, acrescentou. A família vive outro drama. O marido de Doranei, o mecânico Joildo da Cruz, de 42, procura, além do enteado, pelo cunhado, Carlos Augusto dos Santos, soldador de 49, e o sobrinho, o mecânico Cássio Cruz, de 26.

O estudante Wiron Gabriel Andrade Souza, de 18, e o irmão dele, o desempregado Widy Augusto Ferreira da Silva, de 28, foram ao IML em busca

de notícias do irmão Wiryslan Vinícius Andrade Souza, de 25, serviços gerais na área atingida. Wiron conversou com ele na sexta pela manhã, combinando de saírem. A última visualização de mensagens foi às 12h24. Wiron acredita que o irmão estava no refeitório a essa hora. “Quando ele estava na área da mina, almoçava mais cedo. E na sexta, estava na mina”, contou.

Widy tem esperanças de que Wiryslan esteja ilhado em algum local. A cunhada ligou para ele e conseguiu quatro segundos de chamada, mas sem atendimento. “Estamos buscando informações em todos os lugares. Já fomos a hospital, nossos pais foram a Brumadinho (a família mora no Barreiro, em BH), e agora aqui. A falta de notícias nos deixa em desespero”, disse. “E agora, vem a pergunta: a culpa é de quem? É da empresa. Não há fiscalização. O dinheiro manda. Quantas vidas soterradas? Quantas famílias não sabem de nada?”, questionou.

Os irmãos Wallace e Ubiraci Campos Rodrigues estiveram no IML depois da confirmação da morte do irmão Wellington, analista de sistemas de 53 anos, que deixa três filhas, de 25, 20 e 13. “É muito angustiante, porque, infelizmente, não é a primeira vez nem será a última. A irracionalidade humana, a ganância e a convicção da impunidade causam isso, e é por isso nossa indignação”, disse Wallace. “Ele deixa uma filha de 13. Quem vai substituir esse pai? Não adianta bloquear bilhões da Vale agora.”

Fake news

Além da falta de informação, as famílias enfrentam a disseminação de notícias falsas. “A gente recebe toda hora uma ligação com coisa errada. Mandaram uma foto de um bombeiro com uma pessoa, dizendo que era meu pai. Mas a foto é de 2011”, disse Eliel de Freitas, sobre um registro feito em Patos de Minas, durante um resgate do Corpo de Bombeiros.

“Pedi para olhar os corpos para ver se acho meu filho, mas alegaram que não posso, por causa do risco de contaminação, e porque não seria bom uma mãe ver essa cena. Mas eu preferia assim, tamanho é o meu desespero”

Doranei da Silva, servente

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Gustavo Werneck

Título: Ajuda local e de longe

Brumadinho — A ajuda humanitária está em todo canto: nos jipes que passam pelas estradas de terra, no porta-malas do carro de passeio, na viagem de São Paulo a Minas, nos pacotes de arroz e nos garrafões de água. Voluntários de funções diversas chegam a Brumadinho, para ajudar as vítimas da tragédia provocada pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, empreendimento da Vale, ocorrido no início da tarde de sexta-feira. “Estamos aqui para ajudar a salvar vidas”, disse o médico pernambucano Maicon Nunes, de 33 anos, que saiu no sábado à noite de Tatuapé (SP) para se unir a outros profissionais da Rede Nacional de Médicos Populares.

Com especialidade em cirurgias e atendimento clínico, Maicon afirmou ter experiência em catástrofes, já tendo atuado em enchentes em Pernambuco. Além das perdas humanas e do grande número de desaparecidos no lamaçal, no rio Paraopeba, provocado pelos rejeitos de minérios, “temos que nos lembrar dos problemas ambientais aqui na região”, ressaltou o médico. Ele disse, na manhã de ontem, que espera não sofrer restrições para atuar na região, e, junto com cinco colegas, se apresentou ao comitê gestor de crise. Logo depois, já estavam em ação no distrito de Parque das Cachoeiras, onde há grande número de famílias alojadas na unidade de saúde.

Já na estrada que leva ao distrito de Parque das Cachoeiras, um grupo de voluntários da Cruz Vermelha levava colchões, objetos de higiene pessoal, artigos de limpeza, rações para animais domésticos e outros donativos para as famílias. Todo o material foi entregue à unidade de saúde da localidade, onde estão abrigadas cerca de 80 pessoas, a maioria com casas destruídas pelo tsunami de lama que vazou na sexta-feira. A equipe de Brumadinho portava jalecos da organização internacional de saúde humanitária e estava em cinco jipes.

Perto do horário do almoço, ontem, foi muito bem-vindo o marmitex, acompanhado de suco, oferecido pelos integrantes da Igreja Monte das Oliveiras de Ibirité, na Grande BH. Abrindo o porta-malas do carro, que rapidamente se transformou em mesa, o pastor Antônio Ramos contabilizou 70 refeições e algumas garrafas de suco. “O alimento é para as famílias que aguardam notícias de parentes desaparecidos e também para os trabalhadores voluntários”, disse o pastor, que estava acompanhado de duas jovens da igreja.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 28/01/2019**Seção:** Política**Autor:** Gabriel Ronan**Título:** Entre a dor e a revolta

Brumadinho – O que deveria ser a sede das informações da tragédia de Brumadinho, na Grande BH, se tornou palco da revolta de familiares dos atingidos pela catástrofe, justamente pela falta de comunicação. Revoltados com a interrupção dos trabalhos de buscas do Corpo de Bombeiros, diante da ameaça de mais um rompimento de barragem, cerca de 30 moradores invadiram a Faculdade Asa, onde se abriga o comitê de crise das autoridades, na tarde de ontem. Aos gritos de “queremos o Exército”, eles cobravam ação dos órgãos de segurança e apoio da Vale, um fantasma, na opinião de todos os indignados. Até o fechamento desta edição, os mais de 10 milhões de metros cúbicos de rejeitos tinham deixado 37 mortos e 287 desaparecidos.

“Até ontem (sexta), ele estava na lista dos desabrigados. Hoje (ontem), ele está na lista dos desaparecidos”, contou a moradora Paula Carvalho ao Estado de Minas. Ela estava à procura do seu irmão de criação, Márcio Freitas, mecânico da Vale. “Um deles vai ter que me escutar. O IML (Instituto Médico Legal) não passa nada, nem a Polícia Civil. Ninguém fala nada com nada. Eles lá de cima (da Vale) são preparados para esconder tudo da gente. O que eu posso fazer e o que eu não posso fazer? Quero saber do meu irmão”, reclamava, aos berros.

Situação semelhante vive Eliel de Freitas, à procura do pai, Eliseu de Freitas, de 51 anos. “Desde sexta-feira, eles (a Vale) não dão notícia nenhuma. Uma hora está na lista de desaparecidos, outra hora, não. Isso é injustiça demais com a gente. Estamos desesperados”, contou a mulher de Eliel, que não quis se identificar. “A tragédia não era pra acontecer, mas, já que aconteceu, eles precisam ligar para as famílias. Cadê o representante da Vale aqui?”, perguntou o filho, também trabalhador do setor minerário, em Nova Lima, na Região Metropolitana de BH.

Acordado desde sexta-feira, entre um cochilo e outro, Eliel contou sua última conversa com o pai. “Ele me disse que faria uma cirurgia amanhã (esta segunda-feira). Meu pai enfrentava um problema na coluna, adquirido pelo serviço na Vale. Agora, a empresa que ele tanto representou vira as costas pra ele”, lamentou.

Também desamparada, Marli Silva procurava pelo cunhado Anjo Gabriel da Silva Lemos. “Ele vestiu o uniforme e foi trabalhar sexta-feira. Agora, eles (autoridades) não dão uma informação correta? Está com a lista de ontem (sábado) ainda”, disse. Segundo ela, a família não recebeu qualquer assistência desde o tsunami de lama e rejeitos. No local, ela estava acompanhada de vários parentes do desaparecido.

O protesto dentro do comitê de crise durou cerca de 10 minutos, antes de ser barrado pelas forças de segurança. Certo é que, momentos depois, as autoridades voltaram a conceder entrevista à imprensa. No boletim da vez, eles informavam sobre a volta do trabalho dos militares nas zonas quentes da tragédia, com intuito de encontrar os 287 desaparecidos.

Papa reza pelas vítimas

O papa Francisco se solidarizou com as vítimas do rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em visita ao Panamá, onde está sendo realizada a Jornada Mundial da Juventude, o sumo pontífice disse que está rezando pelas pessoas atingidas. “Quero exprimir a minha dor pela tragédia que atingiu o estado de Minas Gerais, no Brasil. Recomendo a misericórdia de Deus a todas as vítimas e, ao mesmo tempo, rezo pelos feridos e exprimo meu afeto e proximidade espiritual às suas famílias”, afirmou Francisco.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Marcelo da Fonceca

Título: O medo ronda Itabira

O rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG) causou insegurança para moradores de Itabira, onde a empresa tem grandes empreendimentos. Outra barragem, a de Itabiruçu, que tem capacidade para receber volume 18 vezes maior de rejeitos do que a barragem Córrego do Feijão, destruída na sexta-feira, passa por um processo de alteamento para receber rejeitos da Mina de Conceição, segundo a Prefeitura da cidade. Itabira é a cidade natal do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), que tratou dos problemas da mineração em sua obra (veja abaixo)

Com o tamanho mais robusto, os moradores e os políticos cobram por garantias da companhia sobre a segurança da barragem. A preocupação tomou conta das conversas nas praças do município e se espalhou pelas redes sociais, além de grupos de mensagens. Em novembro, durante audiência pública, a Vale

apresentou o plano de aumentar para 850 metros a altura da barragem, que tem 835 metros. Segundo a mineradora, Itabiruçu tem capacidade para receber mais de 220 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Em Brumadinho, a barragem que se rompeu tinha capacidade para 12 milhões de metros cúbicos.

“Diante de uma tragédia inesperada como essa, ficamos preocupados com nossa situação em Itabira. A Vale tem as barragens de Ponto, de Conceição e a maior de todas, que é de Itabiruçu. Passo na estrada em frente quase todo dia e o tamanho é impressionante. A construção está muito próxima de bairros e um rompimento aqui causaria um estrago inimaginável”, diz Heitor Tomás Ferreira, de 71 anos, que mora em Itabira há 52 anos.

Ex-funcionário da Vale do Rio Doce, quando ainda era estatal, ele critica a expansão dos projetos de mineração em busca de maior lucro e conta que nunca ouviu nada sobre plano de evacuação da cidade em caso de rompimento da barragem. “Não conheço nada sobre plano de emergência ou sirene avisando para deixarmos a cidade. Se existe algo do tipo, acho que pouca gente aqui tem conhecimento”, completa.

Por meio das redes sociais, o prefeito de Itabira, Ronaldo Magalhães (PTB), afirma que acompanha com preocupação a tragédia em Brumadinho e que, na próxima semana, vai pedir um diagnóstico sobre a situação das barragens da cidade. “Essa situação se tornou motivo de muita apreensão. O nosso município abriga duas das maiores barragens de rejeitos do Brasil. Cobrarei da direção da Vale novo diagnóstico sobre a situação das barragens”, diz o prefeito.

Vários moradores cobram do prefeito o cancelamento do projeto de ampliação da Barragem Itabiruçu. “Não adianta diagnóstico novo. Todos vão apontar as barragens como seguras. O que tem que ser feito é a interdição da obra de alteamento. Moro a menos de 500 metros da barragem. Essa será uma tragédia anunciada”, reclama Angela Maria, moradora da comunidade Rio do Peixe, em Itabira.

O secretário de governo, Ilton Magalhães, informa que, ao final do ano passado, quando aconteceram reuniões para discutir a ampliação da Barragem de Itabiruçu, a Vale deu garantias de que o local não corre risco de rompimento. “Eles nos garantiram que a barragem está segura. Mas isso foi na mesma época em que falaram que as barragens de Brumadinho também eram seguras. Depois desses episódios, ficamos na dúvida se essa garantia é real. Temos que cobrar uma reavaliação”, afirma.

Segundo ele, no ano passado, a empresa apresentou um plano de contingenciamento em caso de acidentes no empreendimento de Itabira, mas não sabe se os procedimentos foram implementados. “Não sei se o plano foi

finalizado, mas foi discutido. Não sei se as sirenes foram instaladas. Mas, nesta semana, vamos intensificar as cobranças sobre questões de segurança”, diz o secretário.

Procurada pela reportagem, desde a manhã de ontem, a Vale comunicou que não poderia informar os detalhes sobre os empreendimentos em Itabira ou se foram instalados na cidade sistemas de alerta e evacuação.

Lira itabirana

O Rio? É doce.

A Vale? Amarga.

Ai, antes fosse

Mais leve a carga.

Entre estatais

E multinacionais,

Quantos ais!

A dívida interna.

A dívida externa.

A dívida eterna.

Quantas toneladas de exportações

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçadas

Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade

Apoio internacional

Avião com 136 soldados de Jerusalém, em Israel, pousou, na noite de ontem, no Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, sendo que são 30 mulheres e 106

homens convocados para ajudar nas buscas em Brumadinho (MG). Eles trazem equipamentos que pesam cerca de 16 toneladas. Entre os apoiadores, estão especialistas em engenharia, médicos, bombeiros, soldados da unidade subaquática, representantes do Ministério de Relações Exteriores e embaixador de Israel para o Brasil, Yossi Sheli. A delegação é chefiada pelo comandante de Pesquisa Nacional e Resgate, coronel Golan Vach. Após discussões sobre o formato das buscas, a equipe de resgate decidiu se concentrar na procura por sobreviventes. Para isso, um dos equipamentos enviados foram radares para busca de celulares.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Leo Heller

Título: *Precisaremos de mais tragédias?*

Artigo

Minas Gerais é o estado com o maior número de barragens no país, as quais são portadoras da ambiguidade própria do desenvolvimento: o pêndulo benefícios-riscos. As duas tragédias mais recentes revelam que o pêndulo tem sido excessivamente deslocado para o extremo dos discutíveis “benefícios”, favorecendo interesses particularistas, equilíbrio do caixa público, financiamento de campanhas eleitorais ou a corrupção em seu estado mais bruto. E os riscos? Estes ficam subsumidos à ideia de que tudo justifica os propalados benefícios.

O crime de Fundão decorreu dessa lógica. E o ainda mais dramático crime de Feijão também, e de forma mais imperdoável. Barragens rompem pela ação de fatores físicos. Mas esses fatores jogam em sentido oposto, quando as estruturas são vítimas da negligência, da omissão e da irresponsabilidade dos que têm poder de decisão.

Os relatores das Nações Unidas para os direitos humanos apresentaram várias advertências ao governo brasileiro e às empresas envolvidas desde o rompimento de Fundão em 2015, reiterando que os direitos humanos das vítimas estavam sendo negligenciados. Mas o tempo é aliado dos violadores. Com a inaceitável tragédia em Brumadinho, vê-se que as lições não foram aprendidas e a lógica perversa permanece.

O momento atual é grave e os esforços imediatos requeridos são de identificação das vítimas, apoio a seus familiares e prevenção de novos efeitos. Mas também é tempo de exigir que autoridades tratem essa tragédia a partir do marco dos direitos humanos. Aos governos Bolsonaro e Zema, cabem condoídas desculpas, por terem cogitado relaxar a política ambiental, visando “agilizar o progresso”... para poucos.

*** Relator especial das Nações Unidas para os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Mateus Parreiras

Título: Salvamento sem medir esforços

Brumadinho — A lama já estava pelo nariz. Para não afundar, os bombeiros se deitavam numa tentativa de permanecer na superfície. Para o tenente Vinícius Márcio José Vieira e o cabo Herbert José de Melo Afonso, do Corpo de Bombeiros de Barbacena, enviados para ajudar na tragédia, as primeiras horas de resgate no Córrego do Feijão, ontem, foram intensas. Os dois localizaram, junto com bombeiros civis de Belo Horizonte e dois fazendeiros, o primeiro corpo depois de as buscas terem sido suspensas, às 5h30, quando a barragem B6 do complexo minerário apresentava risco iminente de rompimento.

Foi um trabalho lento e extenuante que a reportagem acompanhou até o fim, culminando com os dois bombeiros desabando sobre o pasto, completamente estafados. Quando o primeiro corpo foi localizado, a equipe de resgate se lançou num rio de lama com mais de 60 metros formado pelo desastre. Esticavam as pernas e os braços para conseguir se manter na superfície, mas, ao se aproximar, perceberam que não seria possível fazer o salvamento.

Terreno difícil

“Não havia estabilidade alguma para a gente remover o corpo. Não conseguíamos ficar de pé e mover a vítima. Se a gente tentasse levantar, afundava. Tínhamos de fazer um grande esforço”, disse o tenente Vinícius. O corpo encontrado no lamaçal era de uma mulher.

Nesse momento, o rombo que foi aberto pelo desastre foi povoado por seis helicópteros dos bombeiros de Minas e do estado do Rio de Janeiro, da Polícia Militar, do Exército e da Polícia Civil. Em menos de duas horas, quatro outros corpos foram encontrados. As aeronaves tentaram prestar apoio aos

socorristas, com voos rasantes e fazendo comunicação direta muito próximo aos bombeiros.

Pelos rádios da corporação, a reportagem constatou um fato que vem sendo recorrente ao longo de toda a operação: a equipe de salvamento reclama da falta de cordas com comprimento suficiente para alcançar pontos mais distantes, como o local onde estavam esses corpos. Houve, ainda, um comunicado de rádio dos socorristas pedindo por “baskets” — cestas de resgate.

Enquanto isso, os bombeiros se arrastavam pela lama, tentando levar o corpo até a margem. Dois fazendeiros ajudavam com um quadriciclo. Com um facão, partiram os fios do veículo para emendar a corda de resgate. Após o remendo, foi possível resgatar um corpo. Os bombeiros, no meio da lama, foram resgatados pelos helicópteros, um a um, recebendo um caloroso abraço dos colegas que estavam na aeronave. “Parabéns”, foi o que eles ouviram do companheiro que os recebeu quando embarcaram na aeronave.

“A vítima estava muito submersa no curso d’água, então era impossível levar na cesta. Graças a Deus, a gente teve o auxílio dos fazendeiros que emendaram os cabos para nos ajudar. A situação era perigosa até para o helicóptero”, disse o tenente.

O fazendeiro Ronaldo Castro, 35 anos, ajudou a resgatar três corpos e também auxiliou no socorro de outras vítimas na margem do Córrego do Feijão. “O que a gente mais quer é ajudar. Temos muitos amigos mortos nesse desastre e não vamos desanimar nem parar”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Vale se prepara para perdas

O dia promete ser negativo para as ações da Vale na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Após a tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), envolvendo a barragem da Vale, a empresa — uma das mais negociadas no mercado de capitais — deve sofrer novamente com a reação dos investidores. Na sexta-feira, feriado em São Paulo, o mercado não funcionou.

Em nota divulgada às 0h16 de hoje, a Vale informou que o conselho de administração da empresa, em reunião extraordinária, decidiu suspender a

política de remuneração aos acionistas “e, consequentemente, o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, bem como qualquer outra deliberação sobre recompra de ações de sua própria emissão”. A companhia também interrompeu o pagamento de remuneração variável aos executivos.

A Vale criou dois comitês independentes, “coordenados e compostos por maioria de membros externos, independentes, de reputação ilibada e com experiência nos temas”. O primeiro será dedicado para a assistências às vítimas e recuperação da área atingida. O segundo, à apuração das causas e responsabilidades pelo rompimento da barragem.

Até agora, R\$ 11 bilhões já foram bloqueados na conta da companhia e ela deverá enfrentar barreiras para ampliar operações, além de ter os trabalhos suspensos na região do rompimento. Os agentes econômicos também estão atentos para efeitos negativos no setor de mineração e em outras áreas afetadas.

Em 2015, quando ocorreu a tragédia de Mariana, também em Minas, as ações ordinárias da Vale caíram durante seis dias.

Segundo analistas, por ser reincidente, os efeitos podem ser maiores agora. É o segundo evento desastroso com pouco mais de três anos de intervalo, o que coloca a credibilidade da empresa ainda mais em xeque, como explicou o economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Pedro Paulo Silveira.

“Após o evento de Mariana, se tratou muito da cautela que estava sendo adotada na empresa para evitar novos acidentes. Essa imagem foi passada para o mercado. Após essa nova tragédia, o mercado vai esperar ocorrer mais uma?”, indagou o economista.

De um lado, a Vale é considerada uma empresa robusta, com valor de mercado avaliado em mais de R\$ 290 bilhões, sendo a terceira maior companhia de capital aberto do país. Por outro lado, a reincidência da tragédia e a provável constatação de negligência pelas autoridades faz com que ela tenha dificuldades para obter concessão de licenças ambientais e operacionais. Além disso, a intenção da empresa de reiniciar as atividades na Samarco deve ser adiada pelas autoridades responsáveis.

O mercado internacional já reagiu negativamente no exterior. Os American Depositary Receipts (ADRs), papéis da empresa na Bolsa de Nova York, caíram 8% na última sexta-feira. A situação da empresa piorou no fim de semana após as sanções da Justiça, que bloqueou R\$ 11 bilhões na conta da Vale.

Advertência

A agência de risco S&P colocou a Vale como nota de “Creditwatch”, que é de observação. “Os passivos ambientais e sociais da Vale podem ser substanciais, especialmente considerando que tal incidente aconteceu antes”, informou. “Suas obrigações financeiras para remediar e compensar as perdas podem ser substanciais, e a empresa teria que enfrentar estudos longos e complexos de entidades ambientais e órgãos reguladores que poderiam terminar na suspensão de licenças”, completou.

O economista-chefe da DMI Group, Daniel Xavier, afirmou que a direção que o mercado vai tomar é mais do que clara. “Vai para baixo, tendendo a imitar o movimento que as ADRs mostraram na última sexta-feira. Uma queda um pouco abaixo de 10% que foi muito relevante”, disse. “Além disso, tem que levar em conta que a economia chinesa está esfriando”, destacou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar

Título: TCU destaca riscos antigos

Um dia após o anúncio de que o governo pretende vistoriar todas as barragens do país, estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou ontem que um levantamento de 2016 do órgão previa novas tragédias ambientais semelhantes às de Mariana (MG) e Brumadinho (MG). No relatório, o TCU discorre sobre a “debilidade” na fiscalização de barragens no país. A auditoria divulgada pelo tribunal foi concluída em setembro daquele ano, e concluiu que havia risco de novas tragédias, como a de Mariana (MG) — a única ocorrida até então —, acontecerem no país.

O TCU afirma que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão responsável pela fiscalização, não vinha desempenhando “a contento” seu papel. Para o tribunal, havia “precariedade” e “vulnerabilidade” no controle, em todo o processo de fiscalização do órgão, o que fazia da tragédia de Mariana, há pouco mais de três anos, resultado de uma “conduta padrão” que poderia trazer novos desastres como o ocorrido há três dias no interior de Minas Gerais.

Debilidade

“A debilidade do controle exercido pelo DNPM ultrapassa atos singulares e pontuais e abarca todo o processo de fiscalização, o que implica afirmar que a situação constatada em relação à Barragem do Fundão (na região de Mariana) apenas exemplifica uma conduta padrão daquela autarquia”. Assim, a conclusão

era que novos rompimentos poderiam ocorrer. “As falhas e irregularidades verificadas nessa auditoria envolvem a atuação em nível institucional da autarquia e alertam para o risco latente e potencial de novos acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração no país”, afirmou o TCU.

O Tribunal afirmou que não seria possível responsabilizar indivíduos alegando que os problemas aconteciam unicamente no órgão, considerado “ineficiente e sem condições materiais para cumprir de forma satisfatória suas atribuições”. Em dezembro de 2017, o DNPM foi extinto e substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM), por meio da lei 13.575/2.

A fiscalização de barragens passaria a ser uma atribuição da ANM, conforme o texto da medida provisória enviada ao Congresso. Mas, na aprovação do texto, a menção explícita a esse objetivo foi removido. A ANM diz que encaminhou, “de imediato”, a Brumadinho, equipe técnica sediada em Belo Horizonte com expertise em segurança de barragens, para verificar a situação e “tomar as providências legais”.

Relatório divulgado em novembro pela Agência Nacional de Águas (ANA) relativo a 2017, 45 estruturas estavam em perigo naquele ano, número 80% maior que o registrado em 2016, quando 25 apresentavam riscos. Recuperá-las custaria R\$ 92,2 milhões, segundo projeção da agência. O levantamento mostra que as principais falhas são de baixo nível de conservação, insuficiência do vertedor e falta de documentos que comprovem a estabilidade das estruturas.

A maioria das barragens com problemas está localizada no Norte e no Nordeste, em estados como Acre, Alagoas e Bahia. Das 45 em situação de risco, 25 pertencem a órgãos ou entidades públicas. No período analisado pelo relatório, a ANA identificou 14 acidentes e incidentes, sem mortes. O estudo aponta que somente 17% das barragens são vistoriadas anualmente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Bolsonaro passa por cirurgia nesta manhã

O presidente Jair Bolsonaro passa pelo procedimento de retirada da bolsa de colostomia, na manhã de hoje, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Segundo o boletim médico, os exames pré-operatórios estão apresentando normalidade para que ele seja submetido à cirurgia. O trabalho dos médicos deve durar quatro horas. Segundo o porta-voz da Presidência da República,

general Otávio Rêgo Barros, Bolsonaro está tranquilo e deve despachar dentro da unidade médica após a recuperação.

Já internado, o presidente divulgou um vídeo no Twitter comentando alguns temas da última semana, como o Fórum Econômico Mundial, em Davos. “No meu entender, foi um sucesso. Tenham certeza, todos gostam do Brasil. O Brasil será uma grande nação, com toda a certeza”, disse, sobre o evento internacional. Bolsonaro também falou da tragédia do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), que “afeta a todos nós e nós somos solidários às famílias das vítimas”.

Ele classificou o episódio de “barbaridade” e destacou que os ministros responsáveis estão

tomando as medidas necessárias para “minorar a dor dos familiares e dar apoio aos sobreviventes”. O presidente deu entrada às 10h30 de ontem no hospital Albert Einstein. Bolsonaro carrega a bolsa desde que levou uma facada, em 6 de setembro do ano passado, na cidade mineira de Juiz de Fora, durante a campanha eleitoral.

Durante a internação, o presidente ficará com um grupo de poucas pessoas, como a primeira-dama Michelle Bolsonaro, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno Ribeiro, o porta-voz do Planalto, Otávio Santana de Rêgo Barros, e o chefe de gabinete Pedro César Nunes. “A partir das 7h, devo ser submetido à cirurgia para retirada da bolsa de colostomia. Deve durar por volta de três horas, mas, se Deus quiser, correrá tudo bem”, declarou o presidente durante o vídeo. Ele também agradeceu às orações recebidas.

Otimismo

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), que também o acompanhará, fez postagem no Twitter com foto de seu pai saindo do avião no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. “Com clima de otimismo, desembarcamos agora em SP para a bateria de exames preparatórios para a cirurgia de amanhã de @jairbolsonaro, que vai reconstruir seu intestino, rompido pela facada do ex-militante do PSol”, escreveu.

O boletim médico divulgado pelo hospital na tarde de ontem informou que o presidente “foi submetido à avaliação clínica pré-operatória, exames laboratoriais e de imagem, com resultados normais”. O relatório é assinado pelo cirurgião Antônio Luiz Macedo, pelo clínico e cardiologista Leandro Echenique e pelo diretor-superintendente do hospital Albert Einstein, Miguel Cendoroglo.

Em entrevista coletiva a jornalistas, Barros reforçou que Bolsonaro está tranquilo e otimista com a cirurgia, enquanto esperava o jogo do Palmeiras. Esse será o terceiro procedimento pelo qual o presidente passará desde a agressão.

Protagonismo

Após os trabalhos dos médicos, a estimativa é de que o presidente permaneça em torno de 10 dias na capital paulista em recuperação. O vice-presidente Hamilton Mourão assumirá a Presidência durante 48 horas, já que Bolsonaro terá uma ala especial dentro do hospital para realizar despachos.

Logo após a cirurgia, Bolsonaro deverá ficar em recuperação na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e, assim que for liberado, seguirá para o quarto e voltará a estabelecer contato com integrantes mais próximos da equipe de governo que o acompanharão na viagem. Enquanto Bolsonaro estiver internado, há previsão de briefings diários na própria unidade hospitalar para informar o público sobre o estado de saúde do presidente e as atividades previstas.

No Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência, Mourão também se declarou otimista com a cirurgia. “O presidente vai voltar zerado”, disse. Na última semana, ele assumiu o papel de protagonista no governo enquanto o presidente estava em Davos, na Suíça. Ao o comando novamente, ficará encarregado de chefiar a reunião ministerial que tratará das ações do governo para socorrer as vítimas da barragem da Vale.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Acordo com Petrobras pode render R\$ 100 bi

Há dois anos e meio em negociação entre a União e a Petrobras, a revisão do contrato da cessão onerosa, firmado em 2010, interessa a ambas as partes e, quanto antes houver consenso, melhor, dizem especialistas. O megaleilão do óleo excedente das áreas sob tal regime pode render R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura, valor considerado fundamental para o ajuste fiscal.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já disse que a prioridade da pasta é realizar o certame no segundo semestre deste ano. No entanto, a estimativa do governo anterior é de que a dívida da União com a estatal deve chegar a US\$ 14 bilhões, montante que não agrada à atual equipe econômica. As recentes mudanças no conselho de administração da petroleira podem ser

interpretadas como uma manobra para garantir votos alinhados aos interesses do novo governo.

A cessão onerosa foi um acordo fechado em 2010 entre a União e a Petrobras, que permitiu à estatal explorar cinco bilhões de barris em seis áreas na Bacia de Santos sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões (veja quadro ao lado). O coordenador na diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Mauro de Moraes, explica que a cessão onerosa foi aprovada no contexto da Lei de Partilha, que introduziu uma nova forma de exploração de petróleo. “Com o Pré-sal, era tanto petróleo que o governo quis ter voz mais ativa. A ideia era reestatizar o petróleo e garantir o monopólio à Petrobras, que ficou como única operadora”, assinala.

Mas esse não foi o único motivo. A cessão onerosa também focou a capitalização da Petrobras. “A empresa ganhou cinco bilhões de barris e a União transferiu à estatal Letras do Tesouro Nacional (LTN) equivalente a R\$ 74,8 bilhões, que seria o valor do óleo naquele período, para ficar com uma participação maior na empresa. A Petrobras pagou os barris com as LFTs, porque já estava previsto na lei que assim seria”, conta. O processo permitiu a capitalização da Petrobras em R\$ 120 bilhões, porque o lançamento de ações foi maior do que as que o governo comprou. Investidores compraram R\$ 45,4 bilhões em papéis.

Vaivém

Em 2011, a Petrobras começou a explorar e perfurou diversos poços. “Achou petróleo em todos e descobriu que havia muito mais do que os cinco bilhões de barris previstos. Hoje estima-se que o potencial da área seja de 10 bilhões a 15 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe) adicionais”, ressalta Moraes. Tais excedentes, explica, não pertencem à Petrobras, mas à União. “O governo quer leiloar esse excedente”, acrescenta. No entanto, a Petrobras diz que, na época do contrato, o petróleo estava em torno de US\$ 80, o barril, foi para US\$ 110, e caiu a menos de US\$ 30. Por isso, tem direito a ser ressarcida. “Os dois lados têm seus argumentos”, completa.

A estatal explica que o contrato estabeleceu várias cláusulas: volume até o limite de cinco bilhões de boe; preço pago pelo contrato de cessão onerosa; prazo de vigência e percentuais de conteúdo local; e disposições que previam uma revisão posterior de todos esses parâmetros. “A Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74,81 bilhões que, em 2018, encontra-se registrado em seu ativo imobilizado”, afirma a companhia.

A consultora do Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia) Magda Chambriard explica que, em uma negociação, cada parte puxa para seu lado. “A lei prevê que cada um dos envolvidos tenha que certificar as reservas. A União tem os dois chapéus, de defensora da sociedade e de principal acionista da Petrobras. O governo precisa ter sapiência de encontrar o ponto de equilíbrio”, destaca.

Magda ressalta que a lógica de 2010 era de que a prerrogativa da cessão onerosa era da Petrobras e a empresa não poderia vender. “Só que o Pré-sal foi tão maior do que se esperava que, no fim das contas, é estranho que a estatal não possa se beneficiar desse portfólio. Não faz sentido não poder vender agora”, diz. A especialista lembra que a resolução sobre o excedente é de 2014. “Já passou do tempo de resolver isso. A FGV estima que o volume do Pré-sal possa atingir 25 bilhões de óleo recuperável, incluindo o excedente da cessão onerosa. Há espaço para todo mundo”, opina.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: TCU cobra informações

Há um mês, o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou da União informações adicionais sobre o aditivo, mas, até agora, nada foi enviado à Corte de contas. O texto da minuta enviada antes ao órgão previa uma previsão de pagamento da União à companhia, mas o novo governo sinalizou que quer começar do zero a negociação sobre os termos do acordo, que teriam sido considerados muito favoráveis à Petrobras. A demora em concluir a revisão pode exigir a contratação de novos laudos das certificadoras pela União e pela Petrobras. A Corte teme ainda que o atraso possa gerar prejuízos para ambas as partes, como perda de royalties e adiamento de receitas, já que os blocos estão em atividade.

Para David Zylbersztajn, engenheiro especialista na área de energia, o erro vem desde 2010. “Fizeram uma avaliação precária, já se sabia que ia dar confusão. É preciso haver acordo, mas nunca vai se ter um valor certo ou absoluto”, avalia. Segundo ele, o Tesouro Nacional tem duplo interesse. “Tem a receber ou a pagar, mas, por outro lado, é acionista majoritário da estatal. Nem tudo é perda. É preciso chegar a um consenso sobre os critérios e não sobre o valor”, diz.

Adilson de Oliveira, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destaca que o imbróglio resultou de parâmetros que mudaram com o tempo.

Para o acadêmico, a cessão onerosa não tem mais sentido. Ele alerta que, hoje, existem dois regimes de exploração de petróleo no país, além da cessão onerosa: a concessão, no qual ganha a empresa que oferecer a maior outorga ao poder concedente, e a partilha.

“A concessão tem uma vantagem sobre partilha. Paga o bônus à medida que vai identificando que tem petróleo. Essa formulação permite distribuir o risco de investimento ao longo do período de concessão”, justifica o professor. Na partilha, logo no início do contrato, é preciso ter uma estimativa sobre a reserva e também sobre o preço do petróleo no futuro. “É difícil prever essas coisas.”, afirma.

No entender de João Santana, ex-ministro da Infraestrutura, tanto a cessão onerosa quanto o regime de partilha são “mecanismos completamente equivocados”. “Em ambos, o objetivo foi dar uma proteção à Petrobras e ao Estado. Isso é uma visão antiga. Um atraso para o desenvolvimento do mercado. O regime de concessão é consagrado no mundo todo. A Petrobras tem condições de concorrer e ganhar os melhores campos”, afirma. O ex-ministro explica que, seja qual for o investidor de fora, vai querer ter um acordo com a Petrobras, porque a companhia conhece toda a geologia dos campos, tem a tecnologia de exploração e é potencial compradora do petróleo. “Essa proteção ideológica é desnecessária”, destaca.(SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Plácido Fernandes Vieira

Título: Raízes do mar de lama

Escandalizados, revoltados, atônitos... Brasileiros assistem, com um nó na garganta, a cada cena de resgate de vítimas do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. É inaceitável que três anos depois da catástrofe em Mariana, quando a então presidente Dilma demorou uma semana para ver de perto os estragos do tsunami de irresponsabilidade, o Brasil não tenha aprendido nada. A impunidade urdida durante anos e anos, em que nunca ninguém paga por essas atrocidades, empurrou o Brasil para essa situação

insustentável.

Tem razão o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, quando diz que a responsabilidade pela tragédia em Brumadinho não é responsabilidade do governo Bolsonaro. Cabe aos atuais ocupantes do Planalto, entre outras ações urgentes, como têm sido prontamente anunciadas, o dever de prestar atendimento primordial às vítimas e tomar medidas para evitar que catástrofes semelhantes voltem a ocorrer. Por isso, são tão necessárias a revisão nos protocolos de segurança das barragens e as vistorias recomendadas pelo gabinete de crise criado pelo governo federal para monitorar os danos da tragédia em Minas Gerais.

Afinal, a gravidade do crime que ora se repete e assombra o país tem raízes mais profundas. Está engravada na degeneração de parte substancial da política brasileira. Devido à negligência e a desmandos de integrantes do poder público, durante anos e anos, os brasileiros arcam com outras tragédias igualmente graves e de prejuízo incalculável: a falência da saúde, da educação, da segurança, da mobilidade urbana... Enquanto para certos políticos a conquista de um mandato significa ganhar sozinho uma Megassena acumulada, para nós, eleitores, implica o ônus de tragédias como a falta de escolas decentes, hospitais bem equipados e o risco de se tornar vítimas de bala perdida e de desastres como os de Brumadinho e de Mariana.

Vale lembrar que, entre as revelações que vieram à tona com as investigações da Lava-Jato, figura a apropriação do Estado pela associação criminosa entre governantes e empresários da elite econômica. Envolve integrantes dos três poderes e se estende desde a União até estados e municípios. Desratizar o Estado, constituído nesses moldes desde o descobrimento, é tarefa hercúlea. Missão quase impossível. Mas é o único caminho à vista para romper os tentáculos com a elite cartorial e espúria que mantém o Brasil no atraso.

Devastado pela corrupção que levou os dois governadores anteriores à cadeia e posto de joelhos pelos senhores do tráfico e das milícias, o Rio de Janeiro — principal cartão-postal do país — é a face mais visível desse câncer que inviabiliza o Brasil. Mas não é o único. Dominados pelo crime organizado, presídios no país inteiro são um barril de pólvora. Bola da vez, o Ceará está aí como prova. Não à toa, o Brasil é onde mais se mata no século XXI. Entre 2001 e 2015, foram assassinadas 786.870 pessoas no país. Os números da violência superam os de nações em guerra civil, como a Síria.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Davos (Suíça)****Título: Agência de energia vê interesse em leilões do petróleo**

O diretor-geral da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol, está otimista sobre o grau de interesse das multinacionais do petróleo nas próximas licitações do pré-sal, incluindo o megaleilão de excedentes da cessão onerosa.

"Mesmo as petroleiras pensando duas vezes antes de investir em projetos de longa duração, o pré-sal brasileiro continua sendo uma das oportunidades de investimento mais atrativas em todo o mundo", disse ao **Valor**, à margem do Fórum Econômico Mundial, que ocorreu em Davos na semana passada. Ele elogiou as reformas promovidas pelo governo anterior no marco regulatório do setor, a definição de um calendário de leilões e o reposicionamento da Petrobras nos últimos anos.

Birol, economista turco que assumiu o comando da AIE em 2015, alerta sobre a possibilidade de volta ao déficit no mercado global de petróleo ainda no primeiro semestre. Tudo depende da implantação dos cortes anunciados por grandes países produtores - Opep e Rússia - e da velocidade de aumento da demanda neste ano. A agência projeta que o Brasil aumentará sua produção diária para 3,7 milhões de barris de petróleo em 2025, 4,3 milhões em 2030 e 4,8 milhões em 2035.

Valor: *No ano passado, a cotação do petróleo subiu para os níveis mais altos em quatro anos, mas caiu logo depois. Quais são os fatores que poderão jogar os preços para cima ou para baixo em 2019?*

Fatih Birol: Depois de ter subido para mais de US\$ 80, o preço do barril recuou para a faixa dos US\$ 50 no fim de 2018 e agora se estabilizou em um patamar pouco acima dos US\$ 60. Os principais fatores que vão determinar a direção dos preços neste ano são: a implementação do Acordo de Viena, que determinou cortes na produção [da Opep e da Rússia em 1,2 milhão de barris por dia], e a força da demanda global.

Quanto aos cortes, é preciso esperar para ver se os produtores de fato implementam o que foi prometido. Se cumprirem a palavra e a demanda continuar forte, o mercado de petróleo se reequilibrará e haveria déficit ainda no primeiro semestre. No entanto, o crescimento da produção fora da Opep, liderado pelos Estados Unidos, será novamente alto neste ano. Isso reduz a probabilidade de aumentos agudos de preços.

Sobre a demanda, esperamos um crescimento de 1,4 milhão de barris por dia em 2019, mas reconhecemos os ventos desfavoráveis à economia mundial, incluindo uma potencial desaceleração do comércio. Em linhas gerais, como os preços estão abaixo do patamar de US\$ 80 que havia sido alcançado no passado recente, os consumidores sentem um benefício e há estímulo à demanda.

"O pré-sal brasileiro continua sendo uma das oportunidades de investimento mais atrativas do mundo"

Valor: *O sr. havia elogiado as reformas feitas na indústria de óleo e gás pelo governo Michel Temer, como mudanças na exploração do pré-sal e nas exigências de conteúdo local. Espera a preservação desses marcos regulatórios? A Petrobras, na sua visão, está recuperada?*

Birol: O sucesso dos últimos leilões no Brasil prova que disputas abertas e honestas são essenciais para aumentar a concorrência na exploração e jogar os custos para baixo. A estabilidade e a previsibilidade do marco regulatório, incluindo seus detalhes e um calendário de leilões, são importantes para atrair novos atores e encorajar investimentos.

A Petrobras, ao reposicionar seu foco onde é realmente forte e estabelecer parcerias estratégicas com as IOCs [as grandes multinacionais privadas do petróleo, como Shell e Total], está conseguindo superar uma situação financeira desafiadora. E provar que o pré-sal brasileiro pode ser desenvolvido de forma competitiva.

Valor: *É bem possível que tenhamos neste ano, no Brasil, o leilão dos excedentes da cessão onerosa. Fala-se em 6 a 9 bilhões de barris adicionais de reservas, mas também em um bônus de assinatura altíssimo, que poderia chegar a R\$ 120 bilhões. O sr. prevê que haja interesse das grandes petroleiras mesmo com a exigência de um cheque tão alto?*

Birol: Permita-me enfatizar que projetamos uma demanda global crescente por petróleo. Investimentos em novas frentes de produção são necessários, seja para repor campos em declínio, seja para responder a esse crescimento da demanda. Mesmo no "cenário de desenvolvimento sustentável" [feito pela agência e levando em conta substituição maior por fontes de energia renováveis], a velocidade de declínio dos campos atualmente produzindo (entre 4% e 6% ao ano) supera a queda da demanda por petróleo (em torno de 2,5%). Dito isso, mesmo as petroleiras pensando duas vezes antes de investirem em projetos de longa duração, o pré-sal brasileiro continua sendo uma das oportunidades de investimento mais atrativas em todo o mundo. Se a construção de confiança com os investidores for mantido, se o marco

regulatório correto for desenvolvido para atrair investimentos no pré-sal, estou otimista sobre o nível de engajamento que veremos.

Valor: *A AIE destaca, no último "World Energy Outlook", a crescente competitividade da geração solar fotovoltaica. Com as restrições fiscais de muitos países, seria factível retirar subsídios para essa fonte de energia, sem barrar sua expansão?*

Birol: Globalmente, a geração fotovoltaica tem tido um progresso muito bom. Os níveis de implantação [de parques solares] estão em linha com o nosso cenário de desenvolvimento sustentável, que atinge as metas de longo prazo para a transição rumo a uma matriz mais limpa. Na direção oposta, porém, a geração eólica onshore e offshore nos últimos anos tem ficado abaixo dos níveis de implantação requeridos para alcançarmos esse cenário. No âmbito local, a competitividade relativa da energia fotovoltaica e da energia eólica depende muito dos recursos disponíveis, bem como da conectividade pré-existente às redes [de transmissão]. Em alguns países com abundância de sol, como o Chile, a fonte solar já tem ganhado leilões disputados em condições iguais, por várias tecnologias, sem nenhum subsídio. No Brasil, depende da localidade dentro do país. Vocês têm excelentes lugares tanto para geração eólica como solar, mas muitos projetos confiavam, de certa forma, em condições favoráveis de financiamento pelo BNDES.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Política

Autor: Bruno Carazza

Título: De Davos a Brumadinho

Bolsonaro é um homem de poucas palavras. Não é à toa que o Twitter é o seu principal canal de comunicação. Tendo a honra de abrir a edição 2019 do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o novo presidente brasileiro julgou por bem transmitir sua mensagem em apenas 6 minutos e 40 segundos. Entre o "Boa tarde a todos" e o "muito obrigado", foram exatas 720 palavras, ou 4.554 caracteres com espaços (esta coluna tem 5,6 mil).

Pior do que abrir mão da rara oportunidade de estar frente a frente com a elite política e empresarial mundial é ver a dura realidade brasileira desmentir suas palavras em pouco tempo.

"Somos o país que mais preserva o meio ambiente. Nenhum outro país do mundo tem tantas florestas como nós. (...) Os setores que nos criticam têm, na

verdade, muito o que aprender conosco", disse o presidente em Davos. Nem bem aterrissou na Base Aérea de Brasília na manhã de sexta-feira, o presidente já anunciava no Twitter, às 15h20, providências para socorrer as vítimas do rompimento de mais uma barragem da Vale, desta vez em Brumadinho, Minas Gerais.

Governos e empresas sabem que o crime compensa

Em Davos, Bolsonaro confundiu fluxo com estoque. O fato de termos sido agraciados com uma vasta extensão de florestas em nosso território não significa que preservamos o meio ambiente. No Estado que tem na mineração a base de sua economia (a ponto de ter sido batizado de Minas Gerais), o Brasil demonstra novamente que não tem nada a ensinar ao mundo sobre conservação.

As dificuldades em criar um arcabouço institucional eficiente para a exploração sensata do meio ambiente é um típico exemplo da lógica da ação coletiva, tese elaborada por Mancur Olson (1932-1998). O desenvolvimento sustentável beneficia a todos, inclusive as próximas gerações. No entanto, empresas extrativistas em geral têm objetivos de maximização de lucros no curto prazo - jogam, portanto, contra o interesse coletivo.

No balanço entre o que se tem a ganhar e a perder, empresas têm muito mais condições de influenciar o jogo político em seu favor do que a sociedade em geral. Aliás, a campanha de perseguição das ONGs durante as eleições, com o perdão do trocadilho, mina o pouco de mobilização que existe na área ambiental.

Na campanha eleitoral de 2014, o setor de mineração foi responsável por 3,1% do total de doações feitas a partidos e candidatos. Trata-se de um percentual muito superior ao que faria supor a sua participação de 1,2% no PIB brasileiro. Investir no estreitamento de laços com governantes e parlamentares é típica prática de "rent seeking", estratégia de auferir lucros maiores por meio da aprovação de legislação favorável ou pelo bloqueio de medidas potencialmente contrárias a seus interesses.

No que diz respeito à (falta de) fiscalização, a escola de Chicago, em alta no atual governo, também tem muito a nos ensinar. Os estudos de George Stigler, Richard Posner e Sam Peltzman indicavam, ainda na década de 1970, que autoridades e servidores públicos não são agentes passivos diante da pressão de grupos de interesses. Regulação e fiscalização frouxas podem ser uma fonte

de benesses pessoais que vão de pequenos favores (como um bom vinho no Natal) a pesadas propinas. A ineficácia da política de proteção ambiental, portanto, muitas vezes é o resultado de um jogo em que empresas e representantes do Estado negociam a melhoria do seu bem-estar sob uma ótica privada, relegando o interesse público para os belos (ou curtos) discursos oficiais.

"Temos a maior biodiversidade do mundo e nossas riquezas minerais são abundantes. Queremos parceiros com tecnologia para que esse casamento se traduza em progresso e desenvolvimento para todos. Nossas ações, tenham certeza, os atrairão para grandes negócios, não só para o bem do Brasil, mas também para o de todo o mundo". Diante dos CEOs das maiores companhias globais, Bolsonaro atuou como corretor de nossas vantagens comparativas, mercantilizando nosso meio ambiente.

Os crimes ambientais praticados pela Vale em Mariana e em Brumadinho são a prova de que "sustentabilidade" é apenas uma palavra bonita nas estratégias de marketing e responsabilidade social. Aliás, é bom não esquecer que os vazamentos de rejeitos de mineração ocorridos há pouco tempo em Santo Antônio do Grama (MG) e em Barcarena (PA) foram provocados, respectivamente, pela Anglo American e pela norueguesa Hydro Norsk. O fato de que empresas estrangeiras, com alto padrão de responsabilidade ambiental em suas matrizes, provocam danos ambientais por aqui é mais uma evidência para a tese de, Acemoglu & Robinson, dupla de pesquisadores que apregoam que empresas respondem aos incentivos colocados pelas instituições dos países em que atuam.

Para ser sustentável, a exploração de nossos dotes naturais precisa de um arcabouço institucional que combine legislação, fiscalização e, principalmente, punições eficientes. O desmoronamento das barragens em Brumadinho é prova de que a conciliação realizada pelos governos federal e de Minas Gerais (sob Dilma Rousseff e Fernando Pimentel), órgãos de controle e a Samarco /Vale não foi suficiente para penalizar a empresa a ponto de fazê-la aprender a lição.

A leniência dos três Poderes brasileiros com a questão ambiental pode ser medida em números. Entre o "acidente" de Mariana em 05/11/2015 e a quinta-feira anterior ao desastre de Brumadinho, as ações da Vale (VALE3) se valorizaram 258,3% - muito acima do desempenho do Ibovespa, que rendeu 108,2% no mesmo período. Para termos uma comparação, as ações da British

Petróleo ainda se encontram 22% abaixo do registrado na véspera do anúncio do vazamento de petróleo provocado no Golfo do México em abril de 2010.

No Brasil, definitivamente, o crime compensa.

Bolsonaro se elegeu dizendo que faria tudo diferente. Resta saber se não ficará só no discurso.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro". Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Fabiana Figueiró

Título: Novos rumos para a gestão das águas

O novo governo Federal tem demonstrado postura bastante disruptiva no que diz respeito à política ambiental tradicionalmente conduzida no país. Especialmente desde os anos oitenta, quando passou a incrementar a legislação protetiva dos recursos naturais, concentrando o planejamento e a tutela no âmbito dos órgãos de meio ambiente.

Diante da riqueza da biodiversidade brasileira, não se contesta a relevância das normas de proteção e a necessidade de órgãos ambientais fortes e estruturados. No entanto, na ânsia de criar mecanismos eficazes de preservação ao longo dos anos, em boa medida, a estrutura ambiental brasileira se tornou mais ideológica do que técnica. Nesse contexto, é salutar que o modelo de proteção se reconcilie a variáveis como desenvolvimento nacional, e dialogue com outras políticas públicas como habitação e infraestrutura, superando o distanciamento crescente havido nas últimas décadas.

A série de recentes alterações na organização dos órgãos ambientais do Poder Executivo revelam que o modelo não seguirá o racional dos anos anteriores, sendo desafiadora a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio para que a pasta não se esvazie (o que seria nefasto), e possa atuar com independência técnica nos assuntos que lhe são atinentes. Obviamente existem medidas anunciadas, ou já implementadas, passíveis de críticas, mas dentre elas não estão as alterações nas estruturas responsáveis pelas questões hídricas, traduzidas na saída de órgãos de importância da estrutura do Ministério do

Meio Ambiente, que passaram a integrar o recém criado Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

É no guarda-chuva desse novo Ministério que estarão o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a Agência Nacional de Águas (ANA), por exemplo. Ao CNRH cabe as articulações político institucionais entre usuários da água, poder público e sociedade civil. No Conselho ocorrem decisões de relevo, como a definição dos critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso, fatores essenciais para atividades como indústria, energia e irrigação. Já a ANA é responsável pela regulação do acesso e uso aos recursos hídricos de domínio da União, como os rios que percorrem mais de um Estado, ou que fazem fronteira com outros países. A Agência outorga os direitos de uso da água e desenvolve inúmeras atividades técnicas estratégicas de planejamento e monitoramento da situação das águas no país.

Temos 12% da água doce do planeta, e mais de 35 milhões de cidadãos brasileiros sem acesso à água tratada

Em uma primeira análise, se pensarmos somente no aspecto da água como um bem ambiental, a mudança pode causar estranheza e, como quase tudo que envolve meio ambiente, ser objeto de posicionamentos contrários e temores quanto a retrocessos na sua tutela. No entanto, ao falarmos de recursos hídricos, é ainda mais essencial considerarmos a variável social e econômica, transcendendo o aspecto puramente protetivo. A água é, por definição legal expressa, um recurso natural limitado, de domínio público e dotado de valor econômico. Além disso, dentre os fundamentos jurídicos de sua gestão está proporcionar o seu uso múltiplo, tendo como prioridade o consumo humano, mas abarcando atividades econômicas como indústria, agricultura, transporte e geração de energia. Ainda, a estrutura da política trazida pela legislação estabelece ações descentralizadas, regionalizadas, com a participação da comunidade, além do poder público, o que pode ser melhor efetivado na nova estrutura.

Nesse viés, se avaliarmos as demais atribuições do Ministério do Desenvolvimento Regional, a decisão de alteração no centro de decisão da política hídrica é bastante interessante e está alinhada com os aspectos legais acima. Afinal, esse novo ministério cuidará de programas como Minha Casa Minha Vida e o Água para Todos, da integração do Rio São Francisco, da Política Nacional de Irrigação e executará um Plano Nacional de Segurança Hídrica. Ora, faz todo o sentido que órgãos como a ANA e o CNRH estejam, então, dentro da estrutura do DRE, permitindo um maior diálogo com as linhas de ação responsáveis pelos programas habitacionais e de irrigação, por exemplo. A nova estruturação tende a oxigenar a gestão hídrica e permitir que o inegável viés econômico deste bem ambiental seja trazido para o centro do planejamento.

A guinada é positiva e a realidade brasileira não torna difícil perceber que o caminho até então traçado para a política hídrica precisava ser, de alguma forma, repensado. Isso porque, apesar de sermos uma nação repleta de rios e lagos, além de possuímos 12% da água doce do planeta, nosso saneamento básico guarda características do Brasil Colônia, com mais de 35 milhões de cidadãos sem acesso à água tratada para consumo e com cerca de 100 milhões de brasileiros sem esgotamento sanitário, segundo dados do Instituto Trata Brasil. Isso sem falar de episódios alarmantes dentre os quais se pode citar, apenas como exemplo, a recente crise hídrica vivida pela população de São Paulo, coração econômico do país, possivelmente decorrente de eventos climáticos e de questões de infraestrutura e planejamento.

A mudança estrutural é importante, mas não será suficiente. Ao colocar a máquina para operar, será preciso implementar ações concretas que signifiquem mudança de paradigmas. Dentre os desafios do novo governo está o desenvolvimento de ações capazes de garantir água em qualidade e quantidade para todos, com modelos que evitem desperdícios no consumo urbano, industrial e agrícola. Nesse viés, não bastam apenas ações de comando e controle ou a realização de vultuosas obras. Essas medidas precisarão caminhar ao lado do incremento na educação para o consumo, no fortalecimento das ferramentas de gestão já existentes, na ampliação dos estudos quanto a riscos climáticos e, também, no efetivo diálogo com os atores usuários. Para isso, além de vontade política e empenho técnico será preciso, sem dúvida, a injeção de recursos econômicos. Quanto à necessária tutela da água enquanto bem ambiental essencial à sadia qualidade de vida, essa estará devidamente resguardada tanto pelos sólidos órgãos de controle e participação quanto pela consolidada legislação que trata do assunto, não devendo se perder com as mudanças estruturais na configuração dos ministérios. Pelo contrário: tende a sair fortalecida a partir de um olhar transversal e de investimentos regionalizados.

Fabiana Figueiró sócia de Souto Correa Advogados

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro | Do Rio e de São Paulo

Título: Mineração terá de se reinventar no Brasil, afirmam especialistas

A mineração brasileira vai precisar se reinventar depois da tragédia com a barragem da Vale em Brumadinho (MG). Essa ampla revisão do setor terá que passar, em primeiro lugar, pelas próprias mineradoras e exigirá fazer um "recall" das barragens com alteamento a montante, tecnologia de construção

empregada tanto na barragem de Fundão, em Mariana (MG), que rompeu em 2015, como no reservatório I da mina de Feijão, da Vale, que cedeu na sexta-feira provocando uma nova tragédia humana e ambiental no país.

Mas a reinvenção do setor mineral brasileiro, depois desses dois graves episódios, precisará ir além das próprias empresas e demandará revisitar leis, incluindo uma revisão da legislação sobre barragens. "Toda a cadeia produtiva do setor mineral precisará fazer uma ampla reflexão, leis têm que ser revistas, tecnologias [de barragens] reavaliadas e as empresas têm que mudar de posição em relação à sociedade, mudar condutas", disse um experiente executivo do setor.

Para executivos da mineração, o empresariado ligado ao setor vai ter de mudar radicalmente seu modelo de negócio. A gestão do passivo de barragens de rejeitos existentes em suas minas é ponto crucial. A execução de novos projetos terá de contemplar métodos modernos de deposição dos rejeitos da atividade. Desde o caso de Mariana, o Estado de Minas Gerais proibiu a construção de novas barragens com alteamento a montante, mas existe um passivo enorme resultante de barragens construídas por essa tecnologia há 30, 40 anos ou mais.

A avaliação é que não é mais possível conviver com o modelo atual. Há novas regras nas leis, ainda insuficientes, e sabe-se que a fiscalização dos órgãos de governo está precária em corpo técnico e capacitação técnica. Apesar de o setor ter conseguido constituir a Agência Nacional de Mineração (ANM), no fim de 2018, e ter modernizado o Código Mineral, de 1967. Mas como ficou provado mais uma vez ainda há muito a fazer.

Um dos desafios é que a ANM comece a exercer logo suas funções, lembrou um executivo do setor: "Não dá para sair andando um dia depois de ter nascido", afirmou. O fato é que a cobrança maior virá de cada tragédia. "Em Mariana morreram 19 pessoas, agora [em Brumadinho] havia até ontem 58 mortes e mais de 300 pessoas desaparecidas. "No próximo serão 2 mil?", perguntou outro executivo do setor.

A tragédia de Brumadinho, disse um ex-executivo do setor, será um divisor de águas para o setor, em especial para a mineração de ferro em Minas Gerais. Cobranças da sociedade, de órgãos ambientalistas, endurecimento de órgãos estaduais e federais de licenciamento e fiscalização da atividade mineral e a exigência de adoção de tecnologias modernas vão mexer com a rentabilidade de novos projetos. "Com tudo isso, os teores de ferro cada vez mais baixos em jazidas, o minério na faixa de US\$ 70 a tonelada e aumento de custos, a mineração de ferro em Minas Gerais começará a viver uma era de declínio", afirmou. O olhar da Vale se voltará cada vez mais para as reservas de Carajás, no Pará, disse.

Por mais que algumas mudanças tenham sido feitas depois da tragédia de Mariana, a raiz do problema não foi atacada. Há no país, em especial Minas, quase 50 barragens de mineração construídas no modelo antigo que são um pesadelo diário para as comunidades do entorno como para pessoas que trabalham próximas, caso da barragem I de Feijão.

Pelos parâmetros da Portaria 70.389, de maio de 2017, da ANM, a Vale vinha cumprindo todas as exigências para barragem de Feijão: auditorias semestrais, relatórios anuais com aval de empresa internacional especializada e relatórios quinzenais. A imensa massa de 12 milhões de metros cúbicos, aparentemente, não emitia nenhum sinal de desconformidade. Mas, diz um executivo do setor, "uma barragem não rompe sem suspirar".

Essa tecnologia de construção, lembram os especialistas, pode ter sido uma solução há três, quatro décadas, por ser de menor custo e de mais rápida implementação considerando a demora nas licenças ambientais, mas, comprovadamente, hoje não são mais adequadas. Os exemplos de Mariana e de Brumadinho mostram bem isso.

País terá que fazer 'recall' de barragens com alteamento a montante, tecnologia antiga e já questionada

Outro problema: as barragens de mineração no país tornaram-se grandes demais. Para lidar com o problema desse tipo seria preciso estabelecer mecanismos para enfrentar esses passivos, diz um especialista. "O que se faz quando tem uma bomba? Chama-se um especialista para desarmá-la." Algo parecido precisará ser feito com as barragens de rejeitos de mineração construídas pelo método de alteamento a montante.

No caso de Brumadinho, há consenso entre especialistas ouvidos pelo **Valor** que a gestão de risco foi subavaliada. A Vale adquiriu a mina de Córrego do Feijão da Ferteco, no começo dos anos 2000, e herdou a estrutura de barragens que lá estava. A parte administrativa e o refeitório ficavam em um terreno abaixo em relação ao reservatório de rejeitos. O risco é sempre medido pelo cruzamento da probabilidade de o rompimento ocorrer versus a severidade do dano, explica um especialista. "O dano, neste caso, foi subavaliado", acrescentou.

A Vale promete mudar essa conduta. Fabio Schvartsman, presidente da companhia, disse que a empresa vai criar um "colchão de segurança" superior ao atual para evitar que novos acidentes, como os rompimentos das barragens da Samarco, em 2015, e de Feijão, se repitam. "Estamos 100% dentro de todas as normas e não houve solução. Qual é a solução então? Me parece que só tem uma. Temos que ir além de toda e qualquer norma nacional e internacional.

Além e acima, para garantir que nunca mais aconteça um negócio desse", disse ontem ao canal GloboNews.

"Eu me juntei à Vale há um ano e meio. Um ano e meio depois do acidente da Samarco. Existiam uma série de ações em andamento que não foram de invenção da Vale, foram feitas por uma série de especialistas internacionais de renome. E seguimos à risca tudo. E eu não sou técnico de mineração. Então segui à orientação dos técnicos e esse negócio deu no que deu. Não funcionou", afirmou Schvartsman.

No mundo, segundo uma fonte, são contabilizados em média dois acidentes de barragens de mineração por ano. O Brasil, em 2014 e 2015, com as barragens de Herculano, em Itabirito (três vítimas), e de Fundão, em Mariana, contribuiu com metade da estatística. Agora, com Feijão, já começa o ano nova contribuição. Estamos ainda no fim de janeiro.

Atualmente, de quase 800 barragens para rejeitos da mineração, pouco mais da metade são foco de atenção da Política Nacional de Segurança de Barragens, tendo como critérios capacidade acima de 3 milhões de metros cúbicos, 15 metros de altura, resíduos perigosos e dano potencial alto. Feijão tinha 86 metros de altura e atendida os 21 critérios fixados pela portaria.

A engenharia geotécnica não garante 100% de segurança para as barragens com modelo construtivo a montante. O novo modelo tecnológico de barragem mais seguro prevê a deposição dos rejeitos, depois de seco, compactados em pilhas, acabando com as barragens de lamas. O custo é maior para as mineradoras. Mas, certamente, centenas de vezes inferior ao se comparar com os ressarcimentos de bilhões de reais definidos para Mariana e previstos para Brumadinho.

A questão é que o processamento de minério a seco (sem o uso de água) não é uma solução viável para processar minerais ferrosos em Minas Gerais pelas características geológicas do material, dizem outros especialistas. No Pará, onde o minério de ferro é mais rico, a Vale vem implementando o processamento a seco com sucesso.

De qualquer modo, foi do Brasil a opção de fazer mineração usando água para beneficiar o material, e valendo-se de grandes reservatórios que impõem riscos também enormes aos trabalhadores e às comunidades do entorno. "Se a Vale não consegue garantir a segurança dos seus funcionários, como vai garantir a segurança de comunidades vizinhas?", questionou um executivo com vivência no setor.

Após o caso Mariana, diz um especialista na área ambiental, mudou-se o sistema de monitoramento, com utilização de diversos tipos de medição. E até envolvimento da alta administração das empresas. Não foi suficiente para evitar nova tragédia, com perdas de vidas humanas e danos imensuráveis ao ambiente.

A gestão do passivo, de forma mais ampla, para prevenção do imponderável não avançou. e mineradoras e autoridades estaduais, como em Minas Gerais, continuaram barrando a criação de leis mais rígidas para o setor.

No sábado, o conselho de administração da Vale manteve reuniões, via teleconferência, para acompanhar a situação e dar suporte às ações e decisões da diretoria-executiva. Ontem, o conselho se reuniu novamente no Rio. Schvartsman sobrevoou Brumadinho no sábado, quando o presidente da República, Jair Bolsonaro, também vistoriou o local. Ontem o presidente da Vale voltou ao local do desastre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério acumula alta

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao registrou ligeira queda na sexta-feira, de 0,03%, para US\$ 74,69 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta produto com teor de ferro de 62%. No mês, a commodity acumula valorização de 2,69%. No mercado futuro, os contratos do minério para maio subiram 0,28% em Dalian, a 534 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente subiram 0,98%, para 3.608 yuans a tonelada. O vergalhão subiu 1,37%, para 3.710 yuans a tonelada. A expectativa é como se comportará o mercado de minério hoje, após o acidente da Vale, em Brumadinho.

Produção de aço sobe

A produção global de aço bruto saltou 4,6% em 2018, para 1,8 bilhão de toneladas, mostraram dados da indústria na sexta-feira, enquanto a produção na China avançou 6,6%, mostraram dados da World Steel Association (Worldsteel). A China, que produz metade do aço do mundo, teve uma produção de 928,3 milhões de toneladas no ano passado. Todas as regiões

globais registraram crescimento da produção de aço, exceto a União Europeia, onde a produção caiu 0,3 por cento, para 168,1 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Ivo Ribeiro | Do Rio e de São Paulo

Título: Amazonica Energy e Mitsubishi estudam projeto de gás no NO

A brasileira Amazonica Energy está negociando com uma companhia internacional da área de gás natural uma parceria para implantar um sistema de movimentação de gás natural liquefeito (GNL) na região amazônica, utilizando 23 mil km de redes hidroviárias do Pará, Amazonas e Rondônia. As tratativas em andamento, apurou o **Valor** com fontes próximas, são com o grupo japonês Mitsubishi, por meio da subsidiária Mitsubishi Corporation do Brasil.

Pela negociação, foi firmado um acordo para a realização de estudos técnicos, operacionais e econômicos de viabilidade do projeto na região Amazônica. Os estudos têm prazo de realização de dois anos. O sócio estrangeiro, caso o negócio se mostre viável, deverá ter uma participação minoritária no empreendimento, orçado em US\$ 600 milhões.

O acordo prevê a criação de uma sociedade de propósito específico (SPE) entre a Amazonica Energy e a Mitsubishi para desenvolver o negócio de distribuição de gás natural. A parceria deve ser anunciada nos próximos dias, apurou o Valor. Há ainda a possibilidade de ingresso de um terceiro sócio, de perfil financeiro ou estratégico.

Em entrevista ao **Valor**, Marcelo Araújo, presidente da Amazonica Energy, evitou confirmar o nome do parceiro, dizendo que as negociações ainda eram sigilosas e o anúncio ocorrerá em breve. "É muito possível que acoplemos mais um sócio estratégico nessa SPE. Estamos estudando com alguns. Pode ser um sócio financeiro ou um sócio da própria indústria de GNL", disse o executivo e um dos sócios da Amazonica.

Constituída em 2016 e autorizada em 2018 pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para exercer a atividade de comercialização de gás natural, a empresa é formada por técnicos do setor elétrico. Entre os sócios estão o engenheiro elétrico Araújo, ex-consultor da área de gás e energia da Petrobras, com passagens por Neoenergia, Eneva e Enel, e o engenheiro civil Livio Rodrigues de Assis, ex-diretor da Celpa.

O empreendimento desenhado pela empresa é dividido em duas fases, que em algum momento poderão ser desenvolvidas em paralelo, caso o trâmite das

duas etapas seja resolvido. A primeira fase engloba o eixo entre Itacoatiara (AM) e Porto Velho (RO), com demanda estimada de 3 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. A segunda etapa envolve a região de Ponta de Pedras, na Ilha de Marajó.

A primeira etapa do projeto, com investimentos previstos de US\$ 300 milhões a US\$ 350 milhões e na qual a Amazonica Energy está concentrando os esforços neste momento, envolve a construção de um terminal em Itacoatiara para a atracagem de um Floating Storage Unit (FSU), um navio de estoque de gás, que servirá como um porto flutuante.

O GNL será importado e fornecido pela parceira internacional. O insumo energético será transportado até o terminal por um navio metaneiro. Do terminal, o produto será movimentado para o interior amazônico, em direção a Porto Velho, por meio de barcas, com capacidade de 1,2 mil metros cúbicos diários cada. A companhia prevê montar uma frota de 50 barcas (considerando as duas fases) e dez empurradores. A ideia é que as embarcações sejam construídas no Brasil.

Ao chegar nos destinos finais, o GNL será transformado em estado gasoso por meio de plantas de regaseificação modulares de pequeno porte, com capacidades que vão variar de 50 mil a 300 mil metros cúbicos diários. Para alguns casos, dependendo do porte do cliente, a planta pode ser de tamanho médio, com capacidade de até 1,5 milhão de metros cúbicos diários. No desenho de referência da Amazonica Energy, estão previstas 30 plantas de regaseificação.

"Tanto o Pará, quanto Rondônia, como o próprio Amazonas são estados que têm uma perspectiva de mercado bastante amplas. Tanto de mercado existente, que hoje opera com outros combustíveis, quanto de um mercado ainda reprimido", afirmou Araújo.

A opção por iniciar o empreendimento pelo trecho Itacoatiara - Porto Velho deve-se à carência por gás natural em Rondônia e à receptividade ao projeto naquele Estado. "Temos trabalhado junto com a Rongás [distribuidora de gás natural do Estado], em parceria. Temos um acordo de desenvolvimento daquele mercado e um estudo técnico para abastecimento de gás natural ao Estado de Rondônia, com a entrega desse combustível em forma líquida em Porto Velho", explicou o executivo.

A expectativa da Amazonica é iniciar a operação do projeto no fim de 2021, comercializando um total em torno de 2,5 milhões de metros cúbicos ao dia. "Especificamente para Porto Velho, estamos estudando uma possibilidade de

antecipação", acrescentou o executivo. A expectativa é dobrar esse volume em 2024.

Enquanto negocia a entrada de novos sócios, a Amazonica negocia com fundos de private equity o financiamento para parte do projeto. Também há conversas com bancos de desenvolvimento internacionais, devido ao potencial de redução de emissões de gases poluentes ao se substituir óleo combustível e diesel por gás natural.

Para esse trabalho de captação de recursos, a Amazonica contratou a assessoria financeira da norueguesa Storm Capital Partners.

Para 2019, Araújo disse que a empresa já possui um montante de R\$ 20 milhões para utilizar no processo de licenciamento ambiental e estudos de pré-implantação do projeto. "Esse é o dinheiro que vai ser consumido este ano para licenciamento ambiental, engenharia, entre outras licenças federais e, eventualmente, alguma aquisição de área", explicou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Por Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Mariana não foi suficiente, lamentam os ambientalistas

"É inaceitável que toda a estrutura administrativa da mina ficasse abaixo da barragem. É um projeto muito equivocados de engenharia", diz Nilo D'Ávila, diretor de campanhas do Greenpeace, referindo-se aos milhões de metros cúbicos de lama que vazaram da barragem da Vale em Brumadinho e atingiram trabalhadores da empresa que almoçavam naquele momento no refeitório localizado no caminho do desastre. "Naquele projeto não haveria alarme que, disparado, salvasse a vida de pessoas", continua. "É urgente uma revisão imediata das barragens no Brasil inteiro. Se foram avaliadas como de alto risco, têm que ser paralisadas imediatamente", conclui.

A indignação de D'Ávila resume a avaliação dos ambientalistas: não se aprendeu com o desastre de Mariana a evitar novas tragédias, falta rigor na avaliação de riscos das barragens e o licenciamento ambiental não pode ser abrandado de modo algum.

"Não tiramos uma lição efetiva de Mariana", diz Malu Ribeiro, coordenadora do Programa Água da Fundação SOS Mata Atlântica. "O licenciamento ambiental não pode ser flexibilizado, ao contrário. Tem que ser aperfeiçoado, ser ainda mais rigoroso e ter transparência para garantir o acesso da sociedade a todas

estas informações", continua. "Não pode haver desmonte de órgãos ambientais estratégicos como o Ibama."

A advogada Suely Araújo, ex-presidente do Ibama, disse ao **Valor** que a tragédia de Brumadinho, indica claramente que o país precisa acompanhar e gerenciar com lupa os riscos das barragens de mineração em operação.

"Em meio a tanta tristeza, a nova tragédia em Minas Gerais traz mensagem dura e clara. O país precisa acompanhar de perto as barragens de mineração em operação", diz ela. "Considero fundamental que as empresas do setor caminhem rapidamente para novos modelos de produção, que já são adotados em alguns empreendimentos mais recentes, independentemente se isso representa maiores custos", seguiu. "Sempre que tecnicamente possível, as barragens de rejeitos precisam ser eliminadas na concepção do empreendimento", recomendou.

O Brasil possui um cadastro com 24.092 barragens de usos múltiplos - algumas são de água para abastecimento, outras são reservatórios para geração de energia e há as de rejeitos de minérios. Os dados fazem parte do Relatório de Segurança de Barragens 2017, compilado pela Agência Nacional de Águas (ANA), com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Mineração (ANM) e 31 órgãos fiscalizadores.

"O número de barragens apontadas como mais vulneráveis subiu de 25 em 2016 para 45 em 2017", segundo nota de imprensa da ANA de novembro, quando o relatório foi lançado. "A maioria dos casos apresenta problemas de baixo nível de conservação, mas há outros motivos como insuficiência do vertedor e falta de documentos que comprovem a estabilidade da barragem", segue a nota. "Das 45 barragens, 25 pertencem a órgãos e entidades públicas."

Em nota enviada à imprensa à tarde, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) esclareceu alguns pontos sobre a regularização ambiental da mineradora e da Barragem da Mina do Feijão que rompeu. Era uma barragem alta, com 87 metros de altura, que não operava desde 2015 e tinha 27 hectares de área total. A instalação e operação da barragem de rejeitos de minério de ferro são dos anos 70. O último licenciamento aconteceu em 2011 e autorizava a disposição do rejeito até 2017.

O número de barragens apontadas como mais vulneráveis subiu de 25 em 2016 para 45 em 2017, segundo a ANA

Na nota divulgada à imprensa está dito que a fiscalização da estabilidade e a segurança de barragens de rejeitos de minério de ferro cabe ao antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de

Mineração (ANM). Pela Lei 12.334, de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), quem faz e executa o plano de segurança das barragens é o empreendedor, mas quem controla as informações no governo é a ANM.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, defendeu ontem que a lei que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens precisa passar por uma revisão e ser aperfeiçoada. Segundo ele, desde que a norma foi editada, em 2010, vários projetos foram apresentados no Congresso, mas ainda não foi possível realizar as alterações necessárias para que desastres como o de Brumadinho e de Mariana não se repitam.

Segundo ele, a lei serviu de base para resoluções que ajudam a determinar a categoria de risco e o dano potencial associado a cada barragem do país. Para o ministro, contudo, diante das tragédias, é preciso que haja mudanças no sistema para que seja possível detectar quais barragens apresentam maior risco e precisam ser vistoriadas imediatamente.

"Esse sistema também precisa ser aperfeiçoado, para que tenhamos uma categorização e classificação mais refinada, para poder separar aquilo que é mais urgente daquilo que pode esperar", disse.

Segundo Canuto, ao governo estadual cabe avaliar projetos e licenças para o funcionamento das barragens. Aos órgãos federais compete a fiscalização, que é realizada pela ANM. Esse processo, porém, depende da empresa, que tem a responsabilidade legal de fazer inspeções da barragem, levantar dados e repassá-los à agência de mineração.

"O setor mineral não pode continuar operando sem profundas mudanças nos seus atuais modelos de extração e produção de minérios", disse em sua página no Facebook o ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho (governo FHC) e ex-secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais. "Sem novas tecnologias construtivas de barragens hidráulicas, sem novos e severos protocolos de segurança e gestão de riscos, transparentes e submetidos a amplo controle social, tragédias como a de Brumadinho e a de Mariana, há mais de 3 anos, continuarão se repetindo".

Carvalho continuou: "Um empreendimento que constrói logística de transporte através de mineroduto e ferrovia de mais de 500 km, não pode considerar inviável um transporte de 5, 15, ou 20 km para disposição segura de rejeitos". Concluiu: "O setor já acumulou conhecimento suficiente para fazer muito melhor do que faz". **(Colaboraram Isadora Peron e Rafael Bitencourt, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De Brumadinho (MG)****Título: Brumadinho já soma 58 mortos e 305 desaparecidos**

O trabalho intenso das equipes de resgate que se revezaram ao longo de todo o fim de semana em Brumadinho não foi suficiente, diante do tamanho da tarefa, para concluir o resgate das vítimas do rompimento da barragem da Vale, ocorrido na sexta-feira. No início da noite de ontem, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil haviam localizado 192 pessoas com vida e 58 mortos.

Outras 305 pessoas continuavam desaparecidas. O número de desaparecidos aumentou (era 287 pela manhã) porque, segundo os Bombeiros, houve novos registros de pessoas procurando familiares que não estavam na lista inicial.

Ontem teve início a busca noturna. O Corpo de Bombeiros destacou 226 homens para vasculhar a região administrativa e o refeitório que ficavam próximos à barragem. As equipes tentavam também resgatar e identificar os corpos de dentro de um ônibus que foi encontrado sob os escombros.

O delegado da Polícia Civil Wagner Pinto disse que 19 corpos já foram identificados no Instituto Médico Legal (IML). Oito corpos já haviam sido entregue às familiares até a noite de ontem. Parentes das vítimas reclamavam da demora na identificação. Segundo Pinto, "o dilaceramento dos corpos dificulta a identificação".

O rompimento da barragem provocou o vazamento de aproximadamente 12,5 milhões de metros cúbicos de água, lama e rejeitos minerais. Estima-se que a lama percorra 200 km de área e chegue ao rio São Francisco.

O domingo começou tenso na cidade. Por volta de 5h30 da manhã, a sirene de alerta foi acionada depois que a Vale constatou aumento do nível de água na barragem VI. A Defesa Civil orientou os moradores a evacuar imediatamente suas casas e procurar os pontos mais altos de Brumadinho.

O nível dessa barragem subiu durante a noite por causa da chuva. Segundo o Corpo de Bombeiros, a medida foi adotada por precaução. Por volta de 15h, a Defesa Civil considerou que não havia mais risco e autorizou os moradores a retornar a suas casas. As buscas foram retomadas e, pouco depois, um corpo foi resgatado.

A Defesa Civil acionou um protocolo, chamado de International Disaster Charter, para produzir mapas com georreferenciamento que potencializam as buscas por vítimas pelos Bombeiros.

"O protocolo envolve 17 países e 34 satélites. Quando é acionado, os satélites começam a se posicionar no ponto que pedimos", explicou Alexandre Lucas, secretário nacional da Defesa Civil. "Com essas imagens, quatro técnicos produzem um mapa que mostra detalhamento como era a área antes, onde a lama passou, onde eram as estradas, as linhas férreas, por exemplo."

Estava prevista para a noite de ontem, em Belo Horizonte, a chegada dos recursos (equipe e equipamentos) enviada pelo governo de Israel para auxiliar nas buscas.

O maior número de corpos foi encontrado na região do Parque da Cachoeira, onde ficava o refeitório da Vale. "São áreas com corpos mais visíveis a olho nu", disse Anderson Almeida, coronel-comandante operacional do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. "Estamos trabalhando com mais intensidade nessa área próxima ao rompimento da barragem."

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, afirmou que, mesmo depois de internado para cirurgia no hospital Albert Einstein o presidente Jair Bolsonaro será abastecido diariamente com informações sobre Brumadinho pelo gabinete de crise comandado pela Casa Civil.

Questionado sobre se o governo federal dará ajuda financeira ao governo de Minas Gerais devido ao rompimento da barragem, Rêgo Barros afirmou que o comitê de crise está "prestes a apresentar" ao presidente uma proposta sobre o valor a ser destinado ao Estado.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, afirmou que serão realizados testes na água do rio Paraopeba, atingido pelo rejeito mineral da Vale. Segundo ele, foram instalados 47 pontos de coleta de amostra e, até quarta-feira, o governo saberá se houve contaminação e quais medidas precisaram ser tomadas. O ministro informou que atualmente o avanço da onda de lama está numa velocidade "mais reduzida", menor do que um quilômetro por hora.

"A previsão é que ela chegue ao reservatório da hidrelétrica de Retiro Baixo entre 2 e 6 de fevereiro", disse. "Espera-se, devido ao tamanho da área do

reservatório ser maior, que essa onda se espalhe e ainda vai diminuir essa velocidade e o volume".

Bolsonaro e o governador de Minas, Romeu Zema, sobreviveram o local da tragédia no sábado pela manhã. Zema decretou luto oficial de três dias. Zema também visitou feridos no Hospital de Pronto Socorro João XXIII, em Belo Horizonte.

O prefeito de Brumadinho, Neném da Asa (PV), disse que a Vale foi irresponsável na tragédia da cidade. Ele ressaltou que todas as licenças são do Estado, e não do município, e que a responsabilidade o acidente é da Vale e do Estado. **(Colaboraram Arícia Martins, de São Paulo, e Rafael Bitencourt, de Brasília, com agências de notícias)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Fernando Torres | Do Rio e de São Paulo

Título: Bloqueio representa 45% do caixa da Vale

Os bloqueios dos recursos da Vale feitos pela Justiça de Minas, de R\$ 11 bilhões até ontem, representam quase metade do caixa da mineradora no fim de setembro, último dado disponível.

A Vale tinha R\$ 24,4 bilhões no caixa, segundo informações do balanço do terceiro trimestre. Além disso, havia aproximadamente R\$ 20 bilhões em linhas de crédito rotativo, uma espécie de cheque especial disponível para empresas de primeira linha.

A Justiça mineira bloqueou ontem R\$ 5 bilhões da Vale, para garantir a reparação dos danos às pessoas atingidas pelo rompimento de uma barragem na Mina do Feijão, em Brumadinho. A decisão liminar foi proferida em ação cautelar proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais.

No sábado, o MPMG já tinha conseguido bloquear R\$ 5 bilhões para reparação de danos ambientais. No mesmo dia, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tinha ordenado o bloqueio de R\$ 1 bilhão. Além disso, o Ibama já multou a Vale em R\$ 250 milhões.

O bloqueio aumenta significativamente o passivo da Vale, que no fim de setembro incluía cerca de R\$ 5,5 bilhões a pagar entre principal e juros de empréstimos até setembro de 2019, além de um programa de recompra de ações de até US\$ 1 bilhão, anunciado no segundo trimestre de 2018.

Com base no resultado do segundo semestre de 2018, a Vale avaliava deliberar, em 2019, sobre uma nova recompra de ações.

Até 20 de setembro de 2018, a empresa havia recomprado o equivalente a US\$ 489 milhões, ou 48,9% do total. A recompra era tida, por Fabio Schvartsman, presidente da companhia, como o melhor investimento que a empresa poderia fazer com o caixa.

Uma nova operação de recompra de ações dependeria da geração de caixa livre, que em setembro foi de US\$ 3,1 bilhões, e do potencial de retorno do investimento em termos de valorizações de suas ações.

O desastre de Mariana também tem que ser considerado. Foram provisionados até setembro um total de R\$ 5,2 bilhões para pagar em 12 anos: R\$ 3,7 bilhões reservados em 2016 mais R\$ 1,5 bilhões extras em 2018. Desse valor, R\$ 1 bilhão já foi pago, e R\$ 4,2 bilhões venceriam em setembro.

E há os dividendos. Os que foram declarados em julho já haviam sido pagos antes do fim de setembro. O que os investidores devem estar se perguntando agora é como fica a política de remuneração daqui para frente.

Em outubro, na divulgação dos resultados do terceiro trimestre, a Vale previa ser a empresa de mineração que continuaria a criar mais valor para os acionistas. O feito seria assegurado por forte desempenho operacional e por uma política de remuneração "agressiva".

O resultado do terceiro trimestre garantiu o pagamento mínimo de US\$ 1,142 bilhão aos acionistas na forma de dividendos, para pagamento em março deste ano. A ideia, na ocasião, era de que caso o desempenho operacional se repetisse, no quarto trimestre, a empresa poderia pagar, no mínimo, US\$ 2,3 bilhões.

A política de dividendos definida pela mineradora em 2018 prevê que a companhia remunere os seus acionistas com o equivalente a 30% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), menos o investimento corrente.

O pagamento é feito sempre em duas parcelas: uma em setembro, relativa ao primeiro semestre, e outra em março, relacionada ao segundo semestre de cada ano.

Em nota, a Vale afirmou ontem que está focada no atendimento aos atingidos de Brumadinho e não deliberou sobre a questão dos dividendos. "Tal decisão deve levar em conta a expectativa futura de geração de caixa e vai ser tomada no seu devido tempo."

Em comentário aos clientes divulgado ontem à noite, o BTG Pactual diz que investidores procuraram o banco, preocupados com dividendos após acidente.

"Defendíamos um retorno com dividendos de 10% em dólares para 2019 (incluindo dividendos extraordinários). A esta altura, há risco de redução no pagamento, mas ainda acreditamos que os dividendos mínimos (retorno de 6% a 7%) continuam relativamente 'protegidos'", diz o comentário do banco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Iávia Furlan | De São Paulo

Título: Após Mariana, seguradoras fixaram limites

Após o acidente da Samarco no município de Mariana (MG) em novembro de 2015, as seguradoras impuseram à Vale uma limitação para indenizar a empresa em caso de rompimento em barragens. O acidente da Samarco causou prejuízos de US\$ 4 bilhões e estima-se que metade disso tenha sido custeado pelo mercado segurador.

Dessa forma, segundo uma fonte disse ao **Valor**, apesar de a mineradora ter contratos de seguros que totalizam cobertura de US\$ 2,8 bilhões, ela pode ter acesso a apenas 10% do valor, ficando com a maior parte do prejuízo do rompimento da barragem ligada à Mina do Feijão, que ocorreu sexta-feira no município de Brumadinho (MG).

Segundo o **Valor** apurou com uma fonte, a companhia tem um contrato que cobre danos materiais causados pelo acidente e os lucros cessantes decorrentes da paralisação das atividades na unidade.

No total, essa apólice tem o valor de US\$ 800 milhões, num consórcio liderado pela Chubb e do qual fazem parte Mapfre, Swiss Re e FM Global. Além disso, há 15 resseguradoras que participam do contrato, sendo que o IRB é o líder, ficando com 15% do valor do risco.

Segundo os termos dessa apólice, a Vale deve pagar uma franquia de US\$ 5 milhões para ter acesso às indenizações. Além disso, os US\$ 300 milhões iniciais de prejuízos são autossegurados - ou seja, desembolsados pela própria empresa -, sendo que as seguradoras e resseguradoras ficam com os US\$ 500 milhões restantes.

Nesses contratos, é comum que as empresas se autossegurem, ficando com uma parte do risco, para trazer mais confiança ao mercado de que está sendo cuidadosa em suas operações e para pagar um prêmio menor.

No entanto, as seguradoras não ficaram satisfeitas apenas com essas condições. Depois do acidente da Samarco, incluíram uma cláusula que reduz de US\$ 500 para US\$ 100 milhões o valor desembolsado se a apólice for acionada devido a um acidente com o rompimento de uma barragem.

Segundo uma fonte ouvida pelo **Valor** ainda na noite de sexta-feira, com as informações disponíveis até o momento, no caso de dano patrimonial e lucros cessantes, pode ser que o valor da indenização não ultrapasse o do autosseguro da própria Vale (US\$ 300 milhões), com o prejuízo sendo custeado todo pela própria empresa.

Em outra apólice, o mercado estima que a Vale tenha US\$ 2 bilhões de cobertura de responsabilidade civil, que cobre os danos causados a terceiros, inclusive se houver mortes. O contrato é da seguradora Allianz, ressegurado no próprio grupo.

Como esse contrato foi fechado depois do acidente da Samarco, e a Vale teve dificuldades em firmá-lo, estima-se que tenha um autosseguro e uma cláusula que limite a indenização em caso de rompimentos de barragem, que deva ficar em torno de US\$ 100 milhões.

Consultadas, as empresas não quiseram comentar. A mineradora não quis falar, mas o **Valor** apurou com fontes próximas da companhia que ela tem uma visão diferente. A Vale entende que tem coberturas de seguros que totalizam US\$ 800 milhões.

Fontes próximas da companhia disseram, porém, ao jornal que as apólices de seguro dessa natureza são complexas e estabelecem tipicamente sublimites para reparação de ativos, lucros cessantes e responsabilidade civil. **(Com colaboração de Francisco Góes, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Adriana Mattos | De São Paulo

Título: Reação melhora, mas marca sofre desgaste

Ao pedir desculpas publicamente pela tragédia em Brumadinho (MG), a Vale seguiu um caminho oposto daquele adotado três anos atrás, quando preferiu alegar, inicialmente, que não tinha qualquer "responsabilidade solidária" com o desastre ocorrido em Mariana (MG), com a Samarco. A Vale controla a Samarco em sociedade com a BHP Billiton. Mas essa postura não deve ter um impacto

maior no efeito negativo já gerado para a marca da Vale no mercado, segundo professores e especialistas em marca ouvidos.

"Em 2015, com a Samarco, ela [Vale] não veio a público rapidamente para esclarecer o que estava fazendo, houve muito ruído e ficou uma percepção inicial de que ela não estava assumindo as suas obrigações", disse o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), José Mauro Gonçalves, especialista em marketing digital e comportamento do consumidor.

"Agora, mesmo sem estar claro o tamanho de todas as consequências ambientais em Brumadinho, já há um trauma anterior com o desastre em Mariana. A nova tragédia só potencializa o efeito negativo sobre a marca", afirmou Gonçalves.

Na avaliação do professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Jorge Vieira, o impacto é ruim num primeiro momento, mas a empresa seguiu uma estratégia básica na gestão de crises, diz ele. "Ela tomou controle da narrativa do caso ao ser mais ativa", disse. A Vale publicou comunicados com sua posição ao longo da sexta-feira, colocou o comando para dar entrevistas no fim de semana e se posicionou no Facebook. Para Gonçalves e Vieira, a Vale desta vez montou uma equipe de controle de crise de forma mais rápida do que em 2015, provavelmente aprendendo com os erros de imagem com o caso de Mariana.

"A empresa deve ter montado uma equipe junto a área de relações com investidores para trazer novas respostas ao mercado já na segunda-feira [hoje], quando deve ser pressionada a responder aos investidores", disse Vieira.

"De qualquer forma, a queda nos preços da ADR [na sexta-feira] já é um efeito direto sobre a marca porque mostra reação negativa de investidores em relação à empresa", disse. "O impacto para a marca é inevitável".

Na entrevista coletiva na sexta-feira à noite, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, chamou o desastre de um "acidente", ao mencionar a palavra pelo menos três vezes nos 22 minutos de entrevista. "Uma das regras principais é não culpar um terceiro e apresentar respostas claras e transparentes. Muita gente erra aí", diz Gonçalves.

Após o rompimento da barragem na tarde de sexta-feira, a página da empresa na internet mantinha as iniciativas de sua ação chamada "Redescobridores", em que chama o público para descobrir o que a Vale tem feito para o país.

"Somos redescobridores. Estamos evoluindo, sendo mais eficientes e mais sustentáveis", informava no fim da tarde de sexta-feira, na home de seu site.

"Neste caso, ela já poderia ter um comunicado nesta página na própria sexta-feira", diz Vieira. No domingo, a página na internet mostrava mudanças e o link das ações sustentáveis não tinha mais destaque. A Vale apresentava como principal destaque na home informações sobre o desastre em Brumadinho.

Em 2016, três meses após a tragédia em Mariana, a Samarco fez uma campanha institucional, com funcionários em depoimentos favoráveis à empresa. A Vale não fez ações de marca na época.

Na sexta-feira, a Vale postou em sua página no Facebook um comunicado oficial em que informa o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). No intervalo de uma hora, calculou o **Valor**, o número de comentários - a ampla maioria negativos - mais que dobrou na página da companhia.

Na sexta-feira, às 16h35, existiam 490 comentários e 857 reações ("likes" e "dislikes"). Uma hora depois, às 17h35, eram 1.893 reações e 1.256 comentários. Cerca de 80% das reações eram negativas ("dislikes"). A empresa respondeu algumas das críticas de internautas à companhia na rede social.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Replan a plena carga

A Petrobras informou, em comunicado divulgado na sexta-feira, que a Refinaria de Paulínia (Replan) retomou 100% da sua capacidade nominal de produção com o retorno da operação da unidade de destilação (U-200), que ocorreu dentro do prazo previsto. A estatal petroleira lembrou que a ANP já havia emitido, em 16 de janeiro, boletim para a desinterdição da unidade de destilação da refinaria, tendo considerado que a Petrobras cumpriu todas as exigências para garantir a operação segura da unidade. A Replan tem capacidade para processar 434 mil barris de petróleo por dia e sua produção corresponde a aproximadamente 21% de todo o refino de petróleo no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Finanças****Autor: Rita Azevedo, Camila Maia, Graziella Valente, Ivan Ryngelblum e Angela Bittencourt | De São Paulo****Título: Ação da Vale terá forte ajuste após Brumadinho**

A bolsa de valores deve iniciar a sessão desta segunda repercutindo a tragédia provocada pelo rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG). Investidores já reagiram ao acidente na sexta-feira, quando o mercado brasileiro estava fechado por causa do feriado do aniversário da cidade de São Paulo, nas transações nos EUA. Os recibos de ações (ADR) da mineradora, a segunda maior companhia não-financeira do país, terminaram a sessão em baixa de 8,18%, a US\$ 13,65. Antes do rompimento da barragem, os papéis operavam em alta de cerca de 3% e, no pior momento do dia, chegaram a recuar mais de 13%.

A reação dos investidores hoje no mercado local deve provocar pressão também sobre o Ibovespa, uma vez que a ação da Vale tem o segundo maior peso dentro do índice, de 10,6%.

No final de semana, investidores ainda buscavam informações para entender e quantificar a extensão do acidente. Alguns analistas recomendam cautela até que se tenha todas as informações à mão sobre os impactos humanos e materiais do acidente. Mas o que já parecia claro, desde o início, era que a imagem da companhia sai extremamente arranhada. Afinal, trata-se do segundo acidente ambiental da mesma natureza em três anos.

A agência de classificação de risco S&P Global colocou a nota de crédito da empresa em revisão para possível rebaixamento. Segundo a S&P Global, a medida reflete os custos ambientais e sociais para a companhia.

Ao **Valor**, um analista que não quis ser identificado, disse que o caso deve levantar dúvidas sobre as políticas de segurança e a estrutura das operações da mineradora. Até que as consequências do acidente se tornem mais claras para o mercado, disse ele, haverá pressão nas ações da companhia. Outra questão levantada pelo analista diz respeito aos potenciais custos que a Vale deve enfrentar com indenizações e gastos para a recuperação da área atingida. Os rejeitos atingiram a área administrativa da companhia e parte da comunidade da Vila Ferteco, segundo a empresa.

O **Valor PRO**, serviço em tempo real do **Valor**, revelou na sexta que, após o acidente da Samarco, as seguradoras impuseram à Vale uma limitação para indenização em caso de rompimento de barragem. Segundo uma fonte com conhecimento das apólices, apesar de ter contratos de seguro que totalizam cobertura de US\$ 2,8 bilhões, a Vale pode ter acesso a apenas 10% desse valor, ficando com a maior parte dos prejuízos.

No sábado, o Ministério Público de Minas Gerais conseguiu na Justiça o bloqueio de R\$ 5 bilhões em recursos da Vale para garantir medidas emergenciais de recuperação ambiental e de apoio às comunidades.

Para Karel Luketic, analista-chefe da XP Investimentos, o rompimento da barragem não deve ter impacto significativo na produção da Vale. "A discussão será em relação aos litígios potenciais." Já outro analista disse ao **Valor**, em condição de anonimato, que a mineradora deve enfrentar um período de redução de produção para análise aprofundada das operações.

Um fator que deve ser determinante na avaliação do episódio é a postura da companhia após o acidente, afirmou Adeodato Netto, estrategista-chefe da Eleven Financial. "Quanto mais rápido a empresa agir e quanto mais eficiente ela for, maior será a contenção de danos e menor os efeitos colaterais."

Já na sexta, a Vale divulgou dois comunicados lamentando "profundamente o acidente" e enviou fato relevante à CVM. Depois disso, o diretor-presidente da companhia, Fabio Schvartsman, disse em entrevista que fará tudo que estiver ao alcance para enfrentar uma "situação inimaginável". A jornalistas e em um vídeo no YouTube, o executivo disse que a companhia tinha feito "esforço imenso" para deixar as barragens mais seguras. Segundo ele, o rompimento é "indesculpável". "Mas, mesmo assim, peço desculpas a todos os atingidos, a toda a sociedade brasileira, e quero dizer que não mediremos esforços para enfrentar a questão da forma que tem que ser feito."

Em novembro de 2015, quando houve o rompimento de uma barragem da Samarco - controlada pela Vale e pela BHP - em Mariana (MG), o posicionamento da Vale foi alvo de críticas. "Naquele momento, ela não veio a público rapidamente para esclarecer o que estava fazendo, e ficou uma percepção de que não estava assumindo as suas obrigações", afirmou José Mauro Gonçalves, especialista em marketing digital e comportamento do consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em relatório, os analistas Caio Ribeiro, Renan Criscio, Rafael Cunha e Ivano Westin do Credit Suisse lembram que, no episódio de Mariana, a Vale precisou

provisionar R\$ 5,2 bilhões, montante que a companhia considerou como metade de suas obrigações com reparos para os próximos 12 anos. "Portanto, o volume total para BHP e Vale, seguindo essa lógica, seria de um custo próximo de R\$ 10,4 bilhões ou US\$ 2,76 bilhões."

A barragem da Samarco tinha capacidade de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos, contra 1 milhão de metros cúbicos de Brumadinho. "O mercado está precificando uma destruição de valor próxima de US\$ 7,5 bilhões a US\$ 8 bilhões para a Vale, o que, em comparação com a provisão total da Samarco, parece um valor alto", escreveram.

A tragédia de Brumadinho deve comprometer o processo de recuperação que as ações vinham apresentando desde o caso de Mariana. Do episódio até a última quinta, os papéis acumulavam alta de 258%. No dia seguinte ao desastre que provocou a morte de 19 pessoas e a destruição do distrito de Bento Rodrigues, as ações da Vale caíram 7,5%. Com o desdobramento do caso, perderam valor por seguidas sessões até chegarem à mínima de R\$ 7,97 em 2 de fevereiro de 2016.

Nos meses seguintes, as ações ensaiaram recuperação, mas se mantiveram abaixo de R\$ 20 até o fim de 2016. Nos dois anos seguintes, seguiram a trajetória de alta, atingindo R\$ 62,20 em setembro de 2018. Na quinta, encerraram a R\$ 56,15.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Primeiro escalão

Oitenta anos após a primeira descoberta de petróleo, o Brasil caminha para dobrar sua produção e se tornar a principal área de exploração fora dos Estados Unidos e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A camada do pré-sal, descoberta em 2006, já responde por mais de metade da produção e poderá fazer o país elevar sua produção de 2,6 milhões de barris por dia para mais de seis milhões de barris por dia em 2030 e se tornar relevante exportador da commodity. O fator tempo na tomada de decisões é essencial no momento em que o mundo vive uma transição energética em que os combustíveis fósseis tendem a perder participação relativa nas próximas décadas.

"O preço do petróleo a US\$ 70 o barril com o cenário internacional mais favorável, a retomada de crescimento nos Estados Unidos e a evolução tecnológica, que fez o custo de extração de petróleo no pré-sal cair de US\$ 30 para US\$ 7, criam uma taxa de retorno fantástica, o que atrai muito a atenção e abre perspectivas muito positivas", afirma o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini. O pré-sal, responsável por 55% da produção nacional, deverá representar cerca de 80% em 2027, com forte participação da Bacia de Santos, segundo projeção da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

"O pré-sal é a mais promissora província petrolífera por explorar no mundo, mas, devido aos grandes investimentos necessários, há poucas empresas que possuem capacidade técnica e financeira para atuar nessa região", diz o diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. "As grandes empresas globais de petróleo já têm participado dos leilões de áreas no pré-sal, em especial a partir do fim da obrigatoriedade de operação única pela Petrobras, em 2016".

Passados dez anos desde o início da sua produção, o pré-sal brasileiro chegou à marca de 1,5 milhão de barris de petróleo por dia - mais que Omã, no Oriente Médio, sendo uma das mais rápidas curvas de aprendizado da história da indústria no mundo. "Nosso foco deve ser nos ativos em que somos os donos naturais, aqueles em que somos capazes de extrair o máximo de retorno possível", destaca o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

A produção deve passar por um momento de inflexão nesse ano, com alta projetada de 13% na produção da estatal, que chegaria a 2,3 milhões de barris por dia. Após atrasos, três plataformas P-76 (Búzios), P-67 (Lula Norte) e P-68 (Berbigão), todas no pré-sal, devem entrar em operação em 2019. Cada uma delas possui capacidade para produzir 150 mil barris por dia de petróleo - o equivalente a 7% da produção média da empresa no país.

Neste ano, uma decisão importante a ser tomada pelo novo governo se refere à cessão onerosa e o modelo de leilão dos excedentes a ser adotado. A cessão onerosa foi assinada com a Petrobras em 2010, no processo de capitalização da empresa, e garantiu a ela o direito a explorar cinco bilhões de barris de petróleo sem licitação. Nessa modalidade de exploração, a Petrobras arca com todos os custos de exploração e assume todos os riscos. A revisão no contrato, pendente desde então, pode implicar em perdas ou ganhos para a estatal ou para a União,

dependendo de ajustes em variáveis, como reservas de petróleo e preços do barril.

As indicações são de que a Petrobras é credora. A estatal poderia receber algo entre US\$ 4 bilhões a US\$ 14 bilhões. Estima-se que os volumes sejam muito maiores do que os cinco bilhões de barris que a Petrobras teve direito em 2010, o que levou o governo a buscar a realização de um leilão desses excedentes.

"Todos aguardam o modelo que será aplicado nesse leilão e quando será realizado. Dependendo das regras, o efeito sobre a cadeia e royalties do setor pode ser fenomenal", diz André Juaçaba de Almeida, responsável pela área de óleo e gás do segmento de atacado do Santander.

Estimativas no mercado apontam que os excedentes podem superar 15 bilhões de barris, poderiam render produção no pico de até dois milhões de barris por dia e inclusive implicar a instalação de mais de dez plataformas de produção. A EPE estima que a cessão onerosa, incluindo os volumes excedentes, responderá por 35% da produção em 2027.

Não é apenas o pré-sal que atrai os investidores. Atualmente, há 98 empresas atuando no Brasil em contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, sendo 49 estrangeiras e 49 brasileiras. Para a oferta permanente, que disponibiliza continuamente áreas atrativas para diferentes perfis de empresas, há 28 aptas a apresentar declaração de interesse. "Esse número tende a aumentar conforme os pedidos de inscrição forem analisados pela ANP", diz Oddone. Hoje, a indústria mundial opera com uma taxa média de 30% da recuperação de campos maduros, enquanto o Brasil está na casa dos 20%, segundo a agência. Alguns especialistas consideram, no entanto, que a taxa está mais próxima de 10% a 15%.

O aumento de um ponto percentual nesse índice representaria acréscimo de 970 milhões de barris de óleo equivalente na produção do Brasil. Em setembro, a ANP publicou resolução que reduz em até 5% a cobrança de royalties sobre a produção incremental em campos maduros - aqueles com mais de 25 anos de produção ou que tenham atingido 70% da estimativa de produção. Foram mapeados 241 campos, que representam 53% dos campos brasileiros, sendo que 54% concentrados na Bacia de Campos, cuja produção começou nos anos 1970.

Ainda foram publicadas, em 2016 e 2017, duas resoluções que podem contribuir para aumentar a taxa de recuperação da indústria de petróleo brasileira. A

primeira se refere à extensão do prazo de produção de campos em desenvolvimento. O governo autorizou a ANP a prorrogar os contratos de concessão da Rodada Zero, quando foram ratificados os direitos da Petrobras sobre os campos que se encontravam em produção antes da quebra do monopólio da estatal nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no país. A segunda resolução considera que 800 campos de petróleo que foram devolvidos ou não foram arrematados nos leilões realizados estão em oferta permanente. "Muitas empresas médias deverão vir ao Brasil para atuar nesse segmento", afirma Almeida.

Isso também deve contribuir para os fornecedores. Desde 2016, com a retomada dos leilões, o setor tem ampliado os negócios. O setor de serviços tem retomado sua atividade. "O setor já tem reduzido a ociosidade das fábricas. Deverá ficar ainda mais clara a retomada em 2020", observa.

Do óleo extraído nos campos, virá gás associado, o que deverá dobrar a produção do insumo para 250 milhões de m³ /dia em 2030. Será necessário um fim para o aumento de gás, já que há restrições técnicas para ele ser reinjetado e não pode haver ampliação da queima por questões regulatórias. Hoje de uma produção de pouco mais de 110 milhões de m³ /dia, reinjetam-se pouco mais de 30 milhões de m³ /dia e queimam-se pouco mais 3,5 milhões de m³ /dia. Além de poder ser usado como matéria-prima para a indústria petroquímica, que tem perdido competitividade pelo alto custo de gás no Brasil, o insumo poderá avançar na matriz elétrica, criando novos nichos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Mais de US\$ 20 bilhões em ativos podem trocar de mãos

Vinte e um anos depois da edição da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que quebrou o monopólio da Petrobras, o setor vive um momento histórico. O plano de desinvestimento da estatal poderá marcar a abertura de fato de alguns segmentos que ainda têm na Petrobras seu principal agente, como o gás natural e o refino. Mais de US\$ 20 bilhões em ativos poderão trocar de mãos e representar a chegada de novos agentes a um ambiente em que a concorrência deverá ser mais acirrada e os preços mais livres. A saída da Petrobras no refino indica que o setor de combustíveis poderá assistir a mais volatilidade nos preços.

A estatal ainda discute o modelo de venda de ativos na área. Inicialmente, anunciou um modelo que prevê a criação de duas subsidiárias, uma reunindo unidades da região Nordeste e a outra reunindo ativos da região Sul, em linha com sua estratégia de centrar investimentos no pré-sal. Sob esse modelo, a estatal pretendia vender 60% de sua participação acionária em cada uma dessas novas sociedades. A greve dos caminhoneiros esfriou a venda. O novo governo já deu indicações de que deverá retomar, mas espera-se a definição sobre o modelo.

"Podemos ter interesse de distribuidores de combustíveis, de operadores logísticos, de empresas que participam de refino no exterior, tudo dependerá do modelo e cabe ver que novas refinarias poderão ser integradas a novos produtos, como petroquímicos, como se vê na Ásia", afirma Hélyio Rebeschini, diretor de planejamento estratégico e mercado da Associação Nacional dos Distribuidores de Combustíveis, Lubrificantes, Logística (Plural). Para atender à demanda, o país teria de completar dois parques de refino em construção - Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, com 120 mil barris/dia, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com cerca de 300 mil barris/dia em seus dois trens de produção. "Faltaria capacidade de 600 mil barris/dia em 2030, o que mostra a necessidade de investimentos na área, que somando logística, refino e etanol soma pouco mais de R\$ 60 bilhões", diz. "O Brasil é auto-suficiente em petróleo, mas importador de derivados, o mercado poderá buscar um ponto de equilíbrio nos próximos anos", diz André Juaçaba de Almeida, responsável pela área de óleo e gás do segmento de atacado de Santander.

Em paralelo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) busca ampliar a concorrência. Ano passado, a agência informou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre a situação de monopólio de fato no refino exercido pela Petrobras. "Cabe ao Cade, que é o órgão responsável pela defesa da concorrência no Brasil, avaliar a questão e decidir que medidas deverão ser tomadas", afirma Oddone.

A política de preços dos combustíveis é um ponto nevrálgico para atração de investidores em refino. Em 2016, quando a Petrobras passou a ter liberdade para reajustar os preços dos derivados, a importação cresceu no país, chegando a superar 10% do consumo. Com a greve dos caminhoneiros e a subvenção, o cenário inverteu-se, com queda na participação dos importadores e grandes distribuidores segurando investimentos. "Fica a incerteza de como o próximo

governo irá se comportar no segmento", observa o consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

Outra dúvida é qual será a participação da Petrobras em petroquímica. A estatal é a segunda maior acionista da Braskem, controlada pela Odebrecht. A petroquímica poderá anunciar uma operação com a gigante holandesa LyondellBasell. A saída da estatal, se concretizada, ocorreria em um momento em que o setor petroquímico tem despertado atenção de investidores pelo mundo.

O consumo de combustíveis no planeta tende a crescer menos com a eletrificação da frota e compartilhamento de veículos. A demanda por bens petroquímicos poderá crescer 1,1% ao ano, o dobro dos combustíveis, o que tem atraído grandes petroleiras a investir no setor e construir refinarias que convertam sua produção em produtos petroquímicos.

Em gás natural, um dos ativos à venda é a Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária responsável pelos gasodutos nas regiões Norte e Nordeste. Uma das principais candidatas é a Engie, que já manifestou interesse publicamente. O valor da transação pode chegar a US\$ 8 bilhões. Como em outros elos da cadeia, o desafio será criar um plano regulatório que permita de fato a desverticalização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Paulo Vasconcellos | Para o Valor, do Rio

Título: Trajetória da Petrobras é marcada por embates

Até se tornar a maior empresa brasileira, a Petrobras seguiu uma trajetória de 64 anos dividindo opiniões. No início de 1954, 52% dos 1.500 entrevistados pelo Ibope nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro acreditavam no futuro promissor da indústria petroleira nacional, enquanto 48% duvidavam da capacidade do governo de financiar a aventura. Essa divisão opunha políticos e empresários.

E acabou tornando-se uma saga de muitos personagens. O escritor Monteiro Lobato, criador do "Sítio do Pica-Pau Amarelo", virou defensor da ideia. Mandou cartas ao presidente Getúlio Vargas, dedicou "O poço do Visconde" e "Histórias de Tia Nastácia" às crianças, participou de conferências e denunciou as "manobras da Standard Oil para assenhorar-se de nossas melhores terras

potencialmente petrolíferas". Aliado ao empresário Edson de Carvalho, criou duas companhias de petróleo, mas não achou óleo nas concessões que explorou.

Nem todo esforço foi em vão. Em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP). Mas só em 21 de janeiro de 1939, o óleo sangrou num poço de 210 metros de profundidade de Lobato, em Salvador. A quantidade era pequena, mas vingava os fracassos desde as primeiras concessões em 1858. O capítulo mais promissor começaria a ser escrito depois do pós-guerra com a campanha "O petróleo é nosso". As manifestações animaram Getúlio Vargas a criar a Petrobras em 3 de outubro de 1953.

O primeiro chefe de exploração da Petrobras era um geólogo americano da Standard Oil. Walter Link fundou as bases de uma divisão técnica, espalhou pesquisadores do Pará ao Paraná, mandou estudantes brasileiros para os Estados Unidos, investiu no Maranhão e no Piauí e chegou a arranhar as ricas reservas da Bacia de Campos, no litoral do Rio, mas não passou das perfurações em terra. Seis anos depois desistiu com uma sentença arrasadora: o Relatório Link aconselhava o Brasil a direcionar suas sondas para outros países.

Geólogos brasileiros trataram de refazer todas as análises. A descoberta, em 1963, de Carmópolis, em Sergipe, foi o primeiro achado promissor fora do Recôncavo baiano. Cinco anos depois, os poços da Bahia batiam recorde de produção: 146 mil barris por dia. A Petrobras chegaria a 200 mil barris/dia, mas ao fim da década era quase nada para a fase de crescimento do "milagre econômico". Decidiu-se então que era o mar ou nada. "Nossas únicas bacias produtoras de petróleo são cretáceas e estão mar adentro", disse o superintendente interino de Exploração da Petrobras, Franklin de Andrade Gomes.

Quando as sondas perfuraram os poços de Garoupa, na Bacia de Campos, em 1974, o Brasil achou um cardume de campos promissores: Pargo, Badejo, Bagre, Namorado e Pampo. O país passara pela primeira crise mundial do petróleo, em 1973, com racionamento, mas consumia 500 mil barris diários e produzia apenas 170 mil. O preço do barril no mercado internacional pulou de US\$ 2 para US\$ 14 e a importação sugava os cofres públicos.

O país adotou os contratos de risco, mas só se livrou mesmo da dependência quando a Petrobras avançou para o fundo do mar. O petróleo já batia a cotação de US\$ 30 o barril, o Brasil retomava a democracia enquanto a Petrobras

descobria reservas gigantes em águas profundas. Marlim, Albacora, Barracuda e Roncador fizeram com que a produção atingisse 500 mil barris, em 1984. Depois vieram os marcos de um milhão de barris diários, em 1997, e de 2 milhões de bpd, em 2003. Até que a empresa descobriu o futuro no pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: aulo Vasconcellos | Do Rio

Título: Sob nova administração, estatal mantém foco em E&P

Sob nova administração, a Petrobras não muda o foco: aposta nas atividades de exploração e produção (E&P) em águas ultraprofundas do pré-sal, na redução da dívida e na saída dos negócios de fertilizantes e distribuição de GLP, além das participações e produção de biodiesel e etanol.

O crescimento da produção de óleo estimado para este ano é de 10%. Entre 2020 e 2023, a previsão é de uma média de 5% ao ano. O Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023 prevê que novos campos incrementem a produção e compensem a meta de desinvestimento em cerca de 70% das 254 concessões da companhia em campos maduros em terra e águas rasas.

Os investimentos previstos somam US\$ 84,1 bilhões - sendo US\$ 68,8 bilhões para E&P (14% a mais do que no plano anterior).

Para exploração de novas áreas produtoras, estão previstos investimentos de US\$ 10,8 bilhões nos próximos cinco anos. O montante é 60% maior do que o previsto no PNG 2018-2022 e representa 16% dos recursos para a carteira de E&P.

Desenvolvimento da produção fica com a maior fatia dos recursos: 70%. São US\$ 48,4 bilhões - 56% para o pré-sal e 44% para o pós-sal. Outros 14% dos investimentos em E&P devem ir para infraestrutura e pesquisa & desenvolvimento.

O aumento da produção será garantido pela entrada em atividade de novos sistemas. Quatro começaram a operar este ano: as plataformas P-74, no Campo de Búzios 1, P-75, em Búzios 2, P-69, em Lula Extremo, e o FPSO Cidade de Campos de Goytacazes, em Tartaruga Verde, com capacidade de até 150 mil barris/dia.

As novas unidades não evitaram uma queda da produção de petróleo da Petrobras no Brasil no ano (de 5,5%). A média diária foi de 2,03 milhões de barris. A meta era de 2,10 bpd. No ano anterior, a empresa produzira 2,15 milhões de barris por dia.

Outros quatro sistemas de produção estão programados para entrar em operação até o fim deste ano: P-67, em Lula Norte, P-68, em Berbigão, P-76, em Búzios 3, e P-77, em Búzios 4. Mais três unidades já estão contratadas para 2020 e 2021 e mais sete estão previstas para serem contratadas entre 2021 e 2023.

A empresa não informa se poderia haver a retomada de contratos com estaleiros nacionais. A previsão de desinvestimento chega a US\$ 26,9 bilhões. Especialistas em petróleo e gás miram principalmente a venda de ativos na área de refino, embora admitam que as negociações possam enfrentar entraves judiciais. A política de desinvestimentos foi retomada em 17 de janeiro deste ano com o anúncio da intenção de venda de 90% de sua participação na Transportadora Associada de Gás (TAG) e da totalidade da Araucária Nitrogenados. O pacote incluiria das refinarias RNEST, em Pernambuco, RLAM, na Bahia, Refap, no Rio Grande do Sul, e Repar, no Paraná.

A gestão da dívida e do portfólio de ativos da Petrobras reduziu os indicadores de endividamento em 2018. A melhora foi provocada pela venda de ativos operacionais ou de participações como as dos campos de Lapa, Sururu, Berbigão, Oeste de Atapu e Roncador, localizados no pré-sal. A valorização da cotação dos preços internacionais do petróleo e a política de preços da companhia ajudaram nas contas.

A empresa destaca que segue a sistemática interna validada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no processo de desinvestimento de 70% das suas 254 concessões em campos maduros em terra e água rasas.

O atual PNG também define investimentos de US\$ 400 milhões em energia renovável e continuará buscando parceiras, em especial na energia solar e eólica. Embora as informações sejam de retirada das participações e produção de biodiesel e etanol, há interesse em investir em alternativas como BioQAV (bioquerosene de aviação) e green diesel (diesel verde derivado do petróleo, mas sem emissão de enxofre e outros poluentes na combustão).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos****Autor: Suzana Liskauskas | Para o Valor, do Rio****Título: Descobertas na Bacia de Campos impulsionaram novas tecnologias**

A alta demanda por petróleo na década de 1970, quando o Brasil vivia o "milagre econômico", desequilibrou a balança comercial do país. Com uma produção diária muito aquém da demanda, a importação de óleo cru pesava nos cofres do país. Esse desequilíbrio foi intensificado a partir da crise nos países do Oriente Médio, que elevou em 400% o preço do barril no fim de 1973 e atingiu o auge no início da década de 1980. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 1984, o petróleo correspondia a 48% do total de importações do Brasil.

Para escapar da dependência, o governo brasileiro estimulou a Petrobras a descobrir reservas que garantissem a autossuficiência do país. Até 1968, o Brasil extraía petróleo em pouca quantidade, apenas em campos terrestres. Nesse ano, foi descoberto o primeiro campo marítimo, em Sergipe, a 40 metros de profundidade. Mas notícia mais esperada em termos de reservas veio em novembro de 1974, com a descoberta do primeiro campo da Bacia de Campos, Garoupa.

Manuel Fernandes, sócio líder de Energia e Recursos Naturais da KPMG no Brasil e na América Latina, afirma que Garoupa foi um divisor de águas. Ele explica que as pesquisas para a exploração em Garoupa levaram a uma inovação, na época: a instalação de sistemas de produção antecipada sobre plataformas flutuantes, reduzindo de quatro anos para meses o prazo mínimo estimado para iniciar a produção.

"Garoupa, a 124 metros de profundidade inicialmente, foi um salto para o mercado brasileiro, que, na época, produzia algo em torno de 10 mil barris por dia. Os esforços de pesquisa foram fundamentais para chegarmos à produção atual de 1,5 milhão por dia, em média", diz.

Na sequência, vieram os campos de Pargo, Namorado e Badejo (1975); Enchova (1976); Bonito e Pampo (1977). Com as descobertas da Bacia de Campos, a Petrobras intensificou a busca por conhecimento para tornar viável a produção de petróleo em águas cada vez mais profundas. O desenvolvimento de pesquisas na área offshore passou a ser vital para a empresa, que já mantinha algumas parceiras com companhias estrangeiras.

Criado em 1963, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia/Fundação (Coppe/UFRJ) já investia em pesquisas sobre produção de petróleo no mar. Segen Estefen, professor de Engenharia Oceânica da Coppe/UFRJ, comenta que a proximidade com universidades internacionais preparou pesquisadores brasileiros para avançar em estudos mais sofisticados nessa área.

A vocação da Coppe para pesquisas de ponta despertou o interesse da Petrobras. O resultado foi a assinatura, em 1977, do convênio de "Recursos Computacionais de Engenharia Offshore", coordenado pelo professor Lobo Carneiro, veterano da campanha "O petróleo é nosso". A Petrobras tinha como meta formar recursos humanos e desenvolver programas computacionais para obter autonomia na projeção de suas plataformas. A cooperação rendeu mais de dois mil projetos de pesquisa, além de estimular a criação de cursos de pós-graduação lato sensu e de especialização.

Magda Chambriard, consultora da FGV Energia, lembra que, em 1980, quando entrou na Petrobras, o principal desafio era a borda Nordeste da Bacia de Campos e as profundidades em torno de 1.000 metros. De acordo com Magda, houve marco relevante com as descobertas dos campos de Albacora (1984) e Marlim (1985).

"A ordem de grandeza das reservas passou de milhão para bilhão. As novas descobertas levaram o Brasil para a exploração de águas cada vez mais profundas e estimulou estudos sobre a movimentação geológica da Bacia de Campos. Foi possível entender a halocinese, dinâmica salífera. Na época, compreender a movimentação do sal significou entender onde estavam as rotas de migração do óleo e as possibilidades de campos do pós-sal", detalha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Rosangela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Com 64 anos de carreira, geólogo enfatiza importância de técnicos

Todos os dias, pouco depois das 6 da manhã, o geólogo Heraldo Raimundo Pinto Pamplona, 82 anos, abre as cortinas de seu escritório na Petrobras, em Macaé, no norte fluminense. Assim ele consegue falar com parceiros do mundo todo, sem que o fuso horário atrapalhe. O costume vem de várias décadas: sempre saltou cedo da cama para percorrer extensas áreas no Nordeste. "Só em Macaé

estou há 30 anos. Hoje atuo no departamento de engenharia submarina, que repara dutos tanto com mergulho quanto com robôs."

Pamplona conseguiu seu primeiro trabalho na recém-criada Petrobras em 1954. Tinha 18 anos e cursava o segundo ano da Escola de Engenharia do Pará. Logo recebeu ofertas de bolsa no exterior. Optou pela Northwest University e especializou-se em estratigrafia, atividade voltada para a interpretação de dados geológicos na exploração do petróleo. Formado também em geologia pela Escola da Bahia, ele é o profissional com mais tempo de casa. "Aposentadoria, nem pensar", enfatiza.

A convivência estreita com a Petrobras fez dele um crítico sereno da empresa, sem nunca esconder sua admiração pelas escolhas e decisões do comando. "É só fazer as contas. Saímos de uma produção de petróleo lá na Bahia de 100 mil barris por dia, e agora estamos na faixa de 2,6 milhões/dia". E conclui: "Se houvesse erro na condução do processo exploratório não teríamos esse resultado".

Para o geólogo, são os técnicos os responsáveis pelo sucesso da Petrobras, embora os políticos estejam sempre querendo falar alto, "o que é uma característica deles". "Mas eles gritam no deserto", ressalva. "Porque não fosse o corpo técnico da Petrobras, principalmente em geologia e geofísica, não fossem os companheiros da perfuração, da produção, não haveria essa empresa", afirma.

Embora evite referências a seus próprios méritos, Pamplona diz ter participado de todas as fases da exploração do petróleo no Brasil. Desde as pesquisas em bacias do Amazonas e do Maranhão, até os poços offshore e a descoberta do pré-sal em 2007. "Eu era o geólogo da equipe quando foi furado o primeiro poço na bacia do Amazonas", recorda. Em descobertas mais recentes, ele ressalta que participou de trabalhos que resultaram em patentes, principalmente, na parte de engenharia submarina, reparo e calçamento de duto, tanto rígido como flexível. "Agora desenvolvemos uma técnica que permite detectar o início do processo corrosivo nas tubulações, e a Petrobras está de olho nisso. A técnica permite monitorar, até de um celular, a corrosão que pode estar começando", explica.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos****Autor: Paulo Totti | Para o Valor, de Salvador****Título: Na Praça do Petróleo, jorra abandono**

Para quem não é baiano, Salvador tem um lado oculto. É o chamado Subúrbio Ferroviário, na Cidade Baixa, que começa na Calçada, proximidades do Mercado e do elevador Lacerda, mas vai muito além da Igreja do Bonfim até o Paripe, a última das suas dez estações. São 13,5 quilômetros de linha férrea que servem a quinze bairros com uma população de 300 mil pessoas. Na terceira parada de quem viaja para o norte, está Lobato, bairro de uns 15 mil habitantes - mais de 80% negros ou pardos - unanimemente orgulhosos com o espetáculo jogado a seus pés nos dias de sol e noites de lua cheia: a vista de toda a Bahia de Todos os Santos.

"O que a gente vê daqui é mais bonito do que na orla do Atlântico. Esta é a nossa riqueza", disse ao **Valor** Jeferson da Silva Nascimento, 28 anos, empregado no Museu de Enfermagem no Pelourinho e morador ao lado da praça que já foi outro dos motivos de vaidade para a gente de Lobato. "A Bahia tinha orgulho disso aqui. Hoje...". Jeferson não conclui a frase. A razão da reticência está exposta a quem sobe a estreita rua do Amparo e chega à Praça do Petróleo.

Só restam os escombros do que pretendeu ser um registro, modesto mas pretensioso, de que naquele local, no dia 21 de janeiro de 1939, jorraram 70 litros de um líquido escuro, espesso e malcheiroso quando uma sonda do Departamento Nacional de Produção Mineral - a DNPM-63 - atingiu 208 metros de profundidade. No Rio, o ministro da Agricultura, Fernando de Souza Costa, anunciou que naquela data se obtivera oficialmente a primeira prova de que no Brasil havia petróleo. Os agrônomos Manoel Inácio Bastos e Oscar Cordeiro são apontados como os técnicos que convenceram o governo a pesquisar em Lobato, onde se dizia que alguns poços artesanais forneciam lama preta, fedorenta, em vez de água e que o líquido viscoso servia para atizar a mecha de pequenas lamparinas.

Lobato da Bahia não tem nada a ver com o Lobato (José Bento Renato Monteiro, 1882-1948), o escritor paulista de Taubaté ardoroso defensor da tese de que o Brasil tinha petróleo. Historiadores da Bahia afirmam que o escritor português Gabriel Soares de Souza, em seu "Tratado Descritivo do Brasil", de

1587, registrou a existência de um senhor de engenho, com terras em Salvador e arredores, chamado Francisco Rodrigues Lobato.

O que jorrou em Lobato não tinha valor comercial, mas o governo se sentiu estimulado a prosseguir na busca de petróleo em outras regiões da Bahia. E pela primeira vez o Brasil ouviu falar no Recôncavo baiano. Em Candeias, não um bairro, mas o distrito mais distante de Salvador, a uns 50 quilômetros do centro da cidade, no dia 14 de dezembro de 1941 teve início a exploração do óleo em escala comercial. O primeiro poço economicamente viável de Candeias está em atividade até hoje. O petróleo contribuiu para que Candeias se emancipasse e, como município próspero, recebesse a visita de Getúlio Vargas em 1942.

Numa das principais ruas de Candeias há um monumento em comemoração ao pioneirismo da cidade. Mantida pela Petrobras, é única obra do gênero, bem conservada e à vista do público, na Bahia. Perto dali há uma grande peça modernosa que pretendia exaltar o petróleo em forma de flor. Totalmente abandonada, o que a escultura possuía de metal foi depenado. Não restou nenhuma placa que esclarecesse ao forasteiro o objetivo da homenagem e o seu patrocinador. A única sensação permitida a quem a vê é a da irresponsabilidade de quem deveria ser seu responsável.

É o caso de Lobato. A praça estava vazia quando a reportagem chegou, na manhã da quinta-feira em que os baianos tinham sido convocados para a Lavagem do Bonfim. Da Praça do Petróleo vê-se a igreja do Bonfim. Apenas Letícia, onze anos, filha de Jeferson, passava pela praça. Aos poucos, os vizinhos foram chegando atraídos pela movimentação do fotógrafo, especialmente as crianças. Letícia, promovida para a quinta série, diz que na escola municipal a um quilômetro de distância, nunca lhe falaram da importância da Praça do Petróleo. "Paínho é que fala que aqui foi o primeiro poço de petróleo do Brasil. Tinha uma torre, era diferente daquele que está ali todo despedaçado". Letícia aponta para uma mambembe réplica do "cavalinho mecânico" das modernas explorações de petróleo. O asséptico sucessor das torres que desperdiçavam o produto no seu primeiro e festivo jato perdeu metade das peças e as que sobram estão atingidas pela ferrugem. "Aqui tinha de tudo, roda-roda, gangorra, escorregador, banheiro limpinho. Levaram tudo embora no ano passado", diz Letícia.

O hoje desempregado William Souza da Silva, 26 anos, ex-operador de uma máquina de produzir cartões para bancos, morava numa das 17 casas que a Petrobras desapropriou, em 2005, para a construção da praça. William conta

que, além do monumento do "cavalinho" e dos equipamentos de lazer, a Petrobras construiu no local dois quiosques para venda de acarajé e bebidas sem álcool e um busto de Getulio Vargas (da placa que explicava a homenagem restam os buracos dos parafusos que a sustentavam). Ao lado da praça ergueu-se um prédio de dois andares para abrigar um restaurante que atenderia os turistas e salas de reunião e eventos. Atrás do prédio, instalou-se uma biblioteca. Além da linha do trem, providenciou-se uma quadra multiesportiva e, ao seu lado, no galpão de um estaleiro, seria criada uma escola de mecânica para consertos e construção de barcos. Uma faixa à entrada da praça assinalava que ali "começou a autossuficiência". William ouviu falar em investimento de R\$ 7 milhões. O certo é que a escola mecânica nunca funcionou, o restaurante não vendeu um só prato de moqueca e nem um livro de Jorge Amado saiu emprestado da biblioteca.

Os prédios estão lá protegidos por dois vigias e um cachorro manso. Um dos vigias, José Bispo Cunha, diz que o "povo de Lobato preserva a praça e o que ameaça os imóveis é a falta de manutenção". A situação trabalhista de Bispo tem uma peculiaridade: já foi funcionário da Petrobras, permaneceu no trabalho sem salário "durante um tempo", passou a receber de uma ONG que não o procura mais, e agora, a cada mês, vem alguém de Salvador e lhe dá R\$ 500. Bispo não sabe se o dinheiro vem da estatal, da prefeitura, ou de uma vaquinha de funcionários da Petrobras.

Consultada pelo **Valor**, a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, vinculada à secretaria Municipal de Manutenção, informa que "deu início ao projeto de requalificação urbana da praça", mas, durante o processo, verificou que a área é de domínio público, pertencente à Marinha. Dessa forma qualquer intervenção na área depende de autorização da Superintendência de Patrimônio da União, o que já foi solicitado. O órgão da prefeitura afirma também que "está programada uma nova ação de manutenção em parte da estrutura para esta semana, como acontece rotineiramente".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Lívia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: Receita de royalties ajuda a compensar desequilíbrio fiscal

A destinação das receitas de royalties do petróleo está no centro dos debates e das preocupações de governadores e prefeitos, que contam com esses recursos para compor orçamentos.

O governador do Rio de Janeiro - o maior arrecadador de royalties entre os Estados da federação - declarou, logo nos primeiros dias de seu mandato, que "o Rio não pode prescindir dos royalties do petróleo" para garantir investimentos. O alerta de Wilson Witzel tem como alvo a polêmica sobre a redistribuição dos recursos, aprovada pelo Congresso Nacional em 2012 e suspensa, no ano seguinte, por liminar, a pedido do governo do Rio.

Witzel quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida, o mais breve possível, sobre a constitucionalidade ou não da Lei 12.734/12, que altera as regras de redistribuição dos royalties e reduz repasses para os Estados produtores, em favor de outras unidades da federação.

Por outro lado, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) defende a redivisão dos royalties e quer que todos os municípios sejam contemplados com recursos provenientes da produção de óleo brasileira. A CNM calcula que mais de R\$ 50 bilhões deixaram de ser distribuídos, entre 2013 e 2018, para regiões não produtoras.

A celeuma aumenta à medida que avança a crise financeira dos estados. No ano passado, os estados arrecadaram cerca de R\$ 6,6 bilhões em royalties de petróleo, e os municípios, R\$ 8 bilhões, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Desse Total, o Rio de Janeiro foi responsável por R\$ 4,45 bilhões, seguido por São Paulo (R\$ 1,14 bilhão) e Espírito Santo (R\$ 883,5 milhões).

A ANP calcula que União, Estados e municípios terão receita recorde de R\$ 67 bilhões com a exploração de petróleo em 2019 - que soma royalties e participações especiais. As projeções podem mudar com as variações dos preços do petróleo e do câmbio.

"O petróleo é genial para criar receitas, inclusive de royalties, mas elas são mal utilizadas devido à precária governança pública", afirma o professor Istvan Kasznar, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV).

Atento às estatísticas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ele observa que nenhum Estado da federação e nem o Distrito Federal atendeu, até agora, aos

pressupostos, discutidos no passado, de destinar percentuais das receitas de royalties à educação e saúde. "Com o tamanho da crise fiscal, os royalties tornaram-se essenciais para tapar buraco das finanças públicas", destaca o professor da FGV, lamentando que os recursos sejam aplicados de acordo com as prioridades definidas pela administração municipal. Ele defende a necessidade de obrigatoriedade de vinculação das receitas a investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social.

"O royalty é um complemento de verba; não pode ser receita corrente principal de Estados e municípios", diz o professor, ao constatar o uso dos recursos para pagar aposentadorias de servidores.

É o caso da Rioprevidência, do Estado do Rio. Fontes do governo destacam que a medida é legal e a possibilidade de uso dos royalties do petróleo para pagamento de aposentadorias e pensões é prevista em decreto estadual.

No fim do ano passado, também o município do Rio, por meio da Câmara Municipal, teve aprovado empréstimo de R\$ 300 milhões do banco Santander para pagar aposentados do município. Foram dados em garantia os royalties do petróleo dos próximos dois anos.

As receitas são utilizadas para reduzir o déficit previdenciário também em outros Estados, como São Paulo, com a transferência de parte dos recursos para a SPPrev.

Já os royalties da União têm destinações pré-definidas, com aplicação de percentuais obrigatórios em saúde e educação, por meio do Fundo Social do Pré-Sal, sancionado em 2013, lembra o advogado Tiago Macedo, conselheiro especial do escritório Tauil & Chequer Advogados.

Os porta-vozes dos governos argumentam que todas as informações sobre arrecadação e despesas constam dos orçamentos anuais de Estados e municípios, submetidos ao Legislativo. Eles destacam ainda que Estados têm legislações específicas para a aplicação das receitas e que cabe aos tribunais estaduais de contas fazer a fiscalização da destinação dos recursos dos royalties do petróleo.

"A tendência da arrecadação de royalties é crescer muito com o aumento da produção do pré-sal", diz Macedo. Para ele, a resolução aprovada no ano passado, e que permitiu a redução nas alíquotas de royalties sobre excedentes

de produção de campos maduros, também contribuirá a médio e longo prazos para o aumento de receitas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Marcus Lopes | Para o Valor, de São Paulo

Título: Entre a benção e a maldição dos recursos naturais

Durante anos, municípios brasileiros localizados em áreas produtoras de petróleo viveram períodos de bonança graças aos royalties recebidos pela exploração do chamado "ouro negro". No entanto, eles também se tornaram dependentes dessa receita, que, de forma geral, não impulsionou o desenvolvimento.

Cidades como Campos de Goytacazes, no Estado do Rio, conseguiram dobrar o orçamento municipal em alguns exercícios anuais apenas com dinheiro dos royalties - remuneração paga pelas empresas que produzem petróleo e gás natural para compensar a exploração de recursos não renováveis e possíveis danos ambientais no município.

O valor dos royalties é calculado de acordo com a produção e o preço do petróleo. Os recursos são distribuídos segundo regras do governo federal, mas podem ser aplicados de acordo com as prioridades da administração municipal.

Após a queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional, a partir de 2015, os recursos minguaram e muitos municípios entraram em crise.

"Os royalties foram uma benção, mas também uma maldição. Ao mesmo tempo em que aumentaram a arrecadação, os recursos não foram transformados em riqueza para o município, que continua dependendo muito fortemente de uma fonte não renovável", diz o secretário de desenvolvimento econômico de Campos dos Goytacazes, Felipe Quintanilha. Entre 1999 e 2018, o município recebeu R\$ 7,4 bilhões em royalties. O caso de Campos não é isolado, segundo especialistas.

"Os maiores produtores de petróleo perderam posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação aos municípios não produtores. É um forte indício de que os royalties não estão sendo aplicados para gerar qualidade de vida para a população ao longo dos anos", diz o economista Felipe Tavares, autor de uma tese de mestrado na Universidade de São Paulo (USP) sobre o impacto dos royalties do petróleo em municípios da região Sudeste.

O economista explica que a arrecadação de tributos nessas cidades é prejudicada não só pela pequena diversificação da economia, mas também pela falta de empenho das prefeituras em cobrar impostos da população. Segundo Tavares, a receita tributária nesses municípios caiu 2%, em média, nos últimos anos. "O governante deixa de cobrar IPTU e ISS porque conta sempre com o dinheiro dos royalties, o que é um absurdo", afirma.

"A palavra-chave é planejamento. Os municípios devem diversificar sua economia e se preparar para o futuro, já que o recurso do petróleo é finito e estará sempre atrelado à produção e ao preço", diz a pesquisadora Fernanda Delgado, da FGV Energia.

Em Cubatão (SP), o valor arrecadado pelos royalties foi de R\$ 98,5 milhões em 2018, ou cerca de 10% do orçamento municipal. Os recursos, segundo a prefeitura, foram investidos em setores como educação, saúde e meio ambiente.

"É preciso consciência e responsabilidade no uso das receitas dos royalties, para que as administrações não sofram a chamada maldição dos recursos naturais", explica o secretário de finanças de Cubatão, Geraldo Antônio dos Santos.

Em Campos dos Goytacazes, a prefeitura desenvolve programas para incentivar o empreendedorismo, a agricultura familiar e as startups ligadas à inovação. Um dos projetos é o Centro Municipal de Inovação, que pretende unir universidades locais, empresas e o poder público para incentivar novas práticas econômicas. "É uma revolução silenciosa e lenta", diz Quintanilha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Dependência de importação de derivados poderá ficar maior

As jazidas do pré-sal permitiram ao Brasil se estabelecer entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo. No entanto, o país continua dependente de importações de derivados de petróleo para abastecer o mercado interno.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2018, até o mês de novembro - os últimos dados disponíveis - as refinarias nacionais produziram 95,77 milhões de metros cúbicos (m³) de derivados, mas as vendas internas realizadas pelas distribuidoras somaram 124,35 milhões de

m³. Foram necessárias importações de 29,22 milhões de m³, que custaram US\$ 12,99 bilhões.

A ANP projeta um aumento na demanda brasileira de combustíveis em 19% até 2026. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**, divulgou em novembro a Nota Técnica Panorama do Refino e da Petroquímica no Brasil, na qual informa que até 2026 não está previsto um aumento significativo de capacidade de produção nas refinarias, o que fará com que o Brasil amplie suas importações de derivados de petróleo, principalmente gasolina, óleo diesel, querosene de avião e nafta petroquímica.

Em 2000, a capacidade de produção de derivados no Brasil era superior à demanda. Desde então, o consumo cresceu em mais de 50%, sem expansão equivalente da atividade de refino. A Petrobras chegou a anunciar a construção de quatro complexos industriais, mas apenas um está em operação e, mesmo assim, parcial. A Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, deveria processar 230 mil barris diários, mas opera com 115 mil.

Projetos no Ceará e Maranhão foram cancelados. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, estava previsto para entrar em operação em 2012, com capacidade para processar 165 mil barris diários de petróleo. As obras foram paralisadas em 2015 e não há previsão de conclusão.

O Brasil conta hoje com 17 refinarias, com capacidade de processar 2,3 milhões de barris por dia. A Petrobras é responsável por 98% da produção. A concentração é resultado mais de uma estratégia política de governo do que empresarial.

"Como a União é o principal acionista da Petrobras, vários governantes do país interferiram no preço dos produtos refinados ora para controlar a inflação ora para controlar o consumo", diz o consultor Adriano Pires, sócio-diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. "Essa interferência inviabilizou investimentos privados", diz.

O Plano de Negócios 2019-2023 da Petrobras prevê uma redução de sua participação no mercado para 60%, com a venda dos negócios de refino nas regiões Nordeste e Sul.

"A venda será boa para a Petrobras e para o consumidor", diz Pires. A Petrobras poderá concentrar seus investimentos em exploração e produção de óleo e gás,

atividades mais rentáveis. O consumidor ganha por deixar de depender de uma empresa monopolista.

Segundo Pires, as grandes petroleiras internacionais já saíram ou estão saindo da atividade de refino e, em sua opinião, o ideal seria a Petrobras também sair completamente do negócio. "Sinalizaria ao investidor que não haverá mais interferência do governo nos preços dos derivados."

A crescente participação de fontes alternativas no mix de combustíveis, como biocombustíveis, gás natural e veículos elétricos reduzem a expectativa de expansão mundial da atividade de refino.

"Não haverá uma fila de interessados na compra das refinarias da Petrobras, mas o mercado brasileiro é atrativo", diz André Pinto, sócio do Boston Consulting Group.

O Brasil é um dos poucos países que é grande produtor de petróleo e grande consumidor de derivados, o que permite, em uma situação de livre mercado, que o operador de refino obtenha uma boa margem de lucro. "Ele comercializa seus produtos tendo como referência preços internacionais, mas não tem os custos referentes ao frete", diz o consultor.

O consultor avalia que as conclusões de Comperj e Abreu e Lima, se concretizadas, serão suficientes para atender à demanda brasileira nos próximos cinco a dez anos, numa estrutura de abastecimento formado por um mix de operação local e importação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Marco Antonio Monteiro | Para o Valor, do Rio

Título: Importância do setor pode aumentar com novo ciclo

As atividades de exploração e produção (E&P) e de distribuição de derivados de petróleo no Brasil representam parcela relevante do Produto Interno Bruto (PIB). A expectativa de especialistas é que o esperado novo ciclo de crescimento do setor aumente sua contribuição para a arrecadação de impostos e para a economia.

O segmento de E&P representa, segundo estudo da FGV Energia, 4% do PIB, o que equivale a R\$ 265 bilhões (em valores de 2017, o PIB foi de R\$ 6,6 trilhões).

Esse total inclui também a área de refino, diz a pesquisadora Fernanda Delgado, da FGV Energia.

No E&P, também denominado upstream, atuam 29 empresas, com destaque para as cinco maiores produtoras de petróleo do país: Petrobras, Equinor (ex-Statoil), Shell, Total e Chevron. Elas cuidam das atividades de busca e extração de petróleo e fazem o transporte da commodity até as refinarias.

O país conta com 15 refinarias em operação, das quais 13 da Petrobras - detentora de 98% da capacidade de refino do país.

A área de distribuição dos derivados de petróleo (também conhecida como downstream) espera fechar 2018 com faturamento de R\$ 450 bilhões, o equivalente a 7% do PIB, em valores de 2017, de acordo com a Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural).

Composto por 227 empresas, que atuam com combustíveis líquidos, solventes, GLP, asfalto e combustíveis para aviação, o downstream cuida do transporte dos produtos da refinaria até os postos de combustíveis (são cerca de 17 mil no país).

Em 2018, o governo federal arrecadou R\$ 60 bilhões com a indústria do petróleo. A projeção é que o valor atinja R\$ 400 bilhões em 2030. Para Décio Oddone, diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), isso muda o patamar da indústria brasileira e gera grande impacto na economia do país.

O Brasil ocupa a nona posição entre os maiores produtores de petróleo no mundo, segundo a Agência Internacional de Energia, com produção média diária de 3,2 milhões de barris em óleo equivalente (boe), que mescla petróleo e gás. Ultrapassou o Kwait, que produziu 3,1 milhões de barris boe por dia, em 2017. Para analistas, esse resultado, impulsionado pelo pré-sal, indica início de novo ciclo de crescimento para o setor no país.

Hoje, a Petrobras produz 2,6 milhões de barris. A ANP projeta uma produção de 7,5 milhões de barris de petróleo por dia em 2030.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos****Autor: Carlos Vasconcellos | Para o Valor, do Rio****Título: Campos maduros esperam investimento**

O Brasil tem uma grande oportunidade para a indústria de petróleo com a recuperação de campos maduros. Hoje, a indústria mundial opera com uma taxa média de 30% na recuperação desses campos, com volumes ainda mais altos em países como a Noruega. No Brasil, esse número fica em torno de 20%, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Mas alguns especialistas trabalham com percentuais entre 10% a 15%.

A ANP considera campos maduros as áreas de produção com mais de 25 anos de atividade ou com 70% do potencial exaurido. Estima-se que o investimento em recuperação aumente em 3,5 vezes e meia a produção nessas áreas, o que representaria um incremento de 400 mil barris diários na produção nacional.

Carlos Eduardo Ferreira, diretor da consultoria Solução Energia, observa que o salto de produtividade pode ser ainda superior. "A Petroreconcavo, na Bahia, opera campos maduros da Petrobras, por meio de contrato de performance e consegue uma produção 11 vezes maior", diz.

Apesar disso, houve pouco avanço nos processos de licitação dos campos maduros. Desde 2012, a ANP vem tentando licitar áreas maduras, sem sucesso. A tentativa mais recente foi em 2018, mas as vendas de áreas de exploração em águas rasas na Bacia de Campos, para a Perenco, e do polo de Riacho da Forquilha, no Rio Grande do Norte, para a 3R Petroleum, foram questionadas na Justiça e o fechamento dos contratos é incerto.

Enquanto isso, a agência tenta tornar os campos maduros mais atraentes, propondo reduzir a alíquota dos royalties sobre a produção excedente. A medida é considerada positiva por especialistas, mas as empresas e a própria Petrobras pedem que a redução seja estendida para a produção total dos campos maduros.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, a redução é um incentivo importante, mas o que vai realmente impulsionar a produção nos campos maduros é colocar as áreas nas mãos certas. "São áreas que não interessam à Petrobras. Para ela, vale muito mais a pena investir no Pré-Sal. No entanto, essas áreas podem ser interessantes para empresas de menor porte",

explica. Ele nota que, mesmo com a redução na alíquota, o volume de royalties arrecadado poderia crescer devido ao aumento da produção.

Luciano Garcia, conselheiro da Associação dos Engenheiros da Petrobras, acha que a revitalização dos campos maduros é indispensável e calcula que, só na Bahia, seria possível crescer a produção de 30 mil para 100 mil barris diários em pouco tempo. Ele defende que as licitações sejam feitas por meio de contratos de produção, campo a campo, e não por meio da venda de concessões em grandes blocos - modelo que permitiria a participação de pequenos players.

Outro argumento em favor da exploração dos campos maduros é que o abandono dessas áreas tem um alto custo. Ao todo, a Petrobras possui cerca de 300 campos nessas condições. "Levando em conta o custo médio internacional de US\$ 100 mil para o fechamento de um poço, essa conta poderia representar um passivo de US\$ 6 bilhões para a Petrobras", conclui Ferreira, da Solução Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Carmen Nery | Para o Valor, do Rio

Título: Com a crise, desativação de plataformas ganha fôlego

O ciclo de vida da exploração e da produção de petróleo e gás natural termina com o descomissionamento, serviços de desmontagem e desativação de plataformas fixas. A perspectiva da Petrobras é de que, até 2020, sejam desativadas de 15 a 20 de suas plataformas no Brasil. Hoje, 79 plataformas no país estão em estágios iniciais de descomissionamento.

"A atividade ganhou relevância diante da crise global do setor em função da queda dos preços do petróleo. Muitas plataformas passaram a não ter o retorno esperado e as operadoras precisaram decidir o que fazer com elas, uma vez que não era vantagem estender sua vida útil", diz Sérgio Sahlit, consultor sênior da consultoria Rambol.

Na outra ponta da cadeia, estão as empresas que atuam no primeiro nível de fornecimento de bens e serviços. A Ocyan, braço de óleo gás do grupo Odebrecht, aproveitou o crescimento do setor até 2014 e montou operações em quatro áreas: perfuração e construção de poços com seis sondas de perfuração; construção submarina, com dois navios PLSV (Pipe Laying Support Vessel) de lançamento dos dutos flexíveis para conexão dos poços; produção,

por meio de dois navios FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência); e manutenção offshore. A diversificação permitiu à empresa superar a crise, considera seu presidente, Roberto Simões.

Ele explica que, como a empresa atua como uma EPC (Engenharia, Procurement e Construção), não foi afetada pela redução dos índices de conteúdo local.

Dentre as empresas nacionais, um dos destaques é a Radix, especializada em projetos de engenharia. Com a queda nas atividades no Brasil, a companhia começou a se globalizar para reduzir a dependência da Petrobras.

"De 2010 a 2014, a maior parte dos projetos era de engenharia, porque o mercado estava aquecido e havia o conteúdo local. Depois veio a crise e fizemos uma grande transformação no portfólio de serviços, focando em projetos digitais", diz o diretor Alexander von Clausbruch.

A InterMoor, do grupo inglês Acteon, atua na ancoragem de sondas e plataformas - sistema que visa manter a unidade numa mesma posição para que os tubos que trazem o óleo não se rompam. A empresa presta serviços de instalação e manutenção de equipamentos subsea e ancoragem a diversas outras operadoras privadas e à Petrobras.

"Há quatro anos, havia muita exploração com muitas sondas ancoradas fazendo perfuração. Mas houve uma queda muito grande. Agora a demanda é por sistemas integrados e permanentes de ancoragem", diz Cleiver Moulin, diretor geral da InterMoor do Brasil.

A Rosen é especializada na inspeção de gasodutos, oleodutos, tanques e refinarias. Luciano Baptista, diretor da empresa, explica que a ela opera com robôs de inspeção dotados de bateria, sensores e computação que percorrem os dutos instalados até 2 mil metros de profundidade nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, a 200 km da costa.

"O desafio é o país crescer a malha de dutos. Na crise, não reduzimos o quadro de profissionais porque tínhamos contratos em vigor por três a cinco anos e a inspeção é regulada pela ANP e não pode parar", diz Baptista.

A energia é um dos principais desafios da exploração offshore e está a cargo de empresas como a ABB, a Schneider Electric e a Prysmian. Luis Felipe Kessler, vice-presidente da Schneider Electric, diz que a empresa fornece sistemas de gestão de energia, automação, segurança e manutenção preditiva.

Maurício Cunha, gerente geral de óleo, gás e química da ABB Brasil, diz que a Petrobras é um dos principais clientes globais da empresa. A empresa forneceu sistemas elétricos e de controle de processos para a plataforma P-40, em 1996, e depois para a P-43 e a P-48 e, mais recentemente, os módulos elétricos para a P-58, a P-62 e a P-63. Apesar da crise da Petrobras, o mercado brasileiro é estratégico para a ABB.

"A Petrobras tem demandas específicas, como um sistema de automação e energia integrados, que depois virou um produto global. O Brasil sempre foi um mercado relevante e nos motivou a investir no desenvolvimento de equipamentos subsea de energia", diz Cunha.

João Aderaldo Carro, CEO da Prysmian, diz que um dos projetos conduzidos no Brasil é a fase II do campo de Peregrino, cuja expansão está sendo tocada pela TechnipFMC sob contrato com a Equinor. "Em 2013, no auge do mercado, expandimos uma fábrica em Vila Velha para fornecer umbilicais para a Petrobras", diz Carro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor:

Título: Leilões podem ajudar na retomada de contratações

As atividades de prospecção, exploração e produção de petróleo requerem um conjunto variado de bens e serviços. A consultoria Bain & Company realizou estudos que identificaram fornecedores para cada área da cadeia de exploração e produção. A fase de prospecção envolve estudos geológicos e geofísicos e atividades de perfuração, avaliação e perfuração de poços. Na fase da produção, há instalação das unidades de produção e de sistemas de coleta de óleo e gás. E a produção é a fase em que o óleo e o gás são coletados, que requer também manutenção.

"Essa representação de segmentos surgiu de trabalhos desenvolvidos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) no início da década, detalhando as formas de contratação", diz José de Sá, sócio da Bain & Company.

O que as operadoras de petróleo contratam diretamente está no primeiro nível de fornecedores. Há ainda as empresas que fornecem bens e serviços para os

fornecedores de primeiro nível. "Esses estudos serviram para identificar os segmentos prioritários a serem desenvolvidos como EPCs e equipamentos submarinos (subsea)", afirma Sá.

O estudo elenca empresas de aquisição de dados; interpretação e processamento; afretamento e operação de sondas; insumos para perfuração e completamento; apoio logístico e transporte aéreo; instalação de equipamentos subsea; construção, afretamento e operação de unidades produtoras; inspeção de dutos; manutenção; projeto, fabricação e instalação de módulos top side (superfície) para sondas e plataformas.

Outro estudo, o Caderno AbesPetro 2017, foi desenvolvido pela Accenture para a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (AbesPetro). A entidade reúne 43 associados que atuam no primeiro nível da cadeia, fornecendo diretamente para as petroleiras.

O estudo divide as empresas em três categorias: fornecedores especializados de primeiro nível, fornecedores diretos de segundo nível e fornecedores indiretos também de segundo nível. Empresas exclusivamente dedicadas ao setor de exploração e produção conectam as petroleiras aos fornecedores indiretos - além de se relacionarem com os diretos. Entre elas, estão players como SBM, Modec e Ocyan.

O estudo da AbesPetro aponta que Brasil é a região mais importante do mundo na indústria de petróleo em águas profundas e ultraprofundas - com as maiores reservas desse ambiente. O estudo destaca que a indústria nacional amadureceu desde a abertura do mercado, em 1998. Hoje estão instalados no Brasil praticamente todos os grandes fornecedores internacionais de bens e serviços para exploração e produção de petróleo e gás natural.

"Instrumentos de política industrial, como o conteúdo local, produziram uma ampla capacidade produtiva no país, mas pouca capacitação técnica fora do fornecimento para a Petrobras e as empresas são muito dependentes das demandas da estatal", diz Telmo Ghiorzi, diretor da AbesPetro.

As crises do setor e da Petrobras afetaram a indústria. Segundo a AbesPetro, quase 270 mil empregos diretos e indiretos foram perdidos desde 2013, e, se nada for feito no curto prazo, o número pode chegar a 500 mil até 2020. Karine Fragoso, gerente de petróleo, gás e naval da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), diz que há ainda o movimento de fusão e aquisições de

operadoras como BG e Shell e de fornecedores como G E/Baker Hugues e Technip/FMC.

"Com a retomada dos leilões e o estabelecimento de um calendário de longo prazo, a expectativa é de que voltemos a ver contratações para as novas campanhas exploratórias a partir do final de 2019, e que esse volume cresça consistentemente até meados da próxima década, quando devem chegar os investimentos no desenvolvimento da produção desses projetos", afirma José Firmo, presidente do IBP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Carmen Nery | Do Rio

Título: Abimaq e Sinaval querem reforços no conteúdo local

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval & Offshore (Sinaval) ainda esperam negociar melhores condições de conteúdo local para as próximas rodadas de leilões de exploração, que ocorrerão em 2019. Na última revisão da regulação, em abril do ano passado, além de o conteúdo local deixar de ser fator de pontuação das ofertas, houve simplificação dos compromissos e redução dos percentuais mínimos.

Para blocos em terra, são exigidos apenas compromissos globais para a fase de exploração e para a etapa de desenvolvimento da produção, ambos de 50%. No offshore o compromisso global é de 18% para a fase de exploração e, no caso da etapa de desenvolvimento, foram fixados índices mínimos para três macro-grupos: construção de poços (25%); sistema de coleta e escoamento (40%); e unidade estacionária de produção (25%).

Apesar da redução, a Abimaq considera que foi uma vitória frente à proposta original, que previa um índice global de 40% do projeto, sem distinção de bens e serviços. "Da forma como estava, para os leilões ocorridos em 2017 e 2018, o índice de 40% poderia ser atingido só com serviços, sem oportunidades para a indústria", diz Alberto Machado, diretor de petróleo, gás natural, bioenergia e petroquímica da Abimaq.

Segundo Sérgio Bacci, vice-presidente executivo do Sinaval, a indústria naval foi a mais prejudicada com as novas regras. A entidade vai tentar sensibilizar os governadores e o governo federal sobre a importância do setor naval.

"Perdemos dois terços da força de trabalho, caindo de 82 mil empregos diretos e 320 mil indiretos, em 2014, para 23 mil diretos e 69 mil indiretos em 2019."

As novas regras - reunidas na Resolução ANP nº 726/2018, de 12 de abril de 2018 - contemplam ainda os mecanismos contratuais de isenção (waiver), ajuste e transferência de excedente. Além de possibilitar o aditamento (acrescentar ou suplementar novos dados) dos contratos com novas exigências de conteúdo local.

O waiver era o dispositivo que permitia às operadoras importar bens se não encontrassem no país nas mesmas condições de preço e prazo. Ao pedir o aditamento, a operadora abre mão do direito ao waiver. As empresas também devem renunciar a qualquer pleito que possam ter contra a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) em função de multas pagas por descumprimento da obrigação de conteúdo local.

De 2011 até este ano, 16 empresas protocolaram pedidos de waiver na ANP abrangendo 93 contratos. Destes, restam 54 contratos aguardando análise. Entre as operadoras com pedidos em análise estão Perenco, Equinor (solicitações feitas pela Perenco quando era operadora dos contratos), Shell, ONGC, Sonangol, Petrobras, BP, Repsol, Karron, Petra, Maha Energy (solicitações feitas pela Gran Tierra quando era operadora dos contratos), Parnaíba, Dommo (solicitações feitas pela OGX quando era operadora). Operadoras com processos de solicitação concluído em função de desistência, deferimento, indeferimento ou extinção: Anadarko, Chariot, Sipet e Statoil (atual Equinor).

Criada em 1999 na abertura do mercado, a política de conteúdo local tinha como justificativa a necessidade estratégica de se estabelecer uma indústria fornecedora de bens de capital e de serviços no país. Na Abimaq, existem 400 empresas que participam do mercado de petróleo e gás, sendo que cerca de 150 delas têm a maior parte de sua carteira nesse mercado, dependendo muito das demandas do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Petroquímica pleiteia insumos competitivos

A produção do pré-sal tem potencial para revigorar a indústria petroquímica brasileira e toda a cadeia produtiva, que depende de insumos petroquímicos acessíveis para ser competitiva. "A indústria química pode ser o motor do crescimento do país na próxima década, se tivermos nafta e gás natural a preços internacionais", diz Fernando Figueiredo, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

"Hoje a nafta brasileira é a mais cara do mundo e o gás natural custa no Brasil três vezes mais que o gás de xisto oferecido nos Estados Unidos. Se usarmos uma parcela do pré-sal para abastecer o mercado petroquímico teremos um boom de investimentos", diz.

Em 2018, a indústria química faturou US\$ 127,9 bilhões, após um crescimento de 5,4%. A receita, no entanto, está longe de voltar ao patamar de 2011, quando o setor faturou US\$ 150 bilhões. Os investimentos em 2012 somaram US\$ 4,8 bilhões, mas declinaram para US\$ 700 milhões no ano passado.

Um estudo da consultoria Deloitte sob encomenda da Abiquim indica que o setor tem potencial de agregar US\$ 26 bilhões ao seu faturamento em 2030 e acumular uma receita extra de US\$ 231 bilhões até aquele ano, se resolver seus principais gargalos, sendo o principal deles o custo da matéria-prima, que representa por volta de 80% dos custos de uma unidade petroquímica básica, que produz principalmente eteno e propeno.

No Brasil, a nafta alimenta 92% da produção petroquímica. A redução do custo da matéria-prima, aponta a Deloitte, poderia vir do investimento em refinarias, que aumentariam o processamento de petróleo no Brasil, gerando maior disponibilidade de nafta. Mas essa é uma medida com impacto de médio a longo prazos. No curto prazo, a proposta é uma redução da incorporação da nafta no mix de produção da gasolina.

Segundo a Nota Técnica Panorama do Refino e da Petroquímica no Brasil, publicada em novembro pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a produção de nafta petroquímica no Brasil foi de 2,2 milhões de toneladas em 2017, para uma demanda de 9,5 milhões de toneladas por ano. As importações que eram de 2,9 milhões de toneladas em 2007 mais que dobraram para 7,3 milhões de toneladas.

A disponibilidade de matéria-prima local foi fundamental para o surgimento da petroquímica nos anos 1970, época do início da exploração de petróleo offshore. Em uma estrutura de investimentos de "modelo tripartite", capital privado nacional e multinacional se aliaram ao governo para formar os polos petroquímicos.

Esses polos constituídos nas proximidades de refinarias da Petrobras reúnem instalações petroquímicas de primeira geração, que fazem os produtos básicos, e os petroquímicos de segunda geração, como resinas termoplásticas, elastômeros e fibras, que alimentam os produtores de terceira geração, que fazem os produtos finais como plásticos, tintas, tubos, fios e cabos, pneus e autopeças.

Hoje, a atividade de primeira geração no Brasil está em mãos da Braskem, enquanto a segunda geração petroquímica conta com indústrias como BASF, Dow, Elekeiroz, Innova, Lanxess, Oxiten, PetroquímicaSuape, Unigel e a própria Braskem.

São quatro os polos petroquímicos: Mauá, como Grande ABC, em São Paulo; Camaçari, na Bahia; Triunfo, no Rio Grande do Sul; e Duque de Caxias, no Rio, o único que usa gás natural. Esse polo tem 11 empresas.

O pioneiro é o Polo Grande ABC, constituído em 1972 e hoje formado por 13 companhias, que geram 2,5 mil postos de trabalho diretos e 7,5 mil indiretos, com um faturamento anual na casa de R\$ 9 bilhões.

O Polo de Camaçari iniciou suas operações em 1978 e é o maior produtor nacional de petroquímicos básicos, responsável por 37,3% da produção. São 35 unidades industriais químicas e petroquímicas. O polo atraiu empresas de outros setores industriais, como Ford, fabricantes de pneus, papéis e perfumes. Ao todo, reúne 90 empresas, que faturam por volta de US\$ 15 bilhões anuais.

O Polo Sul, em Triunfo, foi formado nos anos 1980 e tem seis empresas químicas e petroquímicas, como Innova, Oxiten e White Martins, e responde por 70% da indústria química gaúcha, que fatura R\$ 76 bilhões por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Lívia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: Ano deve ser marcado por volatilidade nos preços

Especialistas do setor de petróleo são unânimes em prever cenário de "grande volatilidade" nos preços do produto neste ano. Eles evitam fazer estimativas sobre valor médio do óleo em 2019, e preferem trabalhar com projeções de intervalos de variações entre US\$ 50 e US\$ 70 o barril. O professor Edmar de Almeida, do Grupo de Economia da Energia (GEE), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembra que "os preços caíram muito rapidamente no fim do ano passado e estão subindo neste início de ano; aumentaram 20% em janeiro, atingindo cerca de US\$ 50 o barril".

Por trás de tanta incerteza está o planeta conturbado: "São muitas as zonas de conflito que contribuem para a instabilidade dos preços", diz o professor Istvan Kasznar, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV). Ele cita a tensão comercial entre Estados Unidos e China, sanções econômicas ao Irã, a crise migratória na Europa, a insegurança da Grã-Bretanha com o Brexit, a pressão sobre a Venezuela.

"Somam-se a isso projeções de menores taxas de crescimento dos grandes players da economia mundial, o que deprime a demanda de petróleo e não permite vislumbrar altas significativas nos preços do produto", diz o professor da FGV. Previsões do Banco Mundial (Bird) apontam para crescimento global de 2,9% em 2019 - abaixo das projeções anteriores - e para 2,8% em 2020-21. Também o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu para baixo suas previsões de expansão da economia mundial.

Do lado da oferta, o quadro é igualmente nebuloso. "Há dúvidas sobre o comportamento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Se ela e países aliados, liderados pela Rússia, terão capacidade para cumprir o acordo de redução de produção, firmado no fim do ano passado", observa Almeida, da UFRJ. Ainda assim, e apesar da gangorra do mercado, ele acredita ser possível preços mais altos, ao longo do ano, em média, que o atual patamar.

O professor Kasznar, da FGV, divide a trajetória dos preços internacionais do petróleo em quatro principais "macro fases".

As décadas de 1950 e 1960, marcadas pela disputa pelo controle do Canal de Suez, principal escoadouro de petróleo dos países árabes para a Europa; e pela Guerra Fria, entre Estados Unidos e antiga União Soviética.

Depois, os choques do petróleo, em 1973 e 1979, quando as cotações pulam de patamares, atingindo até US\$ 106 (a preços de 2017).

O terceiro ciclo, segundo o professor, vai de 1979 a 1999, "período de grandes desajustes de preços, que levam a novo choque do petróleo, em 2008". Anos depois, em 2011, o preço chega ao pico de US\$ 121, refletindo incertezas diante do conflito da Primavera Árabe, onda de revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe.

Posteriormente, as cotações cederam para US\$ 54, em 2015, 2017. "Agora, entramos na era da busca por energias limpas. Nessa quarta fase, ainda vemos preços elevados do petróleo, acima de patamares históricos", observa Kasznar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Chamada pública da TBG é teste para setor de gás

Quase dez anos depois da edição da Lei do Gás, em 2009, o setor discute a regulação para que o plano de desinvestimento da Petrobras se converta, de fato, na abertura do mercado. Além do projeto de lei 6407, que trata da desverticalização, alguns movimentos são acompanhados de perto.

Um dos principais é a chamada pública de contratação de capacidade no Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) que a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) está realizando. O contrato do Gasbol, operacional em 1999, expira em dezembro deste ano. A consulta pública do edital, que prevê a contratação de 18 milhões de metros cúbicos por dia, será disponibilizada em fevereiro. A audiência pública deve ser realizada em 27 de março. As propostas devem ser entregues entre julho e setembro. O resultado será divulgado em 3 de outubro.

"A TBG tem sido consultada por vários agentes e tem procurado esclarecê-los quanto às novas possibilidades e vantagens do novo regime de contratação", informa a assessoria de imprensa da empresa. Somente na fase de manifestação de interesse da chamada pública, será possível confirmar se tal interesse será materializado na contratação de novos distribuidores ou comercializadores de pequenos volumes como carregadores contratantes.

"A chamada será o primeiro passo no processo de implantação do regime de reserva de capacidade no Brasil por entradas e saídas a ser conduzido pela ANP em conjunto com os transportadores e demais agentes da indústria do gás natural", diz Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A contratação adotará o regime de entrada e saída. Isso significa que, em vez de contratos com trajetos pré-definidos, os demandantes de gás, sejam eles distribuidoras ou consumidores livres, poderão contratar apenas a capacidade de saída e os produtores e/ou comercializadores apenas a entrada. Isto oferecerá maior flexibilidade para as transações comerciais.

"No entanto, a transição para um mercado mais flexível de gás depende não só da disponibilização de novos instrumentos contratuais de transporte, mas também das condições objetivas de oferta da molécula e da estruturação de um hub comercial de gás natural, o que demandará tempo para seu pleno desenvolvimento. Entendemos que o regime de entrada e saída é um estímulo e o início deste processo", aponta a TBG. "Ela pode trazer um novo player com acesso a gás", diz Giovani Loss, sócio do Mattos Filho Advogados.

A ANP encaminhou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nota em que aponta que "o poder de mercado da Petrobras no setor de gás natural, caracterizado por ser uma indústria de rede, requer uma análise de cada elo da cadeia de valor para a identificação das medidas necessárias para a promoção da concorrência nesta indústria". A agência destaca ser essencial que seja assegurado livre acesso aos dutos de escoamento da produção, às unidades de processamento de gás, bem como aos terminais de GNL.

O mercado olha com atenção todos esses movimentos. "Há sinais de que haverá mais abertura, mas existem muitas dúvidas além da chamada pública: como será o mercado de gás? Qual será o custo dos gasodutos, que foi superfaturado segundo confissões de empresas que participaram da construção, a ser usado na base de ativos nas revisões das transportadoras? A formação de preços do gás será aberta a todos os interessados? Como ficará o acesso aos gasodutos e aos terminais de regaseificação?" Essas dúvidas que precisam ser solucionadas", diz o superintendente da Associação Brasileira da Indústria do Vidro (Abividro), Lucien Belmonte. O setor consome pouco mais de um milhão de metros cúbicos por dia e tem na energia seu principal custo operacional. O gás brasileiro chega a custar o dobro do apurado na Argentina e na Colômbia. "O projeto de lei 6407 trata de alguns pontos que poderiam trazer benefícios."

O setor ainda patina na criação de um mercado livre de gás. No setor elétrico, mais de 5,5 mil empresas negociam livremente seu fornecedor. No gás, há dois consumidores livres, duas termelétricas. "O principal obstáculo é a legislação estadual. Falta consenso sobre a criação de padronização única", aponta Loss. Alguns Estados com forte consumo de gás, caso da Bahia, quarto maior consumo industrial, ainda não regulamentaram a figura do consumidor livre. Mesmo nos Estados em que há regulação, existem indefinições. Em Pernambuco, por exemplo, o consumo mínimo exigido é 500 mil metros cúbicos diários, mas o maior consumidor estadual utiliza pouco mais de 100 mil m³ diários. "Há uma necessidade de diretriz da União sobre isso, mas esse é um ponto que dificilmente é aprovado", aponta Lucien. A principal barreira vem das distribuidoras estaduais de gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Térmicas a gás natural podem ganhar espaço

O avanço de fontes intermitentes na matriz elétrica, como usinas solares e eólicas, e a construção de hidrelétricas a fio d'água, criará a necessidade de uma fonte de energia de base para assegurar segurança no abastecimento. Construir térmicas a gás natural será uma das saídas, principalmente diante da constatação de que haverá produção crescente do insumo no país, com gás associado ao óleo extraído dos campos do pré-sal.

Quando estava à frente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso brincava que no Natal seu pedido número um de presente era que a energia de base fosse obtida pela construção de hidrelétricas com reservatórios, mas ele já sabia que sua demanda era ilusória, já que, por questões econômicas e socioambientais, isso não seria possível na quantidade necessária.

"Então vamos para a geração térmica, onde o gás é a tecnologia natural. Aqui há uma pergunta sobre qual gás usar: do pré-sal ou de importação?", questiona.

Se o gás do pré-sal for muito barato, para ele, não há dúvidas de que esta é a opção mais atraente. "Mas isso não é claro para todo mundo, pois existirão necessidades de reinjeção e isso pode tornar esse gás mais caro. Aí entra a competição com o gás regaseificado, que é importado e que está hoje bem barato. No longo prazo, a fonte nuclear mesmo pode ter um papel importante, dependendo da competitividade relativa de preços entre esta fonte e as térmicas a gás", observa Barroso.

Ele considera que outra questão é qual será o modelo de negócios para introduzir uma tecnologia que precisa gerar na base. “Aqui eu acho importante que esta tecnologia de base seja ‘contestada’ por outras opções, pois pode haver fontes que entregam os mesmos serviços a preços menores”, destaca.

Nesse sentido, para ele, o governo federal já efetuou mudanças nos leilões em 2017, quando foram criadas condições para que térmicas de base competissem contra térmicas mais flexíveis (que possuem custo do gás mais caro).

O leilão A-6 (contratação de energia em seis anos) de 2017 contratou duas usinas térmicas (Vale Azul e Prumo) que adotaram estratégias comerciais para despachar “na base” e cujo suprimento de gás envolve de alguma forma o gás do pré-sal.

O projeto de Porto do Açu III, da Prumo Logística, terá capacidade instalada de 1.672,6 MW e demandará investimentos de R\$ 3,432 bilhões. A térmica Vale Azul II, pertencente ao consórcio Marlim Azul, composto pela Vale Azul Energia e a Mitsubishi Hitachi Power Systems, terá 466,3 MW de capacidade instalada. Ambas as usinas estão no Rio de Janeiro, próximas a centros produtores de petróleo.

Para Barroso, o maior obstáculo do avanço da energia térmica é a oferta de gás firme a preços competitivos. “Um entrave para o gás competitivo é aprimorar a coordenação da expansão da geração termelétrica, da expansão das novas rotas do pré-sal e mecanismos para direcionar parte desse gás para o mercado não termelétrico”, observa.

Ele ressalta que o modelo da usina termelétrica de Vale Azul, por exemplo, só se concretizou porque toda a infraestrutura de gasodutos já estava pronta e porque a Petrobras durante muito tempo comprou o gás natural da Shell e o vendeu para o segmento não termelétrico.

O governo também está de olho nesse ponto. “A disponibilidade do gás natural e do gasoduto de transporte é questão fundamental a ser equacionada, tanto para despachos na base como para prover flexibilidade ao Sistema Interligado Nacional. Pelas regras atuais de comercialização, o suprimento do combustível precisa estar garantido ainda que a usina fique sem gerar por longos períodos. Isso pode levar a custos fixos relativamente altos”, destaca a Empresa de Pesquisa Energética no Plano Decenal 2026.

Desde 2012, as térmicas têm ganhado espaço, com destaque ao gás natural. Em 2001, sua capacidade instalada (usinas movidas a óleo diesel, óleo combustível, gás natural e carvão mineral) era de 5.127 MW. Hoje, supera 25 mil MW.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos****Autor: Ana Lúcia Moura Fé | Para o Valor, de São Paulo****Título: Alta produtividade do pré-sal turbinou gastos com P&D**

A busca da autossuficiência na produção de petróleo e a descoberta do pré-sal catapultaram o Brasil para a fronteira da inovação no setor. A superação de desafios tecnológicos e logísticos na extração de óleo e gás em grande escala resultou em recordes mundiais de produção. Em dezembro de 2018, por exemplo, a Petrobras bateu o recorde mensal de produção no pré-sal, com 1,85 milhão de barris de óleo equivalente por dia.

"Só conseguimos superar desafios e nos preparar para o futuro porque temos corpo técnico altamente qualificado e recursos tecnológicos que nos permitem antecipar cenários", diz Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras.

Até 2023, a petroleira deverá investir R\$ 13 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D) com intuito de agilizar a colocação de poços e a produção, reduzir custos unitários envolvidos com a produção e acelerar retorno financeiro.

Para dar ideia da curva de aprendizagem, o presidente destaca que a construção de um poço na Bacia de Santos leva hoje cerca de 120 dias, contra 300 dias, em média, em 2010. Naquele ano, a expectativa era de 20 mil barris por dia, por poço. "Em 2018, realizamos média de 26 mil barris por dia/poço". Essa produtividade é ao menos o dobro das médias internacionais em poços marítimos, segundo a Petrobras.

O conjunto de tecnologias inovadoras por trás desse desempenho, desenvolvidas em parceria com universidades, institutos de pesquisa e fornecedores, inclui desde brocas de diamante artificial e aço especial para resistir à corrosão provocada por contaminantes presentes no petróleo do pré-sal - como os gases carbônico (CO₂) e sulfídrico (H₂S) - até sistemas inéditos de reinjeção de gás carbônico (método que facilita a recuperação do petróleo no reservatório), entre muitas outras.

Eduardo Chamusca, presidente da operação brasileira da SBM Offshore, empresa holandesa especializada em soluções de produção flutuantes, ressalta os avanços em tecnologias para construção de unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSOs, na sigla em inglês) capazes de suportar a alta produtividade do pré-sal. "Para dar ideia, o 'topside' da plataforma, como chamamos tudo o que fica acima do casco, suportava entre 4

mil a 5 mil toneladas de peso. Nos últimos anos, os FPSOs que entregamos para o pré-sal estão na faixa de 24 mil a 25 mil toneladas".

A SBM destina a P&D entre 3% a 5% do seu faturamento global. A operação brasileira consiste de frota de sete FPSOs - seis da Petrobras e uma da Shell. No momento, a empresa investe em cascos padronizados que permitem a evolução de sistemas. "O casco padronizado serve para qualquer projeto, porque tem tecnologia para aguentar muito mais peso".

Em 2018, SBM e Shell iniciaram parceria em projeto de sistema de captação de água de resfriamento em profundidades elevadas para plataformas flutuantes, com expectativa de implementação em FPSOs dentro de três anos.

Com investimentos de US\$ 2 milhões, a nova tecnologia será financiada com recursos da cláusula de P&D dos contratos de concessão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) - a cláusula determina que concessionários devem investir em P&D no Brasil 1% da receita bruta obtida em campos com grande volume de produção.

Outra forte tendência no setor de óleo e gás é a transformação digital, como menciona Anderson Marinho de Lima, chefe de digitalização da Equinor Brasil, que opera três ativos no pré-sal brasileiro (BM-S-8, Carcará Norte e BM-C-33). "Há uso crescente de tecnologias como nuvem e dispositivos móveis para compartilhamento e acesso a dados integrados em prol de processos como operação, manutenção, logística de distribuição e colaboração remota".

Lima também destaca uso de inteligência artificial e análise avançada de dados para monitoramento proativo e tomada de decisão em tempo real. Na área de segurança, ele menciona ganhos com aplicação de robôs físicos e dispositivos autônomos que reduzem a exposição de profissionais a riscos.

Maurício Cunha, gerente de óleo, gás e química da ABB Brasil, que desenvolve e implementa tecnologias para extração de petróleo, também aposta na digitalização que, segundo o Fórum Econômico Mundial, tem potencial de gerar valor de US\$ 1 trilhão para empresas do segmento em todo o mundo. "Soluções digitais que permitem controlar os processos e equipamentos que operam no fundo do mar, de forma remota, são capazes de reduzir em 50% os custos de comissionamento, 30% os custos de engenharia e entre 10% a 20% os gastos de capital (Capex)", diz Cunha.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/01/2019****Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos****Autor: Ana Lúcia Moura Fé | De São Paulo****Título: Submersível autônomo é tendência em águas profundas**

Dois mil metros de lâmina d'água, 3 mil metros de sedimentos e mais uma camada de sal de até 2 mil metros de espessura. Essa trajetória mar abaixo leva ao pré-sal, reservatórios de petróleo gerados a partir de matéria orgânica acumulada há mais de 100 milhões de anos. Atingi-lo equivale a perfurar, com brocas, 12 morros do Pão de Açúcar empilhados, compara a Petrobras.

O Brasil conseguiu esse feito desenvolvendo tecnologias pioneiras que, hoje, são o estado da arte na exploração e produção de óleo e gás em águas profundas, entre 300 a 1.500 metros, e ultraprofundas, a partir de 1.500 metros. "No fim da década de 80, quando a Petrobras descobriu reservas nessas águas, as tecnologias existentes no mundo não passavam de 500 metros de lâmina d'água", diz Kazuo Nishimoto, professor da Escola Politécnica (Poli) da USP.

Nishimoto compara o desafio de extrair petróleo de profundidades oceânicas ao envio de naves ao espaço sideral. "A pressão da água impede que o ser humano desça abaixo de 300 metros em contato direto com a água", diz, acrescentando que submersíveis tripulados já descem a profundidades consideráveis. "Mas, com o avanço nas tecnologias de transmissão de dados e sensores, a tendência é que submersíveis autônomos ou controlados remotamente operem em lâminas d'água cada vez maiores, onde há grande pressão e pouca visibilidade", diz.

Em parceria com a Petrobras, a Poli instalou, em 2002, o Tanque de Provas Numérico (TPN), um laboratório que usa grande poder computacional para simular situações de veículos marítimos e/ou navios/plataformas para múltiplas condições que possam enfrentar ao longo da vida operacional.

José Mauro de Moraes, coordenador de estudos de energia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), menciona a importância dos programas de capacitação tecnológica que a Petrobras implementou em três fases (Procap 1000, Procap 2000 e Procap 3000). O programa formou equipes, capacitou empresas para produção dos equipamentos e culminou em conjunto de inovações que rendeu à petroleira o prêmio Offshore Technology Conference (OTC), considerado o "Oscar" da área de petróleo e gás no mar.

"No âmbito dos Procaps, a Petrobras desenvolveu capacidade de instalar grandes equipamentos em grande profundidade, sem uso de mergulhadores", conta. Entre as inúmeras inovações, ele destaca tecnologias para instalação das chamadas árvores de natal molhadas (equipamentos com conectores e válvulas que controlam vazão e que ficam no solo submarino) e tubulações (risers) capazes de elevar à plataforma o petróleo extraído em até 3 mil metros de profundidade de lâmina d'água.

"Vale destacar que as inovações se espalham por vários setores da economia, uma vez que a Petrobras atua com grande rede de parceiros", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Distribuidoras lançam chamadas públicas para contratar gás

Vinte anos depois do início de operação do Gasoduto Brasil Bolívia (Gasbol), que marcou o início da ascensão do gás natural na matriz energética do Brasil, o mercado de distribuição de gás vive um momento histórico.

Doze distribuidoras de gás, com cerca de 350 mil clientes em seus Estados, estão trabalhando para aumentar a oferta de gás além da estatal e reduzir preços, com destaque para o lançamento de chamadas públicas de contratação.

Isso coincide com a chamada pública da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), que irá recontratar 18 milhões de metros cúbicos diários, que estavam sob a Petrobras. Muitos contratos das distribuidoras com a estatal expiram no fim desse ano. As chamadas envolvem tanto empresas que estão na rota do Gasbol quanto outras que estão fora.

Duas chamadas estão em andamento, uma de empresas do Sul, Centro-Oeste e Sudeste, e outra de distribuidoras localizadas no Nordeste, na esteira do movimento realizado pela Bahiagás ano passado.

Em 2018, a distribuidora baiana inovou ao lançar uma chamada pública. Recebeu 15 propostas, dez de empresas brasileiras e cinco estrangeiras — pequenos produtores independentes no Recôncavo Baiano, empresas parceiras da Petrobras em campos do pré-sal e empreendedores interessados em importar Gás Natural Liquefeito (GNL).

O maior cliente da empresa é o Polo de Camaçari. A Bahiagás assinou contrato de compra e venda de gás natural de produtor instalado na Bahia, que iniciará a operação em 2020. O sucesso fez a empresa discutir com outras distribuidoras do Nordeste a realização de uma chamada pública coordenada, que reúne as sete distribuidoras de gás do Nordeste.

“O prazo dessa chamada se encerra no dia 31 de janeiro de 2019, e as distribuidoras estão com boa expectativa sobre os resultados”, informa a assessoria de imprensa da Bahiagás. Cinco distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, todas atendidas pelo Gasbol, estabeleceram sua chamada pública coordenada para a aquisição de gás natural. O prazo também expira em 31 de janeiro.

As empresas participantes são a COMPAGAS (Companhia Paranaense de Gás), a GasBrasiliano (Gas Brasileiro Distribuidora), a MSGÁS (Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul), a SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina) e a SULGÁS (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul).

Com volume total de aquisição de dez milhões de metros cúbicos diários, a iniciativa visa encontrar novos agentes interessados na oferta do gás natural que atendam às expectativas do mercado.

Já a crise fiscal, que pressiona as contas públicas, poderá acelerar planos de Estados de se desfazerem de distribuidoras de importantes mercados, como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A crise tem levado alguns Estados a discutir a venda de participação em suas distribuidoras de gás. O governador gaúcho, Eduardo Leite, tem buscado se articular na assembleia legislativa para obter aval para a venda da Sulgás, cujo controle é do Estado (51%) — o restante está nas mãos da Petrobras.

O governo mineiro, por sua vez, poderá vender a Gasmig, controlada pela estatal mineira Cemig, que também poderá ser vendida. “Isso criará a pergunta de como será a venda e como ficará, posteriormente, o acesso à malha de distribuição, se ele será facilitado a novos agentes ou se buscará exclusividade”, aponta Giovani Loss, do Mattos Filho Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Rosângela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Contratações podem ser retomadas

A recuperação do setor de óleo e gás no Brasil poderá impulsionar as contratações no setor, acreditam especialistas em mercado de trabalho. O aumento do preço do petróleo no mercado internacional e a retomada dos leilões de áreas de exploração são apontados como os fatores que podem levar à melhora.

“Temos presenciado uma retomada de contratações. O movimento ainda é tímido, mas a tendência é acelerar já em 2019 em função da maior frequência de leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo”, afirma Karim Warrak, sócio consultor e especialista no setor de petróleo da Fesa Group.

Em outubro passado, foi criada a Universidade do Instituto Brasileiro do Petróleo (UnIBP). Por trás da iniciativa, há uma crença enorme de que a indústria do petróleo vai crescer muito. “A expectativa é que, com todos os leilões que ocorrem desde 2017, e com os investimentos por parte da indústria, a demanda cresça com muita força a partir de 2020”, diz Milton Costa Filho, diretor geral do IBP.

O foco da universidade, no momento, é voltado para a área de exploração e perfuração, observa Costa Filho. Em seguida, será direcionado para a construção de estaleiros.

“Embora o IBP já exista desde 1957, voltado para formação e aperfeiçoamento profissional, a universidade marcou a transição para um novo modelo de aprendizado contínuo, focado nas necessidades dos profissionais que atuam, ou queiram atuar, no setor de óleo e gás”, diz o diretor.

No entanto, essa retomada não deve ocorrer nos mesmos padrões a que a categoria dos petroleiros estava acostumada. Historicamente, a remuneração paga pelo setor sempre foi acima da média de outras indústrias. A tendência atual é de contratações em patamares mais baixos.

De um lado, ressalta Warrak, porque a política de mercado é trabalhar com margens mais baixas. De outro, está o aumento da mão de obra desempregada, isto é, executivos que estão fora do mercado e que topam reduzir a remuneração para serem recolocados.

Para os sindicalistas, os salários vêm caindo na mesma proporção que aumentam as pressões no setor. “Com o risco que corre um platformista, seu salário será sempre baixo”, comenta Hernani Aquini Fernandes Chaves, geólogo de petróleo, que trabalhou por 30 anos na Petrobras.

Só a Petrobras conta com 47.556 trabalhadores, sendo que 15.805 operam no exterior, em subsidiárias e empresas controladas — o total ficou em 63,3 mil em 2018. Em 2008, eram 74,2 mil. E, em 2013, 86,1 mil.

A recessão pela qual o país passou e a crise na Petrobras derrubaram a autoestima dos petroleiros. “A geração de trabalhadores pós ano 2000 viveu um momento em que a Petrobras pensava alto; era um período de conquistas, de aumento real de salários”, diz José Maria Rangel, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e há 33 anos na companhia. “Agora, o que se avizinha é exatamente o contrário, uma Petrobras reduzindo seu tamanho, seus direitos, encolhendo sua participação na economia do país. O petroleiro hoje é um trabalhador como outro qualquer”, diz.

Ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a FUP congrega 13 sindicatos, que representam cerca de 35 mil trabalhadores diretos e 90 mil indiretos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/01/2019

Seção: Suplemento - Petróleo - 80 anos

Autor: Sergio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo

Título: Risco climático exige alternativa de larga escala

O uso de combustível fóssil corresponde a mais da metade das emissões globais de gases de efeito estufa e ocupa o centro do debate em torno da chamada "descarbonização" da economia. O esforço, segundo analistas, depende das pressões de mercado, dos custos das tecnologias limpas e de quanto o mundo está disposto a investir contra riscos do aquecimento global - cenário que coloca o petróleo, acima do carvão e do gás, como fiel da balança no caso de uma mitigação climática mais ambiciosa e próxima dos níveis seguros.

"Sob o ponto de vista tecnológico, o petróleo tem usos para os quais ainda não há substitutos à altura, mas precisará achar novos caminhos de produção e refino, com menor queima para gerar energia, se a urgência da redução de carbono aumentar", diz Alexandre Szklo, professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ.

No atual quadro da ambição global, resumida basicamente à substituição de carvão mineral, a perspectiva é de o aumento da temperatura atingir 3,5º C até 2100. Para limitá-lo a 1,5º C, como preconiza o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), "a questão se torna mais dramática e exigirá antecipar tecnologias alternativas no transporte de carga, aviação e uso não energético do petróleo", diz.

Para muitos pesquisadores, a redução da queima de petróleo no médio-longo prazo é o que pode fazer a diferença de escala no processo de descarbonização da economia, embora a motivação nem sempre seja a questão climática. "A tendência dos veículos elétricos, por exemplo, com efeitos sobre a gasolina, é hoje mais uma demanda econômica, de mobilidade urbana e de redução da poluição do ar", afirma o pesquisador.

Além dos riscos de desastres ambientais, como vazamentos no mar, o petróleo impacta a saúde via poluentes liberados na combustão. No mundo, a poluição do ar causa 7 milhões de mortes a cada ano e exige cerca de US\$ 5,11 trilhões em gastos com bem-estar, segundo recente estudo da ONU.

A redução de mercado energético para o petróleo tem como contraponto a expansão do refino para usos mais nobres na indústria química, em que o carbono fica aprisionado na forma de produtos. "Dentro de uma estratégia abrangente, que resolva o impacto dos resíduos do consumo, o petróleo pode ser visto como parte da solução: entre 2003 e 2013, foram evitadas 126 milhões de toneladas de carbono graças ao uso do plástico na indústria automobilística", diz Jorge Soto, diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem, uma das maiores produtoras de resinas plásticas do mundo.

"O capital joga conforme a dança e sem regulamentações e políticas de governo será difícil atingirmos a escala necessária de mudanças", diz Paulo Branco, vice-coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas. Neste caso, para ele, "a geoquímica e a força da natureza sob o impacto climático - e não a economia - é o que provocará as transformações".

Para Guarany Osório, coordenador de política e economia ambiental na instituição, "é mais barato mudar agora do que assumir o alto custo dos riscos no futuro". No entanto, diz, "as evidências científicas, ao que tudo indica, se mostram insuficientes: se acreditássemos nelas, já estaríamos fazendo mais".

"A questão requer visão de longo prazo, porque a mudança não será disruptiva", avalia Lauro Martins, diretor executivo do Carbon Disclosure Project (CDP), organismo que reúne 650 investidores com carteira total de US\$ 87 trilhões. O mundo desembolsou US\$ 373 bilhões em subsídios a combustíveis fósseis em 2015, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por mais de três décadas, a participação das fontes sujas na demanda global de energia se mantém estável em 81%.

MME / ASCOM .